



---

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Relações Internacionais**

*Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais*

**UMA RECORRENTE COMUNIDADE LUSÓFONA:  
PERCEPÇÕES JORNALÍSTICAS BRASILEIRAS E  
PORTUGUESAS ACERCA DO PROCESSO DE GESTAÇÃO E  
FORMALIZAÇÃO DA CPLP  
(1989-1997)**

Ana Clarissa Bernardino Maia

Brasília  
Abril - 2009

ANA CLARISSA BERNARDINO MAIA

**UMA RECORRENTE COMUNIDADE LUSÓFONA:  
PERCEPÇÕES JORNALÍSTICAS BRASILEIRAS E  
PORTUGUESAS ACERCA DO PROCESSO DE GESTAÇÃO E  
FORMALIZAÇÃO DA CPLP  
(1989-1997)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em relações Internacionais. Área de Concentração: História das Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Brasília – Distrito Federal  
2009

**UMA RECORRENTE COMUNIDADE LUSÓFONA:  
PERCEPÇÕES JORNALÍSTICAS BRASILEIRAS E  
PORTUGUESAS ACERCA DO PROCESSO DE GESTAÇÃO E  
FORMALIZAÇÃO DA CPLP  
(1989-1997)**

**Ana Clarissa Bernardino Maia**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva (orientador)**

---

**Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins**

---

**Profa. Dra. Geisa Cunha Franco**

---

**Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa (Suplente)**

Brasília, 03 de julho de 2009

Dedico este trabalho aos meus pais, pela compreensão e pelo suporte emocional e material.

## AGRADECIMENTOS

Expresso, aqui, meus agradecimentos:

Aos meus pais, Marcos e Edvânia, e aos irmãos, Diego e Clara, pelo amor a qualquer tempo e pela certeza que sempre me deram de que não estou sozinha, seja qual for o caminho trilhado.

Ao professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva, pela orientação nesse momento de amadurecimento que o Mestrado proporciona.

À professora Dra. Raquel Cristina de Caria Patrício, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa, por sua co-orientação e pelo carinho e seriedade com que me recebeu em seu país durante a fase da pesquisa de campo.

Aos professores Dr. Antônio Carlos Lessa e Dr. Wolfgang Döpcke, pelas contribuições prestadas quando da defesa de projeto, que tanto me fizeram refletir e melhor direcionar este trabalho.

À Odalva e à Celi, da Secretaria de Pós-Graduação e de Graduação do IREL, pelo atendimento amigável e eficiente.

À Ana Catarina Zema de Resende, pela imensa ajuda e pelo apoio. Serei eternamente grata.

Aos velhos amigos de todas as horas: Alexandre Santos, Amanda Olímpio, Diego Folly, Fernando Arruda, Henrique Lobello, Juliana Moura e Tiago Prata, por proporcionarem leveza nos momentos mais difíceis.

Aos novos amigos e colegas, maior presente dessa fase que se encerra: Bueno, Danilo Vergueiro, João Urt, Rodrigo Meira, Rodrigo Torres, Thalita Ary e Thiago Gehre.

Ao meu tio Makários, pelos conselhos acadêmicos e o ombro amigo.

*Sei que somos de sangue marinho e aprendemos depressa, onde quer que estejamos, os nomes dos passarinhos. Mas ninguém pode sentar-se, feliz e livre, à mesa, para falar numa língua estrangeira. Só se trocam de verdade as almas, quando se entra, simples e povo, na casa do outro, a sentir que as incontáveis léguas não nos levam ao exílio.*

(Alberto da Costa e Silva. *Das mãos do oleiro: aproximações*, p. 224)

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é o de recuperar o debate que se travou na imprensa do Brasil e de Portugal a respeito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – durante as fases do período de gestação e de formalização deste projeto – de 1989 a 1997. Faz-se um apanhado das matérias veiculadas sobre o tema em ambos os países, a avaliação da qualidade e do grau de informação disponibilizado à opinião pública e a identificação das múltiplas e contraditórias visões acerca da CPLP - suas continuidades e divergências -, presentes no discurso jornalístico do período considerado. Com vistas a avaliar as percepções sustentadas pelos dois Estados – matrizes da idéia de integração lusófona -, prioriza-se, como eixo de abordagem, a grande imprensa de ambos, agente na formação da opinião pública nacional, por meio de alguns dos seus principais jornais. A dissertação se enquadra no estudo das percepções, campo rico no desenvolvimento das relações internacionais, e utiliza abordagens quantitativas e qualitativas para a elaboração dos capítulos centrais.

Palavras-chave: Relações Brasil-Portugal, Imprensa, CPLP.

## ABSTRACT

The aim of the present dissertation is to bring back the debate that occurred in the Brazilian and the Portuguese press regarding the Community of the Portuguese Language Countries - CPLP - during the gestation and formalization of such a project - from 1989 to 1997. The work presents an overview of the news reported in the press of both countries, an assessment of the quality and the level of information offered to public opinion, and a pointing out of different views on the CPLP - its continuities and divergences - that appeared in the journalistic discourse in that period. With a view to identifying the perceptions supported by both states - i.e., the frameworks for the idea of the integration of portuguese speaking countries -, the dissertation is based on an approach that prioritizes the mass media, since it is an agent in the development of national public opinion. This dissertation is inscribed within the perceptions' studies field and prioritizes the use of quantitative and qualitative approaches to elaborate the main chapters.

Key-words: Brazil-Portugal Relations, Press, CPLP



## RESUMEN

El objetivo central de esta tesis de maestría es recuperar el debate que ocurrió en la prensa de Brasil y Portugal acerca de la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa - CPLP - durante las fases de origen y de formalización de este proyecto – entre los años de 1989 y 1997. El trabajo busca analizar las noticias de prensa publicadas sobre el tema en los dos países, la evaluación de la calidad y el nivel de información disponible para el público, así como la identificación de puntos de vista múltiples y contradictorios acerca de la CPLP, o sea, sus continuidades y diferencias en el discurso periodístico de dicho período. Para lograr la percepción sostenida en ambos países, la prioridad es el enfoque de la gran prensa nacional en los dos países mediante el análisis de algunos de los principales periódicos. Por lo tanto, esta tesis se inscribe en el estudio de estas percepciones, asunto muy importante para el estudio de las relaciones internacionales, y utiliza métodos cuantitativos y cualitativos para el desarrollo de los capítulos centrales.

Palabras clave: Relaciones Brasil-Portugal, Prensa, CPLP

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Matérias sobre CPLP veiculadas na imprensa brasileira: porcentagem anual relativa ao total das notícias publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados	51
Figura 2	Matérias opinativas sobre CPLP veiculadas na imprensa brasileira: porcentagem anual relativa ao total das notícias opinativas publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados	52
Figura 3	Distribuição mensal das matérias veiculadas sobre CPLP em jornais brasileiros ao longo dos quatro períodos analisados	52
Figura 4	Distribuição mensal das matérias sobre CPLP veiculadas nos jornais portugueses ao longo dos quatro períodos analisados	77
Figura 5	Matérias sobre CPLP veiculadas na imprensa portuguesa: porcentagem anual relativa ao total das notícias publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados	78
Figura 6	Matérias opinativas sobre CPLP veiculadas na imprensa portuguesa: porcentagem anual relativa ao total das notícias opinativas publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados	79

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEI – Política Externa Independente

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
<b>Capítulo 1 - Comunidade lusófona: idéias e construtos em Portugal e no Brasil</b>	20
<i>1.1 O nascimento da idéia e as visões divergentes</i>	20
<i>1.2 Revolução dos Cravos: início da nova fase e busca pelo re-engajamento</i>	30
<i>1.3 Construções imaginárias e antecedentes da CPLP</i>	34
<i>1.4. CPLP: viabilização, interesse e sociedade civil no Brasil e em Portugal</i>	42
<b>Capítulo 2 – Percepções da imprensa jornalística brasileira acerca da integração lusófona: entre a retórica e a realidade</b>	47
<i>2.1 O reduzido espaço dedicado à CPLP</i>	50
<i>2.2 A iniciativa brasileira e a gestação do projeto (1989 e 1994)</i>	54
<i>2.3 Formalização da CPLP e percepções posteriores: o fim da ilusão (1996 e 1997)</i>	65
<b>Capítulo 3 - Percepções da imprensa jornalística portuguesa acerca da integração lusófona: entre a rivalidade e a cooperação</b>	75
<i>3.1 A integração e a imprensa portuguesa</i>	75
<i>3.2 Da rivalidade à cooperação (1989 e 1994)</i>	79
<i>3.3 A dimensão lusófona como diferencial de poder e a necessidade de maior envolvimento (1996 e 1997)</i>	92
CONCLUSÃO	104
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

## INTRODUÇÃO

O objetivo central desta dissertação é recuperar o debate que se travou na imprensa do Brasil e de Portugal a respeito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – durante o período de gestação e de formalização deste projeto, de 1989 a 1997. Busca-se, com isso, fazer a compilação do que foi veiculado sobre o tema na imprensa de ambos os países, avaliar a qualidade e o grau da informação disponibilizada à opinião pública e identificar as visões acerca da CPLP, assim como suas continuidades e divergências, presentes no discurso jornalístico do período considerado. Para tanto, faz-se uso, basicamente, de fontes jornalísticas, restringindo-se às matérias publicadas pela grande imprensa - periódicos de grande circulação em âmbito nacional ou nas principais capitais.

A dimensão da política externa brasileira que diz respeito às suas relações com os países lusófonos é marcada por grande apelo retórico, refletindo múltiplas visões que perpassam a história. O desejo de criação de uma Comunidade lusófona não é recente e povoou o imaginário brasileiro e português ao longo do século XX, fundamentando-se em construções discursivas que encerram em si representações de mundo – como o luso-tropicalismo e a lusofonia. Essas construções - apropriadas pelo discurso oficial, na busca por legitimar suas ações pragmáticas no plano externo - têm por objetivo forjar realidades e identidades na criação de um espaço lusófono, razão de ser da CPLP.

Argumenta-se que a idéia de integração surge da percepção de elementos comuns, partindo do princípio de que, juntamente com a língua, foi levada às colônias toda uma matriz de cultura lusa “[...] que iria, com o correr dos séculos, em contato com o elemento local, criar civilizações variadas e perfeitamente individualizadas.”<sup>1</sup>, guardando traços de origem desdobrados em afinidades.<sup>2</sup> A visão recorrente é a de que “o mundo que o português criou”<sup>3</sup>,

---

<sup>1</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, *Embaixada do Brasil em Lisboa*, Junho 1994, p. 07.

<sup>2</sup> No que tange aos traços presentes nas “raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda afirma: “nem o contato nem a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e

por meio das navegações que expandiram os horizontes europeus e da posterior colonização de áreas longínquas, guarda traços históricos, lingüísticos e culturais comuns que justificariam a união de países díspares pertencentes a quatro continentes.

Não obstante esse antigo anseio de união, significativas divergências persistem nas expectativas brasileiras e portuguesas acerca da idéia de Comunidade lusófona. Essas divergências - decorrentes, em grande parte, de imagens distorcidas recíprocas e do conflito de interesses geo-estratégicos entre os dois países - explicitam-se em diversos momentos da história e dizem respeito, primordialmente, à forma de relacionamento que deveria ser estabelecida.<sup>4</sup> Nesse sentido, enquanto o Brasil buscou, por diversas vezes, aproximar-se das colônias portuguesas na África, Portugal esforçou-se por evitar que estas relações fossem institucionalizadas, na intenção de manter o exclusivismo comercial das suas colônias.<sup>5</sup>

A Revolução dos Cravos e a independência da África lusófona marcam, em Portugal, o início de uma nova fase que se reflete nas mudanças ocorridas em suas relações com as ex-colônias e em sua idéia de Comunidade lusófona. Emerge, então, uma visão de mundo diversa, que transforma a estratégia portuguesa de relacionamento com a lusofonia com base no discurso que identifica, no reforço internacional da língua, o elemento vantajoso de afirmação da presença de Portugal e dos demais países lusófonos nos espaços regionais em que se inserem.<sup>6</sup>

Ao longo da década de 1980, o ambiente favorável que se estabelece entre Portugal e os chamados PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – parece explicar o desenrolar das articulações em torno da criação da CPLP. Entende-se, com isso, que foram superadas as grandes diferenças que persistiram na base das visões portuguesas e brasileiras acerca da integração. O projeto da Comunidade assume, assim, os contornos da perspectiva

viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.” Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 40.

<sup>3</sup> Em alusão ao título da obra Freyriana: FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

<sup>4</sup> LOPES, Luís Ferreira; SANTOS, Octávio dos. *Os novos descobrimentos: Do Império à CPLP: Ensaio sobre História, política, economia e cultura lusófonas*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 13.

<sup>5</sup> Acerca dos motivos do colonialismo português, vide: HENRICKSEN, Thomas. Portugal in Africa: A Noneconomic Interpretation. *African Studies Review*, v. 16, n. 03, (Dec., 1973), p. 405.

<sup>6</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 19-21.

brasileira, buscando incorporar os sete países de expressão portuguesa sob o princípio da igualdade e sob a forte retórica que alude aos laços históricos que unem os “países irmãos”.<sup>7</sup>

O momento da criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP, em 1989, é considerado o primeiro passo em direção à institucionalização desse espaço lusófono, recorrentemente buscado ao longo da história das relações luso-brasileiras. Inicia-se, com isso a fase de gestação e formalização da CPLP, circunscrita ao intervalo entre os anos 1989 e 1997, no qual a Comunidade completa seu primeiro ano de existência.

Nesse contexto de renovado interesse pela integração, dois aspectos relevantes emergem, os quais dizem respeito a questões fundamentais para a nova Comunidade que, apesar de institucionalizada em 1996, ainda carece de consolidação. O primeiro deles está relacionado à harmonização das perspectivas dos dois Estados, matrizes da idéia de Comunidade; o segundo trata do grau de informação da sociedade civil no tocante ao tema. O exame quantitativo e qualitativo dos debates travados na grande imprensa jornalística do Brasil e de Portugal, feito nos dois capítulos centrais dessa dissertação, tem o intuito de trazer certa luz a essas duas questões.

Quanto ao primeiro ponto, desenvolve-se o seguinte argumento: a despeito de o novo momento vivido por Portugal e suas ex-colônias africanas após as descolonizações parecer indicar o fim das divergências nas visões e idéias acerca de uma comunidade lusófona, o que se vê é a persistência de suscetibilidades históricas. No que tange à identificação do grau da informação e da densidade das discussões travadas na grande imprensa de ambos os países, busca-se avaliar tanto o interesse que o tema suscita junto aos formadores de opinião, quanto a qualidade do debate disponibilizado à sociedade civil.

A questão da cobertura midiática ganha relevância nesse contexto de criação e consolidação comunitária, tendo em vista ser esta uma Comunidade de base lingüístico-cultural, cuja razão de ser é a pressuposição de um espaço comum que une povos falantes de um mesmo idioma. A perenidade deste espaço que a CPLP institucionaliza passa, no entanto,

---

<sup>7</sup> A busca por maior prestígio internacional e as pretensões portuguesas de re-engajamento com as ex-colônias são outros fatores apontados como razões que levam ao aumento do interesse em torno da criação da Comunidade. (LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 18). A respeito do ambiente favorável que começa a surgir após a Revolução dos Cravos, assevera Juliana Soares Santos: “À medida que as condições básicas se efetivam, acumulam-se na década de 80 sinais de um renovado interesse na institucionalização dos lusófonos, a exemplo do posicionamento do Ministro português Jaime Gama, já em 1983. Observa-se, então, uma ênfase nos temas específicos da língua portuguesa, como a discussão sobre o acordo ortográfico.” SANTOS, Juliana Soares. CPLP: gênese e instituições. Em: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI, 2001. 203 p. 23.

pela efetiva participação da sociedade civil e, conseqüentemente, pela sua conscientização e informação a respeito da relevância tanto do tema quanto da atuação social no seu âmbito.<sup>8</sup> A análise fundamenta-se, portanto, na possibilidade de examinar, pelo menos em parte, as percepções sustentadas, nacionalmente, acerca da Comunidade, assim como no poder dos meios de comunicação, enquanto fator formador da opinião pública.

Saliente-se, ainda, que o enfoque adotado nesta dissertação direciona-se à imprensa jornalística, elegendo-se, particularmente, a grande imprensa – periódicos de grande circulação nacional ou nas principais capitais - como objeto de investigação. Tendo em vista a importância do manuseio das fontes primárias para o objetivo final deste estudo, pesquisas foram efetuadas, sistemática e ostensivamente, em jornais brasileiros – por meio das pastas de recortes mantidas pela Biblioteca do Senado Federal - e portuguesas – no acervo da Hemeroteca Municipal de Lisboa. Grande ênfase foi dada às matérias opinativas, as quais recebem tratamento separado pelo fato de serem, por excelência, lugar de manifestação de opinião e de maior debate de idéias.<sup>9</sup>

Importante é esclarecer que, no Brasil, a pesquisa feita na coleção de recortes de jornais organizada pela Biblioteca do Senado Federal não possibilitou o acesso direto aos jornais completos, diferentemente de como se deu em Portugal, onde os jornais são compilados e armazenados, mensalmente, pela Hemeroteca Municipal. Desta forma, o esforço despendido no Brasil concentrou-se na seleção e na coleta de matérias que já haviam sido pré-selecionadas e indexadas em pastas de acordo com seu assunto específico. Todas as pastas cuja temática estivesse diretamente relacionada à da CPLP foram consultadas, tais como: CPLP, Língua Portuguesa, Relações Brasil-Portugal e José Aparecido de Oliveira.

Sendo assim, os periódicos brasileiros que fazem parte desse estudo são os sete que constam nestas pastas, os quais têm maior circulação nas principais capitais do país – São Paulo e Rio de Janeiro – e na capital federal, centro de poder nacional. São eles: *Correio Braziliense*, *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Jornal de Brasília*,

---

<sup>8</sup> FURTADO, Cláudio. Movimentos sociais e a sociedade civil na CPLP. Interesses e propostas de atuação. In: CARDIM, Carlos Henrique ; CRUZ, João Batista (Orgs.). *CPLP: oportunidades e perspectivas*. Departamento de África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: IPRI, 2002. p. 116.

<sup>9</sup> A respeito das matérias opinativas, Ricardo Sidicaro, em livro que trata da evolução das idéias do jornal argentino *La Nación*, define editorial como sendo “*letra impresa con el deseo de intervenir en discusiones o meditaciones sobre temas de candente actualidad. [...] El estilo editorial sugiere, persuade y está siempre tentando de impartir ordenes*”. Citado em: FRANCO, Geisa Cunha. *O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997, p. 21-22.



*Jornal do Brasil* e *O Globo*. Em Portugal, optou-se pelos dois jornais de maior aceitação e prestígio nacional, *Diário de Notícias* e *O Público*, considerando-se o grau de confiabilidade que estes têm no seio da sociedade portuguesa.

Como desdobramento da pesquisa documental, constatou-se, com relação à demarcação do período a ser analisado, que o recorte pensado inicialmente - de 1989 a 1996<sup>10</sup> - carecia de continuidade na veiculação de notícias pertinentes ao objeto de estudo. Percebe-se grande concentração de matérias em datas específicas, nas quais acontecimentos ligados à institucionalização da CPLP incitaram maior interesse social e debate na imprensa. Por outro lado, houve quase total ausência de menção à Comunidade nos demais períodos. Exemplo disso é o ano de 1995, no qual uma única notícia referente à CPLP foi veiculada no jornal português *O Público*, não tendo sido muito diferente no que tange aos demais periódicos consultados. Em decorrência, desenvolveu-se uma análise quantitativa e qualitativa em quatro tempos, correspondentes aos quatro períodos nos quais a CPLP recebeu maior atenção da imprensa jornalística brasileira e portuguesa, quais sejam:

1. O ano de 1989, no qual o Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP - foi criado com a razão última de promoção e preservação da língua portuguesa no mundo;
2. O ano de 1994, no qual, por duas vezes, adiou-se a cimeira constitutiva;
3. O ano de 1996, de grande importância por ter marcado o surgimento da CPLP;
4. O ano de 1997, objetivando fazer um apanhado geral do impacto que a Comunidade teve na imprensa de ambos os países, assim como da opinião que se formou acerca do seu primeiro ano de formação.

A relevância científica do tema desenvolvido é significativa, pois estudos sobre a atuação da imprensa no contexto de gestação e formalização da CPLP são, ainda, insuficientes. Ademais, estudos sobre o papel da mídia constituem uma subárea incipiente no campo das Relações Internacionais. Sendo assim, e tendo em vista que poucas são as

---

<sup>10</sup> Esse recorte marca o intervalo no qual se amadurece a idéia de uma Comunidade que unisse os países lusófonos, sendo o ano de 1989 correspondente à criação da primeira instituição internacional cujo objetivo era a defesa e a divulgação da língua portuguesa (o Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP), e o de 1996 o da institucionalização da CPLP.

pesquisas em Relações Internacionais no Brasil que focalizam o papel da mídia como centro de discussões, esta dissertação pretende trazer uma contribuição válida.

Visto que esta dissertação se enquadra no estudo das percepções e idéias, campo rico no desenvolvimento das relações internacionais, e que tem como objeto de pesquisa a imprensa, adotou-se, como marco teórico, a perspectiva de diálogo entre a teoria construtivista das Relações Internacionais e a Nova História Cultural, no âmbito da Historiografia. A adoção do Construtivismo – especificamente, do construtivismo dos modernistas-lingüistas representados, neste estudo, por Kratochwil -, tem sua pertinência assente na suposição de que a sua principal preocupação relaciona-se com o papel das idéias na vida social, com ênfase ao poder do discurso na construção de realidades sociais.

A análise da imprensa sob o viés construtivista, portanto, pressupõe que a percepção dos agentes acerca do mundo político somente pode ser interpretada ao se enfatizar o papel das idéias e dos valores nas relações internacionais, tendo em vista a premissa de que a realidade do mundo social é construída por esses esforços em gerar consensos, regras e identidades. Sendo assim, por meio da teoria construtivista entendem-se as notícias como participantes do processo mediante o qual o mundo é construído e os significados são criados.<sup>11</sup> São os significados transmitidos pelas notícias que definem e constituem os fenômenos sociais e, nesse contexto, entra o debate acerca da imprensa não apenas como agente na informação da sociedade, mas também, e principalmente, como agente ativo na formação da opinião pública.

A justificativa do uso de jornais insere-se na perspectiva teórica da Nova História Cultural, a qual usa como fontes fragmentos do passado capazes de indicar acontecimentos específicos, dentro de um contexto de diversificação das temáticas historiográficas e da busca por ir além da dimensão político-econômica.<sup>12</sup> Nesse sentido, os pressupostos da nova história cultural sugerem que é fundamental entender as fontes como construções da realidade.

O tratamento das fontes bibliográficas e documentais realizou-se, neste trabalho, da seguinte forma: nas fontes bibliográficas, procurou-se compreender que a idéia de integrar os

---

<sup>11</sup> Para Kratochwil, o mundo é construído pelos discursos que utilizamos para nos referirmos a ele. Cf. KRATOCHWIL, Friedrich V. *Rules, Norms and Decisions. On the conditions of practical and legal reasoning in International Relations and domestic affairs.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

<sup>12</sup> Historiadores da quarta geração da Escola dos Annales, como Roger Chartier (CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura.* Estação Liberdade, 1999.) e Jacques Revel (REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade.* Bertrand Brasil, 1989.), argumentaram que as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam. Elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural. (HUNT, Lynn. *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.).

países de expressão portuguesa é um fenômeno recorrente nas relações luso-brasileiras desde a independência do Brasil, tendo se intensificado a partir da década de 1980. A abordagem na dimensão da longa duração histórica possibilitará avaliar as convergências e divergências nas visões brasileiras e portuguesas acerca da integração.

Nas fontes documentais – matérias sobre a integração lusófona publicadas pela imprensa brasileira e portuguesa –, buscou-se entender as notícias como construções lingüísticas do mundo, cujo intuito é forjar um espaço lusófono, no qual a CPLP encontra sua razão de ser. Nesse ponto, far-se-á uma abordagem da curta duração histórica, delimitada à fase de gestação e formalização da CPLP, de forma a analisar a percepção jornalística acerca desse período de grande importância para a integração.

Tendo em vista que o objeto de análise são as matérias produzidas pela imprensa jornalística, é necessário compreender que qualquer forma de transmissão pela mídia não informa apenas o que ocorre na realidade, mas lança mão também de uma interpretação dos fatos relatados. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma leitura crítica dos textos jornalísticos compilados, visando a examinar as percepções da imprensa acerca da Comunidade. Nesse sentido, alguns aspectos merecem atenção, como a importância da crítica interna aos documentos impressos, de forma a observar a coerência no trato dado ao assunto, e a questão de como o assunto foi abordado, por quanto tempo foi veiculado e quais as posições sustentadas a seu respeito.

A metodologia é aplicada por meio de um estudo descritivo-analítico, desenvolvido, primeiramente, mediante pesquisa bibliográfica em livros, artigos e publicações especializadas. Em um segundo momento, fez-se uso de abordagens quantitativas e qualitativas das matérias jornalísticas compiladas na pesquisa realizada em Brasília e em Lisboa para a elaboração dos dois capítulos centrais da dissertação.

O viés quantitativo visa a produzir resultados qualitativos por meio de dados numéricos e percentuais referentes às matérias publicadas pela imprensa jornalística, possibilitando chegar a conclusões que não poderiam ser pensadas sem o levantamento e o cruzamento desses dados. Nesse sentido, importa levantar o número de artigos veiculados em cada período e avaliar a sua distribuição ao longo dos meses, tendo em vista a relação existente entre espaço dedicado ao tema e grau da informação dispensada à sociedade.

Quanto ao viés qualitativo, quatro aspectos dos textos serão examinados com maior atenção: foco principal, enquadramento, temas especificamente abordados e densidade do debate desenvolvido. A ênfase nesses elementos tem o intuito de avaliar a qualidade e o grau de informação disponibilizado à opinião pública, além de identificar as múltiplas e contraditórias visões acerca da CPLP presentes no discurso jornalístico do período considerado.

A estruturação dos capítulos tem a seguinte lógica: em um primeiro momento é abordada a evolução histórica das idéias de Comunidade lusófona desde a sua gênese até a criação da CPLP, em 1996. Sendo a integração um desejo recorrente tanto de Portugal quanto do Brasil, consideram-se, nesta análise, as visões múltiplas e discordantes que marcaram as relações luso-brasileiras ao longo desse período e que acabaram por adiar a institucionalização do espaço lusófono.

Os dois capítulos seguintes, centrais para este estudo, circunscrevem-se ao período mais recente desta história, cuja relevância no contexto de criação da CPLP permite qualificá-lo como fase de gestação e formalização desse projeto. Tem-se o intuito de examinar as visões sustentadas pela grande imprensa jornalística acerca da Comunidade, tendo em vista o seu papel de agente tanto na informação quanto na formação da opinião pública. Ademais, busca-se identificar o grau e a qualidade da informação disponibilizada a cada uma das sociedades.

Tendo em vista a relevância do Brasil e de Portugal enquanto matrizes da idéia de integração lusófona, opta-se por dedicar um capítulo para cada, possibilitando o aprofundamento da análise desenvolvida. O segundo capítulo dimensiona, portanto, o tratamento dado ao tema pela imprensa brasileira, enquanto o terceiro versa sobre a imprensa portuguesa. Ambos têm a finalidade de auxiliar no alcance do objetivo principal desta dissertação: examinar as percepções jornalísticas acerca da CPLP, cuja idéia é uma das grandes recorrências que marcaram as relações luso-brasileiras ao longo dos séculos XX e XXI.

# CAPÍTULO 1 - COMUNIDADE LUSÓFONA: IDÉIAS E CONSTRUTOS EM PORTUGAL E NO BRASIL

O presente capítulo tem o intuito de traçar a evolução histórica da idéia de Comunidade lusófona. A história das relações entre Brasil e Portugal mostra que a idéia de criação de uma Comunidade que unisse os povos lusófonos não é recente, tendo perpassado o imaginário de ambos no correr do século XX. Construções discursivas – como o luso-tropicalismo e a lusofonia –, que encerram, em si, representações de mundo, encontram-se na base desta idéia e foram constantemente apropriadas, em diversos momentos da história das relações luso-brasileiras, pelo discurso oficial de ambos os Estados. Buscou-se, com isso, legitimar as respectivas ações pragmáticas no plano externo, visando a forjar realidades e identidades na criação de um espaço lusófono, no qual a CPLP encontraria sua razão de ser.

## 1.1 O nascimento da idéia e as visões divergentes

Houve, historicamente, certa tendência no sentido de coesão dos países luso-falantes em torno da defesa e da divulgação da língua portuguesa.<sup>13</sup> Calvet de Magalhães corrobora essa opinião ao afirmar que “[...] a idéia da institucionalização entre o povo brasileiro e o povo português existiu sempre no espírito de muitos intelectuais e políticos, brasileiros e portugueses, desde os tempos da independência brasileira”.<sup>14</sup>

De fato, é possível identificar, já em 1825, um espírito de aliança no preâmbulo do Tratado de Aliança e Comércio que consagra a independência brasileira, o que se intensifica no *Parecer sobre um projeto de pacto federativo entre o Império do Brasil e o Reino de*

---

<sup>13</sup> FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 44.

<sup>14</sup> CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 277.

*Portugal*, publicado pelo Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal à época, Silvestre Pinheiro Ferreira. Esse Parecer, cuja intenção era vincular Portugal, suas Províncias Ultramarinas e um Brasil que acabara de tornar-se independente,<sup>15</sup> é considerado o primeiro esforço na direção de uma institucionalização da união dos povos lusófonos. A seu respeito, A. da Silva Rego escreveu que “[...] não podia deixar de ser afoita a idéia lançada em altura em que necessariamente sangravam sentimentos vários. Não se perderia, porém. Outros a receberiam e lhe dariam novas formas”.<sup>16</sup>

A idéia de união tanto não se perdeu, como foi amadurecendo, nas ações e percepções dos governos brasileiro e português, ao longo século XX - juntamente com as transformações que tomariam lugar no sistema internacional. Nesse sentido, as primeiras décadas do século são de grande importância para o fortalecimento da idéia da Comunidade no pensamento brasileiro. Surgem, assim, contribuições teóricas de intelectuais como Coelho Carvalho, Zófimo Consiglieri Pedroso, Escragnolle Dória e Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues, que propõe a criação de uma confederação luso-brasileira, alvo de ataques da sociedade nacionalista “Propaganda Nativista”, constituída em 1919.<sup>17</sup>

A partir da década de 1930, um amplo sentido de mudança é trazido para o discurso por meio da contribuição de novos intelectuais que se dedicam a pensar a identidade nacional. Não apenas a matriz lusa da cultura brasileira é considerada positivamente, havendo, nesse momento, grande atenção à idéia de “mestiço”. A relação entre o “mestiço” e o “brasileiro”, estabelecida durante a década citada, acaba sendo vista como solução para a questão da identidade nacional.

Ressalte-se, ainda, a influência dos argumentos de Gilberto Freyre relativos à centralidade da raça para a cultura, o que leva ao desenvolvimento da ideologia da democracia racial, definidora do perfil cultural brasileiro. Para Cervo<sup>18</sup>, o nascimento do “mito da democracia racial” equaciona os problemas anteriores, fazendo do “mestiço” o “nacional” e superando o dilema do mestiço indolente. O surgimento desse mito, portanto, acaba por encobrir os conflitos inter-étnicos por meio da afirmação de que a construção da identidade nacional apagou as especificidades das raças.

---

<sup>15</sup>FEIJÓ SOBRINHO, *op. cit.*, p. 44 ; CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 277.

<sup>16</sup>REGO, A. da Silva. *Relações Luso-Brasileiras (1822-1853)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966, p. 4.

<sup>17</sup>CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 277-278.

<sup>18</sup>CERVO, Amado Luiz. Multiculturalismo e Política Exterior: o caso do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 38, n. 2, 1995, p. 138.

As elaborações teóricas que buscam forjar, durante os séculos XIX e XX, a identidade cultural pluralista brasileira tiveram grande influência nas formulações de política externa, principalmente no que diz respeito às questões que envolvem Portugal e suas colônias africanas.<sup>19</sup> A mudança de conceito, ocorrida a partir da década de 1930, transformou a percepção que se tinha dos elementos formadores da cultura nacional e, conseqüentemente, do fundamento de uma Comunidade lusófona, que passa a ter, no Brasil, o lastro teórico de abordagens como as de Gilberto Freyre. A transformação ocorrida no discurso político, influenciado pelo discurso culturalista dos anos de 1930, leva a reflexões sobre a especificidade das relações do Brasil com a África lusófona.<sup>20</sup> A esse respeito, citando o argumento da democracia racial de Freyre, afirma Sombra Saraiva:

A consciência do seu valor único, como pioneira na equidade racial, dava à sociedade brasileira responsabilidade muito grande nas relações internacionais. Ele [Gilberto Freyre] diz que as novas gerações da África portuguesa estavam interessadas em “seguir aspirações e sugestões do Brasil”.<sup>21</sup>

A forte penetração desse discurso nos governos e círculos políticos brasileiros faz dele justificativa para a política de colaboração com Portugal no que tange às suas colônias africanas, surgindo, assim, o imaginário do Brasil como mediador entre a Europa e as civilizações tropicais, devido à sua formação identitária e cultural.<sup>22</sup> Essa intenção brasileira, no entanto, vai de encontro ao interesse português em manter suas colônias longe de influências terceiras, dentro de uma política de exclusivismo colonial.<sup>23</sup> Portugal passa, assim, a adotar medidas com vistas a afastar o Brasil de suas colônias africanas, das quais são exemplos as Notas Interpretativas do Tratado de 1953.

Não houve, em todos os setores políticos portugueses, consenso a respeito do discurso luso-tropicalista brasileiro e da idéia de uma Comunidade que compreendesse, para além do Brasil e de Portugal, também as colônias lusófonas. Para Portugal, semelhante desígnio

---

<sup>19</sup> A esse respeito, CerVO afirma que “[...] a construção da identidade brasileira por sobre a base étnica e culturalmente plural, numa espécie de simbiose, induziu princípios, valores e padrões de conduta que se incorporaram à política exterior do país, constituindo seu acumulado histórico.” (CERVO, *Multiculturalismo...*, p. 133).

<sup>20</sup> Sobre o discurso culturalista e a especificidade das relações do Brasil com os países africanos, ver: SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 50, e SARAIVA, José Flávio Sombra. *Diplomacy and Culture: African Descents and Brazil's African Policy. The Relevance of the Culturalist Discourse*. Montreal, 27 de agosto a 2 de setembro de 1995.

<sup>21</sup> SARAIVA, *O lugar da África...*, p. 52.

<sup>22</sup> *Ibid*, p. 52.

<sup>23</sup> Segundo Calvet de Magalhães a política de exclusivismo colonial foi “teimosamente prosseguida, através dos tempos, pelos sucessivos governos portugueses”, mantendo-se inalterada até a revolução de 1974. (CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 282).

parecia significar “[...] um passo decisivo para o controle direto do Brasil sobre as colônias portuguesas na África”<sup>24</sup>, o que deveria ser evitado. A idéia da Comunidade Luso-Brasileira persistiu, mas fez-se nos moldes portugueses, com a exclusão das colônias ultramarinas.

Pode-se afirmar, portanto, com relação às perspectivas do Brasil e de Portugal acerca da idéia de Comunidade, que significativas divergências vão se delineando. Essas divergências decorrem, em grande parte, de imagens distorcidas recíprocas, da obstinação portuguesa em manter o estatuto jurídico das colônias africanas e do conflito de interesses geo-estratégicos entre os dois países.<sup>25</sup>

A ambigüidade no discurso brasileiro - devido às construções imaginárias que buscavam forjar a identidade nacional na ponte entre duas heranças: o legado português e a influência africana -, está na base das suas elaborações acerca de como deveria ser a Comunidade lusófona, a qual não poderia prescindir da presença das colônias.<sup>26</sup> A percepção do governo brasileiro, ao se apropriar dos discursos da “democracia racial” – supostamente característico da sua identidade cultural pluralista – era a de que cabia ao Brasil papel importante de colaborador na “missão civilizatória” portuguesa na África. A esse respeito, afirma Sombra Saraiva:

Para a diplomacia, o Brasil tinha a missão de ser o mediador entre a Europa e as civilizações tropicais. Assim, o Brasil tinha um papel a cumprir no Atlântico: o de ajudar a reforçar a língua e a cultura portuguesas na África. Daí a criação de uma comunidade atlântica compreendendo o Brasil, o Portugal metropolitano e as ‘províncias ultramarinas’ de Portugal na África.<sup>27</sup>

Lawrence Nevins também toca na questão, ao argumentar com relação às aspirações brasileiras que tomam forma nesse período:

*Indeed, if Brazil has had a prevailing national self-image, it is that of a land of inter-racial harmony, toleration and miscegenation - the image projected to the world in the works of Gilberto Freyre. Accepting this creed, it is only natural for Brazil to feel a claim to particular consideration by the Afro-Asian world.*<sup>28</sup>

Parece claro, portanto, que, para o Brasil, o que era central era a nova dimensão protagonista a ser assumida nas suas relações com o mundo lusófono. Nesse contexto, as construções imaginárias teriam o papel de legitimar a sua posição e não, como afirmou

<sup>24</sup> SARAIVA, *O lugar da África...*, p. 52-53;

<sup>25</sup> LOPES, Luís Ferreira; SANTOS, Octávio dos. *Os novos descobrimentos: Do Império à CPLP: Ensaio sobre História, política, economia e cultura lusófonas*. Coimbra: Edições Almedina, 2006. p. 13.

<sup>26</sup> SARAIVA, *O lugar da África...*, p. 51.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>28</sup> NEVINS, Lawrence. Brazil and Africa. *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 6, No. 1, Janeiro de 1964, p. 121.



Thomas Henriksen<sup>29</sup>, a intenção de justificar a “missão” portuguesa, criadora de novas civilizações luso-tropicais nas suas colônias. A divergência, e não a harmonia, - como já dito acima - é o que caracteriza as posições de Portugal e do Brasil no tocante às relações a serem mantidas com a África portuguesa. O discurso identitário brasileiro e o civilizacional português foram usados por ambos os governos na busca da concretização dos seus interesses.<sup>30</sup>

Alguns momentos da história das relações entre Brasil e Portugal são ilustrativos das diferentes perspectivas e expectativas de ambos sobre a forma do relacionamento que deveria ser estabelecido. Enquanto o Brasil buscava aproximar-se das colônias portuguesas na África, da parte de Portugal parecia clara a intenção de evitar que estas relações se estabelecessem institucionalmente, tendo em vista, como já citado acima, sua insistência em manter o exclusivismo comercial.<sup>31</sup> Essa recorrente intenção portuguesa pode ser observada em situações diversas, como quando da reivindicação do Brasil recém-independente de nomear um cônsul para Angola, de forma a zelar pelo comércio com a costa da África, fato qualificado pelo Ministro português como desagradável e passível de maus resultados.<sup>32</sup> A África portuguesa era, então, intocável ao Brasil e assim permaneceria por algum tempo.

A criação da Comunidade Luso-Brasileira - através do Tratado de Amizade e Consulta de 16 de novembro de 1953 - demonstra a vontade das partes de institucionalizarem as relações já existentes, aprofundando-as com o compromisso de consultas regulares para tratar de “problemas internacionais de manifesto interesse comum”.<sup>33</sup> Por outro lado, marca a divergência de interesses e de visões acerca do formato que essa Comunidade lusófona deveria ter. Se ao Brasil interessava a presença das possessões ultramarinas, Portugal, por

---

<sup>29</sup> Em *Portugal in Africa: A Noneconomic Interpretation*, Thomas Henriksen faz a seguinte afirmação a esse respeito: “Gilberto Freyre, the Brazilian sociologist, is the chief theoretician and proponent of the Portuguese ‘mission’ and what he calls ‘Lusotropicology’. Believing the Portuguese uniquely qualified by long and relatively harmonious relations with non-European peoples, Freyre envisions Portugal’s role as promoting racial fusion and Christian conversion in order to produce a seemingly homogenized society like that of the Cape Verde Islands or Brazil (1961, pp. 14-19, 45-51). In short, a new or luso-tropical civilization is the ‘mission’ of Portugal in southern latitudes.” (HENRIKSEN, *op. cit.*, p. 413)

<sup>30</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 8.

<sup>31</sup> A esse respeito, Henriksen elenca diversos motivos, para além do estritamente econômico, como razões do colonialismo português - e, porque não dizer, também, da busca pelo isolamento de suas colônias de influências outras que não as provenientes do próprio Portugal. Segundo ele: “A broader-based examination provides, however, a fuller understanding of Portugal’s considerable dependence on Africa for more than economic profit. Motives such as nationalism, a sense of a destined mission, history and tradition, and even fear moved and continue to move Portugal to retain African territory. Since the beginning of Portugal’s expansion, the Iberian explorers were influenced by several motives.” (HENRIKSEN, *op. cit.*, p. 405).

<sup>32</sup> CERVO & MAGALHÃES, *Depois das caravelas...*, p. 169-170.

<sup>33</sup> Vide Art. I do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, de 16 de novembro de 1953, cujo texto está no Apêndice da seguinte obra: CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 385-387.

meio das Notas Interpretativas, as excluía, fazendo com que seu território abrangesse apenas o Portugal continental e as ilhas de Madeira e Açores. Segundo Ferreira Lopes<sup>34</sup>, a Comunidade passa a ser usada como “arma política” pelo governo português nas suas relações com o governo brasileiro à medida que afasta a possibilidade de o Brasil ter maior influência junto às suas colônias ultramarinas. A esse respeito, escreve Calvet de Magalhães:

A infeliz exclusão dos brasileiros de uma equiparação aos nacionais nos territórios ultramarinos portugueses proveio de política de exclusivismo colonial teimosamente prosseguida, através dos tempos, pelos sucessivos governos portugueses e que se manteve inalterável até a revolução de abril de 1974.<sup>35</sup>

Argumenta-se, ainda, com relação ao referido Tratado, que esse foi um empecilho para a persecução dos interesses do Brasil na África lusófona. Ao possibilitar crescente aproximação entre as visões do Brasil e de Portugal no que tange aos mais diversos temas internacionais, houve subordinação da posição brasileira aos interesses do Portugal colonialista no que diz respeito às colônias. Como conseqüência da sua assinatura, o Brasil acabou por abrir mão de exercer influência na África lusófona – o que era seu objetivo imediato – e silenciou-se frente às questões da descolonização africana, especialmente das colônias portuguesas.<sup>36</sup>

Se, como afirma Ferreira Lopes, “[...] a atitude brasileira na relação com Portugal, de 1950 a 1990, nunca foi coerente e dependeu freqüentemente da predisposição ou do grau de simpatia dos seus líderes”<sup>37</sup>, do lado português tampouco parece tê-lo sido. De fato, com a ascensão de Quadros à Presidência, desaparece a solidariedade que tomou forma, no Brasil, durante os governos Vargas, Café Filho e Kubitschek, no tocante às posições portuguesas acerca das colônias ultramarinas.<sup>38</sup> Porém, esse fato não se explica apenas em termos de “simpatia dos seus líderes”, sendo necessário considerar as mudanças de rumo que ocorriam, então, na política externa brasileira. O advento da Política Externa Independente – PEI -, a nova dimensão que esta dá à relação com a África e as ambigüidades decorrentes da dificuldade em romper compromissos que associavam a política externa brasileira à

<sup>34</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 9.

<sup>35</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 282.

<sup>36</sup> SARAIVA, *O lugar da África...* p. 55-58.

<sup>37</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 9.

<sup>38</sup> Vizentini argumenta que, com o surgimento da PEI, Portugal perde o apoio brasileiro à sua política colonialista, tendo o Brasil transformado o seu discurso e mudado sua opinião, oferecendo-se a ser “elo ou ponte entre a África e o Ocidente”, como afirma Quadros, em artigo publicado na *Foreign Affairs*, em 1961. (VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004)

portuguesa desde o pós-guerra estão na base dessa questão.<sup>39</sup> A esse respeito, argumenta Vizontini:

O Brasil desejava o aprofundamento do processo de descolonização, por necessidade de ampliação de sua influência política junto aos novos países, e também para uma nova esfera de atuação econômica, visando exportar seus produtos manufaturados e contornar certos privilégios alfandegários inerentes à situação colonial.<sup>40</sup>

No que tange a Portugal, a incoerência discursiva não dependia de mudanças de rumos em sua estratégia de política externa, mas dos desafios imediatos que lhes eram colocados pelas circunstâncias. Dois fatos explicitam a instabilidade na atitude portuguesa: primeiramente, nas Notas Interpretativas do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, Portugal restringiu seu território ao continental e excluiu dele as suas colônias africanas, buscando diminuir a influência do Brasil junto a elas; no entanto, poucos anos mais tarde, durante os debates, na ONU, relativos ao colonialismo, o mesmo Portugal solicitou que o governo brasileiro incluísse as colônias na sua designação, passando-as à qualidade de Províncias Ultramarinas, integrantes do território português.<sup>41</sup> Tais fatos, ilustrativos da incoerência portuguesa frente ao Brasil, foram alvo de comentário de Manuel de Sá Machado em seu livro, no qual o autor chama de oportunista a estratégia política sustentada por Portugal:

Essas Notas Interpretativas reduziram – ato de falta de grandeza dir-se-ia antagônica ao próprio espírito do Tratado – o território português à área Continental e aos arquipélagos da Madeira e Açores [...] E, não obstante o revelar essa falta de largueza e visão, mostrou-se oportunista quando cinco anos mais tarde, sob pressão do debate nascente nas Nações Unidas, solicitou ao Governo brasileiro que se desse à expressão ‘Portugal’, interpretação mais lata, no sentido de abranger as Províncias Ultramarinas.<sup>42</sup>

A posição anti-colonialista do Brasil a partir do governo Quadros tinha em sua base razões pragmáticas, mas justificava-se por meio da evocação de valores e princípios tradicionais da política externa brasileira. Nesse contexto, alguns fatores adquirem relevância, sendo o primeiro deles o fato de o Brasil ter alcançado sua independência na primeira leva de descolonizações no século XIX, o que passa a ser visto como ponto de identificação com as colônias africanas que buscavam sua emancipação.<sup>43</sup> Em segundo lugar, tem-se a forte apropriação política do “discurso culturalista”, que explicitava as raízes africanas da

<sup>39</sup> Com relação às ambigüidades da ação brasileira, ver: SARAIVA, *op. cit.*, p. 76; Sobre a PEI e a nova dimensão da África na política externa brasileira, ver: VIZENTINI, *op. cit.*, p. 164-170.

<sup>40</sup> VIZENTINI, *op. cit.*, p. 144.

<sup>41</sup> MAGALHÃES, Breve História..., p. 92.

<sup>42</sup> SÁ MACHADO, Manuel de. *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*. Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973, p. 67-68.

<sup>43</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 293-295.

sociedade brasileira e apresentava a identidade do Brasil com a África como condição suficiente da nova relação especial que se almejava construir.<sup>44</sup> A esse respeito, afirma Sombra Saraiva: “[...] características imaginárias na aproximação brasileira à África nos governos Jânio Quadros e João Goulart foram definidoras para a compreensão das ações diplomáticas produzidas naquele continente.”<sup>45</sup>

Frente ao ressurgimento, na ONU, dos debates contra o colonialismo, em 1961, e à mudança na orientação da política externa brasileira, Portugal recorre, mais uma vez, ao ajuste na sua estratégia, propondo ao Brasil uma política africana que fosse exercida no quadro de uma Comunidade luso-brasileira.<sup>46</sup> Há, assim, nova transformação no discurso original português de manter o Brasil longe das suas colônias africanas, o que mostra, mais uma vez, atitude não linear, que oscila de acordo com seus interesses imediatos.

Frente à proposta portuguesa, o Brasil mantém sua posição, usando, para tanto, de vários expedientes, dentre eles a proposição de que Portugal adotasse um calendário para a libertação de suas possessões ultramarinas, de forma a obter uma “transição com menos sangue e menos ódio”, como defendeu Roberto Campos.<sup>47</sup> A negação portuguesa leva o Brasil a votar favoravelmente à resolução apresentada no Conselho de Segurança da ONU, a qual convidava Portugal a reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e à independência dos seus territórios ultramarinos.<sup>48</sup>

Com o Golpe Militar, em 1964, e a subida ao poder de Castello Branco, iniciou-se uma nova fase do anti-colonialismo brasileiro, trazendo à tona, outra vez, a idéia de uma Comunidade afro-luso-brasileira, no seio da qual o desengajamento das colônias evoluiria sem que estas corresse o risco da emancipação prematura.<sup>49</sup> Essa Comunidade era vista, pelo Brasil, como caminho para a superação dos limites de acesso às colônias portuguesas impostos pelas Notas Interpretativas do Tratado de 1953. Compreende-se, desta forma, o esforço brasileiro por justificar a Comunidade, mediante o argumento de que a política externa do Brasil para a África deveria considerar a “afeição” por Portugal.

---

<sup>44</sup> SARAIVA, *O Lugar da África...*, p. 89.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 89

<sup>46</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 298-301.

<sup>47</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 300-301.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 301.

<sup>49</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 302; Sobre os riscos da emancipação prematura das colônias portuguesas, ver: SELCHER, Wayne A. Brazilian Relations with Portuguese Africa in the Context of the Elusive "Luso-Brazilian Community". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 18, No. 1, Feb. 1976, p. 25-58.

Emerge, assim, o pensamento de que as relações entre o Brasil e as colônias portuguesas deveriam ser colocadas dentro da ótica luso-brasileira, tendo em vista que as ligações históricas que uniam o Brasil à África eram essencialmente portuguesas.<sup>50</sup> Vê-se, com isso, que na base da proposição da referida Comunidade estão discursos antigos, resgatados e readaptados à nova realidade: o da “missão civilizatória” portuguesa e o do Brasil como mediador entre Portugal e suas províncias ultramarinas. A respeito das motivações dessa nova estratégia brasileira para a África lusófona, argumenta Sombra Saraiva:

Parte do apoio brasileiro a Portugal deve ser entendida, assim, como uma herança das idéias do lusotropicalismo já abordado. Mas outra, mais atualizada aos objetivos geo-políticos pós-1964, associava o legado às percepções geopolíticas e anticomunistas. Mais ainda havia uma terceira explicação, mais pragmática. Portugal era considerado um instrumento seguro para a constituição de vantagens econômicas para o Brasil, que as regras do jogo colonial ainda permitiam, na eventualidade da formação de uma comunidade afro-luso-brasileira.<sup>51</sup>

Também nesse ponto, entretanto, são notórios as divergências e os choques de interesse entre Brasil e Portugal, persistente na sua intenção de manter o *status* colonial da África lusófona. Se, por um lado, a visão brasileira sustentava que uma Comunidade assim “[...] só faria sentido se os referidos territórios, por meio da autodeterminação, nela participassem em pé de igualdade com Portugal e Brasil”, por outro, Portugal entendia que “[...] a inclusão dos territórios ultramarinos em uma comunidade alargada permitiria certa evolução da sua autonomia administrativa, sem que isso implicasse a sua completa autonomia política.”<sup>52</sup>

A posição brasileira ia ao encontro não apenas de seu antigo interesse em incluir as colônias ultramarinas em uma Comunidade lusófona, mas, também, da nova realidade internacional que se delineava favoravelmente ao fim dos colonialismos. Essa conjuntura passa a ser percebida por Portugal, devido à sua situação de isolamento no sistema internacional - tendo em vista que até o Brasil, seu aliado tradicional, começava, de fato, a mostrar capacidade e vontade de formular uma política para a África lusófona que não seguiria os desígnios portugueses.<sup>53</sup>

Desta forma, a partir da década de 1970, é possível notar certo abrandamento da intransigência portuguesa a respeito do relacionamento do Brasil com suas colônias africanas. Abrandamento esse refletido na maior publicidade dada à idéia de criação de uma organização

<sup>50</sup> SARAIVA, *O Lugar da África...*, p. 116-117.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>52</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 302-303.

<sup>53</sup> SELCHER, *op. cit.*, p. 30.

de base cultural, nos moldes da Commonwealth, que associasse os territórios luso-falantes. Ilustrativo do entusiasmo que rodeia esse fato é a proclamação, pelo Brasil, do ano de 1972 tanto como “Ano da África”, quanto, contraditoriamente, como “Ano da Comunidade Luso-Brasileira”.<sup>54</sup>

Essa ambigüidade conceitual se explica considerando-se a clara divisão interna no tocante à descolonização e o dilema “descolonização-amizade tradicional com Portugal” - “célula máter da nossa nacionalidade”-, que persiste durante o governo Médici. Duas eram as vias possíveis para a estratégia brasileira: a da aproximação com a África independente – defendida por Gibson Barbosa – e a da penetração no continente africano por meio das províncias ultramarinas portuguesas – posição de Delfim Netto, que ia ao encontro da proposta portuguesa de anos antes. A solução para tal divergência foi encontrada em um compromisso que prolongou a atitude contraditória do Brasil quanto à questão da África portuguesa, a qual tenderia, aos poucos, à posição pró-descolonização.<sup>55</sup>

O grande sucesso da turnê de Gibson Barbosa pela África, em novembro de 1972, é apontado por Selcher como “[...] *the beginnings of the erosion of Brazil's Community option*”<sup>56</sup>, tendo em vista que a separação entre assuntos políticos e econômicos com relação à África portuguesa tornava-se insustentável. Calvet de Magalhães<sup>57</sup> argumenta que o Brasil tentou, ainda e de forma frustrada, executar uma política de mediação, a ser posta em prática em segredo, entre os governos de Portugal e dos PALOP. A justificativa para tal eram as relações especiais que o Brasil mantinha com as partes.

Portugal, no entanto, não desejava qualquer mediação na sua relação com suas colônias e esta malogrou completamente. Apesar da negativa portuguesa, suas iniciativas logo após a bem-sucedida visita de Gibson Barbosa à África, em 1972, indicavam uma ponderação a respeito de fazer concessões ao Brasil, buscando ganhar tempo. Essa era a intenção adjacente à iniciativa de reativação das conversas acerca da Comunidade. A esse respeito, afirma Selcher:

*After centuries of trying to restrict Brazil's relations with Angola and Mozambique, the Portuguese were now ready to reverse position enough to use the Community to counter increasing international isolation, but they were not eager to find themselves overwhelmed or displaced by a more powerful Brazil, which was*

<sup>54</sup> Ibid., p. 25.

<sup>55</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 305-307.

<sup>56</sup> SELCHER, *op. cit.*, p. 28.

<sup>57</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 307-312.

*developing economically at a rapid pace and for the first time in a decade showed a capacity and a desire to formulate a policy toward Portuguese Africa which was at variance with that of Portugal.*<sup>58</sup>

Persistiam o clima de desconfiança mútua e as perspectivas divergentes. Por trás das concessões feitas por Portugal ao Brasil, havia a convicção portuguesa de que, nesse contexto, seus vínculos com suas colônias eram suficientemente firmes, considerando como alarmistas as previsões brasileiras sobre a eventual independência.<sup>59</sup> O Brasil, por sua vez, mantinha-se convencido da inevitável independência das colônias sem, no entanto, proceder a uma brusca mudança na sua política a respeito da África lusófona.

Dentre os fatores que levavam o Brasil a ponderar sobre essa mudança estava o fato de que “[...] *a vital component of the Brazilian interpretation of national unity has been lavish praise of the virtues of Portuguese colonization in history and civic texts*”.<sup>60</sup> Contradizer tais elementos do imaginário nacional poderia ter conseqüências negativas no plano doméstico. Ainda Selcher:

*The origins of the indecision are heavily cultural, in both the traditional bonds of friendship with Portugal and the consequent acceptance among conservative political influentials of the Portuguese perception of African events [...] Only through the comprehension of the emotional nature of the sensitivity of the issue in Brazilian domestic politics [...] can the cause of the slowness of change be fully appreciated.*<sup>61</sup>

## 1.2 Revolução dos Cravos: início da nova fase e busca pelo re-engajamento

A descolonização viria, por si, com o golpe militar que pôs fim ao Estado Novo português e deu início a uma mudança na orientação da política externa do novo governo. De fato, a independência total dos territórios ultramarinos não se apresentava como um dos objetivos do programa do movimento revolucionário protagonista da Revolução portuguesa. Este se referia a políticas que levassem à paz entre povos portugueses de todas as raças, podendo-se ver, aí, de acordo com Macqueen, “[...] *an echo of the Salazarist dogma of ‘Lusitanian’ unity*”<sup>62</sup>. No entanto, o convite ao General Spínola para liderar a Revolução

<sup>58</sup> SELCHER, *op. cit.*, p. 30.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>61</sup> SELCHER, *op. cit.*, p. 41-42.

<sup>62</sup> MACQUEEN, Norman. Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 23, No. 1, (Mar., 1985), p. 31-32.

sugere certo grau de abertura com relação às colônias africanas, que viriam, dentro de pouco tempo, a conseguir a emancipação.<sup>63</sup>

O desfecho foi mais do que esperado, tendo em vista o desgaste da imagem portuguesa no sistema internacional e a falta de solução para a guerra da África, como já tinha percebido Gibson Barbosa em 1973. E, frente a isso, o Brasil, primeiro Estado a proceder ao reconhecimento, passa a almejar ter participação ativa no processo de descolonização. Muitas são as especulações de políticos e intelectuais que imaginavam o país como herdeiro legítimo e substituto natural da influência portuguesa na África.<sup>64</sup> Essas expectativas, no entanto, seriam frustradas pela realidade que tomava forma, na qual “[...] não houve, da parte das novas autoridades, de par com manifestações de interesse pela manutenção e pelo desenvolvimento de cordiais relações com o Brasil, tentativa alguma de associar o governo brasileiro ao processo de descolonização”.<sup>65</sup>

O aparente desinteresse português em incluir o Brasil nos processos de negociação tinha motivos tanto internos quanto externos: Portugal encontrava-se em situação de certa fragmentação de autoridade e a Guiné-Bissau (primeiro país a negociar sua emancipação com o governo português) se negava a aceitar a participação de terceiros nas negociações de sua independência.<sup>66</sup> Além disso, aos líderes do governo revolucionário da PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde -, a política anti-colonialista brasileira não parecia clara o suficiente para que ele se apresentasse como mediador.<sup>67</sup>

A hipotética receptividade natural da África aos acenos brasileiros de solidariedade cultural e política não se confirmava, sendo mais real a situação de indiferença africana e de desconfiança portuguesa. O otimismo inicial desaparecera, dando lugar à decepção, o que leva o Brasil a proceder ao reconhecimento da Guiné-Bissau mesmo antes do término das

---

<sup>63</sup> Spínola, pouco antes do 25 de abril de 1974, publicou a obra *Portugal e o Futuro*, na qual expunha sua visão acerca da África portuguesa e asseverou a criação de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira como solução para um Portugal saído do colonialismo e do isolacionismo político internacional. Desta forma, defendeu-se a autonomia progressiva das colônias africanas, admitindo, inclusive, sua independência, “[...] desde que integradas em um ‘Estado plurinacional’, beneficiando de uma verdadeira desconcentração e descentralização de poderes em toda a chamada ‘Comunidade Lusíada’”, na qual existisse igualdade plena entre seus elementos constitutivos. (Spínola, 1974, p. 158-159). A perspectiva do General português tinha como fundamento o pragmatismo de evitar a desagregação pela via revolucionária, que traria riscos aos laços que as colônias mantinham com a cultura lusíada, impedindo o posterior re-engajamento em bases diferentes.

<sup>64</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 325.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 325.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 326-328.

<sup>67</sup> SELCHER, *op. cit.*, p. 50.



negociações de independência e sem consulta prévia ao governo português.<sup>68</sup> A esse respeito, Selcher argumenta que “[...] *the surprise recognition represented tacit admission of the abandonment of Brazil’s illusory hopes for special consideration from Lisbon and a clear sign of present and future independence in the relationships with both Black Africa and Portuguese Africa.*”<sup>69</sup>

O diálogo entre Brasil e Portugal esfriara após o golpe, muito em razão do descaso português para com as intenções e interesses brasileiros. Buscando amenizar o impasse gerado nas relações entre Lisboa e Brasília, o Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal declara, em conferência à imprensa, a intenção de associar o Brasil à política de descolonização, o que se materializa no convite ao embaixador brasileiro para participar, como único diplomata convidado, do almoço oferecido pelo presidente de Portugal aos representantes do Estado da Guiné-Bissau, em razão de sua visita para participar da cerimônia da independência.<sup>70</sup> Iniciava-se, assim, nova fase no tocante ao que viria a ser a Comunidade lusófona, havendo mudança qualitativa do discurso político português relativo ao re-engajamento das ex-colônias.

À descolonização seguiu-se uma deterioração das relações entre Portugal e suas ex-colônias, caracterizada por Ferreira Lopes como “[...] longo período de frieza traumática”<sup>71</sup>. Essa fase, no entanto, acaba por dar lugar à busca, por parte de Lisboa, pelo re-engajamento das colônias, mediante a construção de novos laços e a recuperação da confiança dos líderes políticos africanos.<sup>72</sup> Durante a década de 1980, vários são os acontecimentos que possibilitam o renascimento do projeto de Comunidade, já visto por Spínola como a única saída para um Portugal pós-descolonização.<sup>73</sup>

Passada a fase de “frieza traumática” nas relações entre ex-metrópole e ex-colônias, tendo Portugal aderido à Comunidade Econômica Européia e o Brasil se redemocratizado, surge a possibilidade de viabilização do projeto antigo de Comunidade, o que se afigura uma

<sup>68</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 326-330.

<sup>69</sup> SELCHER, *op. cit.*, p. 52.

<sup>70</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 328.

<sup>71</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 17.

<sup>72</sup> MACQUEEN, *op. cit.*, p. 31.

<sup>73</sup> Spínola afirma, em *Portugal e o Futuro*, que o futuro da lusofonia passa pela construção de uma Comunidade Lusíada: “Alargando a nossa inegável força de integração, alicerçada na língua comum e na total tolerância e harmonia cultural e racial, poderíamos construir no mundo, como resultante da expressão inequívoca da vontade das populações, uma federação de estados portugueses.” (SPÍNOLA, *Portugal e o Futuro*, p. 159).

das prioridades portuguesas entre os períodos de 1983 e 1996.<sup>74</sup> A esse respeito, afirma Ferreira Lopes:

Assegurado um quadro político estável, seria possível relançar, em novos moldes, a política externa portuguesa para outros espaços onde ainda detinha alguma influência, em virtude da partilha da língua e de ‘cumplicidades’ várias com os países africanos lusófonos e o Brasil, de modo a reduzir a nova dependência do mercado europeu e aumentar o [seu] prestígio internacional.<sup>75</sup>

Pode-se observar, durante esse período, mudança qualitativa no discurso português, que passa a referir-se a um “[...] plano de amizade franca e igualdade absoluta [...]”, o qual se insere em uma *diplomacia dos pequenos passos* na construção da organização lusófona.<sup>76</sup> Em 1985, o reengajamento de Portugal com suas ex-colônias estava consolidado, com o estabelecimento das bases para novas relações.<sup>77</sup> Essas relações foram fortemente impulsionadas no governo de Aníbal Cavaco Silva (1985-1995), baseando-se em uma estratégia de diálogo que se mostrou exitosa, tendo em vista a reestruturação da cooperação com esses países.<sup>78</sup>

Nesse contexto em que as prioridades da política externa portuguesa se dividem entre suas relações com a Europa e a reestruturação dos seus laços com a África lusófona, surge a chamada Geração da Lusofonia, nascida nos anos de 1980, às voltas das revistas da Lusofonia e dos Congressos lusófonos.<sup>79</sup> A lusofonia, enquanto construção teórica, insere-se na convicção de que a superação dos problemas portugueses passa necessariamente pela defesa e pelo engrandecimento da língua portuguesa, com a conseqüente congregação dos países que nela se comunicam, como afirma Barradas de Carvalho: “[...] assim, perante a encruzilhada, a Europa ou o Atlântico, pronunciamo-nos pelo Atlântico, como única condição para que Portugal reencontre a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuinidade, medieval e renascentista.”<sup>80</sup>

Cabia relançar a política externa portuguesa para a África lusófona e, para tanto, importante foi a manutenção do português como língua unificadora e de comunicação entre as etnias das nações africanas independentes. Esse fato permite o surgimento de elaborações

<sup>74</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 19.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>76</sup> *Ibid.* p. 19-20.

<sup>77</sup> MACQUEEN, *op. cit.*, p. 49.

<sup>78</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 21.

<sup>79</sup> Com relação às prioridades da política externa portuguesa no período, consultar: LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 19,

<sup>80</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?*. Lisboa: Livros Horizonte, Col. Horizonte, 2ª. Ed., 1982, p. 64-67.

teóricas que têm por objetivo forjar identidades, “[...] detectar o gênero de imaginário que poderia constituir fundo vivo e fecundo do qual emergiriam eventuais valores lusófonos”.<sup>81</sup> Isso porque o idioma, reconhecido pelo Estado como instrumento supranacional, contém, em si, o próprio conceito de *unidade*, possibilitando que a consciência da coletividade proporcione a expressão como base da própria identidade.<sup>82</sup>

O reconhecimento dessas condicionantes de natureza lingüística - juntamente com as “[...] fortes tendências de supra nacionalidade que ocorrem hoje no mundo” - é apontado por Feijó Sobrinho como o fator que aprimorou a percepção da necessidade de “[...] se imprimir maior dinâmica na coesão do espaço lusófono.”<sup>83</sup> Vê-se, assim, a despeito das diversidades da língua em uso apontadas por Enilde Faulstich<sup>84</sup>, a importância do idioma comum para as construções imaginárias que buscam forjar a base de cultura compartilhada de uma Comunidade triangular que congregasse Portugal, Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

### 1.3 Construções imaginárias e antecedentes da CPLP

Tendo em vista o papel das idéias na criação de realidades internacionais, no estímulo a ações domésticas ou no forjar de imaginários que justificam interesses dos Estados nas relações internacionais, pode-se afirmar que duas perspectivas teóricas complementares rodeiam o projeto de criação de uma Comunidade lusófona ao longo do século XX: o luso-tropicalismo e a lusofonia. Falar do luso-tropicalismo, nascido das obras escritas por Gilberto Freyre, requer situá-lo dentro de um contexto mais amplo, de construção da identidade cultural brasileira, que se inicia desde a independência, em 1822. Isso porque as categorias que emanam desses estudos não nascem separadas do seu ambiente intelectual, o qual evolui para que, na década de 1930, se fizesse possível o surgimento de *Casa Grande & Senzala* e da identidade pluralista brasileira, que, a partir de então, passa a estabelecer-se e a penetrar os meios políticos, servindo de fundamento para a política externa do Brasil.

<sup>81</sup> BAPTISTA, Maria Manuel. *Da Cultura Européia à Lusofonia: Pensar o Impensado com Eduardo Lourenço*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas: Galiza, Portugal, Brasil e Palop, Faculdade de Ciências Económicas – Universidade de Santiago de Compostela, 13 a 15 de Setembro de 2000, p. 9.

<sup>82</sup> FAULSTICH, Enilde. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001, p. 105-107.

<sup>83</sup> FEIJÓ SOBRINHO, *op. cit.*, p. 48

<sup>84</sup> FAULSTICH, *op. cit.*, p. 107.

Estudos apontam que, até a independência do Brasil, houve uma “quase completa identidade cultural”<sup>85</sup> entre metrópole e colônia, dando lugar, a partir de 1822, ao dilema que divide as elites brasileiras entre a necessidade de se criar uma identidade nacional própria e a fidelidade ao que ficou da cultura e das tradições portuguesas. O sentido moderno da palavra “brasileiro” emerge, assim, na linguagem política, com conotação de identidade coletiva - seja ela social, política ou cultural -, ao mesmo tempo em que o português transforma-se no “outro”, identificado com o passado de atraso. A identidade nacional surgia por meio da negação do que não era nacional.<sup>86</sup>

Com a proclamação da República e o crescimento da emigração portuguesa para o Brasil, voltam à tona as discussões acerca da nacionalidade brasileira. Esse momento é marcado pelo embate discursivo entre grupos de intelectuais que criticam as influências consideradas ruins da cultura lusitana e os que, em oposição, realçavam a importância desta cultura na formação da identidade nacional. Nesse contexto, o grande fluxo de imigrantes portugueses para o Brasil teve papel de destaque na manutenção de laços econômicos, culturais e afetivos entre os dois países, criando instituições que acabaram por assumir a função de realizar trocas culturais entre ambos.<sup>87</sup> A respeito desse período em que a “brasilidade” era buscada por meio da rejeição, afirma Cervo:

Os autores brasileiros que desenvolvem esse tema defendem a tese segundo a qual o povo a que pertencem é diferente dos outros – europeus ou americanos – em razão da identidade nacional. [...] A identidade nacional significava para a ideologia da brasilidade ser diferente do estrangeiro e combater a alienação cultural.<sup>88</sup>

A virada do século XIX, definida por Cervo como um “momento pessimista”, é marcada por reflexões sobre a natureza do “ser brasileiro” desenvolvidas por precursores das ciências sociais brasileiras, como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Nina Rodrigues. De acordo com esses intelectuais, influenciados pelas teorias européias de desigualdade das raças, o brasileiro era moldado tanto pelo clima e pelo meio ambiente, quanto pelo fator da mestiçagem das raças. Nesse contexto, o negro e o índio eram tidos como elementos inferiores, óbices do processo civilizatório, enquanto que a raça branca era vista como a única capaz de impulsionar a civilização. Esse cenário intelectual pessimista começa a mudar sob a influência do nacionalismo modernista da década de 1920 e do romantismo brasileiro de fins

<sup>85</sup> CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 226

<sup>86</sup> *Ibid.* p. 228.

<sup>87</sup> A esse respeito, Bessone da Cruz Ferreira e Bastos Pereira das Neves citam o Gabinete Português de Leitura, criado em 1837, o Retiro Literário Português, de 1849, o Liceu Literário Português, de 1968 – algumas destas instituições presentes até hoje no Rio de Janeiro. (CERVO & MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 244–246.).

<sup>88</sup> CERVO, *Multiculturalismo...*, 1995, p. 136;

do século XIX, propiciando o surgimento, na década de 1930, de estudos como os desenvolvidos por Gilberto Freyre.<sup>89</sup>

Gilberto Freyre foi, e continua sendo, um dos mais renomados culturalistas brasileiros. Suas idéias influenciaram, durante muitas décadas, os mais variados ramos do pensamento brasileiro e português, penetrando círculos políticos e gerando debates que perduram até os dias atuais. Sua primeira obra, *Casa Grande & Senzala*, traz a elaboração de suas teses fundamentais, definidoras do chamado luso-tropicalismo, as quais podem ser resumidas em cinco argumentos principais:

- 1) As relações entre os brancos e as raças de cor, no Brasil, foram condicionadas pela monocultura latifundiária e pela escassez de mulheres brancas entre os conquistadores, o que criou “zonas de confraternização entre vencedores e vencidos.”<sup>90</sup>
- 2) Os portugueses, em comparação com outros europeus, eram mais predispostos à colonização híbrida, devido ao seu próprio passado étnico-cultural indefinido entre Europa e África.<sup>91</sup> A colonização do Brasil se fez “muito à portuguesa”, “heterogeneamente quanto a procedências étnicas e sociais”.<sup>92</sup>
- 3) “O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou da pureza da raça”<sup>93</sup>, tendo, como conseqüência, a miscigenação - obra da mobilidade e da aclimação dos portugueses às regiões tropicais. A “plasticidade social”<sup>94</sup> do português gerou, assim, um novo indivíduo e uma sociedade híbrida “com características nacionais e qualidade de permanência”.<sup>95</sup>
- 4) A formação brasileira não se processou no sentido puro da europeização, haja vista que a cultura européia se pôs em contato com a indígena e a africana.<sup>96</sup> O sistema

---

<sup>89</sup> A esse respeito, consultar: CERVO, *Multiculturalismo...*, p. 137-138; SKIDMORE, Thomas E., Raízes de Gilberto Freyre. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 34, N° 1, Feb. 2002, p. 1-20. Skidmore afirma que a Primeira Guerra Mundial também pode ser considerada como um dos fatores que impulsionam a mudança de visão brasileira acerca de sua própria formação sócio-cultural, pois a partir daí o Brasil “*began to reexamine its relationship to Europe, previously one of deference and dependence. The fratricidal slaughter in Europe demonstrated that the most advanced (white!) nations were prepared to sacrifice millions of their finest young men on the altar of a self-destructive concept of nationality.*” (Ibid., p. 3-4).

<sup>90</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987, p. lx.

<sup>91</sup> Nesse ponto, o autor afirma que o passado étnico e social português “não acusa predomínio exclusivo ou absoluto de nenhum elemento, mas contemporizações e interpenetrações sucessivas”. Id. Ibid., p. 5-8, 188-281.

<sup>92</sup> Ibid., p. 217-218.

<sup>93</sup> Ibid., p. 29.

<sup>94</sup> Ibid., p. 189.

<sup>95</sup> Ibid., p. 9-13.

<sup>96</sup> Ibid., p. 52.

patriarcal da colonização portuguesa foi um sistema de “plástica contemporização entre as duas tendências”: a da “imposição imperialista da raça adiantada à atrasada” e a da “contemporização com as novas condições de vida e de ambiente”.<sup>97</sup> O colonizador português teria sido, portanto, um contemporizador, que não tinha “nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis”<sup>98</sup>; aquele que, dentre os europeus, “melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores”.<sup>99</sup>

- 5) O elemento africano da formação brasileira apresenta-se como “o maior e mais plástico colaborador do branco na obra da colonização agrária”<sup>100</sup>, agente ativo e criador, degradado “apenas pela sua condição de escravos”.<sup>101</sup> Desta forma, afirmase a necessária distinção que deve ser feita com relação ao negro: a da sua influência pura e a da sua influência na condição de escravo.<sup>102</sup> As patologias apresentadas pela sociedade escrava resultavam, portanto, não da mistura racial, mas dos efeitos perversos do sistema escravocrata, patriarcal e monocultor.<sup>103</sup> A raiz dos problemas não estava no fato étnico, mas no social.<sup>104</sup>

Destes argumentos acima elencados – e, principalmente, no que tange à miscigenação – deriva-se o conceito mais debatido do referido autor, o de que, no Brasil, houve – ou há – uma “democracia racial”.<sup>105</sup> Urge, no entanto, a compreensão do referido conceito sob duas perspectivas diferentes, uma absoluta e outra relativa. Sob a perspectiva absoluta, a chamada “democracia racial”, fruto da miscigenação que marca a história colonial brasileira, corresponde à afirmação de que, na formação étnica e social brasileira, participaram três raças – a europeia, a africana e a indígena –, fazendo surgir um novo tipo de indivíduo, o miscigenado. A esse respeito, Freyre afirma que “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos, a pinta, do indígena ou do negro.”<sup>106</sup>

<sup>97</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala...* p. lxii.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 189.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 189.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 289.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 307.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 314.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. lxi.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 351.

<sup>105</sup> Em *O mundo que o português criou*, Freyre desenvolve melhor o conceito de democracia racial, dando a ele nuances que não estavam tão explícitas em *Casa grande & senzala*. Vide: FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 43-68.

<sup>106</sup> FREYRE, *Casa grande...*, p. 283.

Sob a perspectiva relativa, tem-se a afirmação de que a miscigenação ocorrida no Brasil diminuiu as distâncias raciais, possibilitando uma maior mobilidade social da raça negra e da ameríndia, concorrendo para uma maior plausibilidade de democracia social, se comparado aos demais Estados multiculturais. Note-se, com relação a esta perspectiva, que não se nega a existência de discriminações raciais entre os brasileiros, afirmando-se, apenas, que, em perspectiva comparada, o Brasil apresenta maior harmonização entre as raças.<sup>107</sup>

A despeito dos preconceitos existentes e da subjugação das raças de cor por parte dos colonizadores, Freyre opina que “[...] a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala.”<sup>108</sup> Vamireh Chacón define precisamente a perspectiva relativista do seu pensamento ao anunciar que “Gilberto Freyre nunca afirmou a democracia racial pronta e acabada na lusofonia, e sim que Portugal e Brasil dela estão mais próximos que qualquer outra cultura ou civilização actual.”<sup>109</sup>

Qualificado por diversos intelectuais e políticos como um dos alicerces da idéia de uma Comunidade lusófona<sup>110</sup>, o pensamento de Gilberto Freyre teve grande repercussão, não apenas no Brasil, mas também em Portugal, onde o imperialismo dele se apropriou como justificativa para sua permanência nas colônias africanas.<sup>111</sup> Devido aos seus posicionamentos políticos e às suas conjecturas feitas sobre suas próprias idéias<sup>112</sup>, Gilberto Freyre foi alvo de fortes críticas que culminaram, na década de 1990, com a desconstrução do chamado discurso culturalista.<sup>113</sup> A respeito destas críticas, avalia Sombra Saraiva que “[...] o discurso freyreano, fundamental para a diplomacia brasileira no processo de aproximação à África,

<sup>107</sup> Em diversas passagens da obra *Casa grande & senzala*, Freyre afirma a existência de preconceitos: “Deve-se, entretanto, restringir nas afirmações de Charles Comte [acerca da miscigenação] as vantagens que ele destaca nos filhos mestiços de senhores com escravas. Porque não faltam desvantagens: os preconceitos inevitáveis contra esses mestiços. Preconceito contra a cor, da parte de uns; contra a origem escrava, da parte de outros.” (id., *ibid.*, p. 448).

<sup>108</sup> FREYRE, *op. cit.*, p. lx

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>110</sup> A esse respeito, Selcher afirma: “Several previous treaties, much rhetoric, and the ideas of Brazilian sociologist Gilberto Freyre on ‘Luso-tropicalism’ already existed as a foundation for this Community” (SELCHER, *op. cit.*, p. 26); Ver também: CHACON, *op. cit.*, p. 9. e LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 8.

<sup>111</sup> Vários autores tratam da apropriação que se faz, a partir da década de 1950, no Portugal salazarista, de categorias freyreanas, as quais passam a justificar a ação imperialista portuguesa nas suas colônias africanas. A esse respeito, ver: MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000 ; CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O Lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1936-1961)*, Porto: Afrontamento, 1998.

<sup>112</sup> A respeito das conjecturas freyreanas, vide: FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

<sup>113</sup> Sobre a desconstrução do discurso culturalista, ver: SARAIVA, O Lugar da África..., p. 230-239.

procurou integrar a África à nacionalidade brasileira. Mas o fez pela porta da cozinha, e não da sala de estar”.<sup>114</sup>

Apesar disso, a idéia de lusofonia não prescinde da revisitação das obras freyreanas, como afirma Moisés de Lemos Martins<sup>115</sup>, principalmente no que tange às conjecturas acerca da miscigenação - não apenas de etnias, mas “de memórias, tradições e paisagens”. Não deixando de afirmar a condição de mito do luso-tropicalismo, o seu caráter político e a sua natureza retórica de querer persuadir, o referido autor assevera a importância desse pensamento no tocante à “[...] valorização dos diferentes contributos – africanos, ameríndios, orientais, europeus – para a civilização comum luso-tropical”.<sup>116</sup> O discurso da lusofonia estaria marcado, portanto, por essa influência na afirmação de que a unidade de sentimento e cultura - defendida por Freyre em várias de suas obras – deve sobrepor-se às questões de soberania, dando lugar a uma organização transnacional que congregue os vários Estados que partilham dessa mesma matriz lingüística-cultural. Nesse sentido, afirma Martins:

A figura da lusofonia deriva desta raiz luso-tropicalista, de que é, no essencial, a meu ver, uma recomposição. [...] liberta da componente colonialista em que o estado Novo português enredou o luso-tropicalismo, a figura da lusofonia convoca hoje uma comunidade transnacional, com propósitos político-culturais.<sup>117</sup>

Ainda a esse respeito, e tratando das apropriações que o discurso da lusofonia, nascido na década de 1980, faz do pensamento de Freyre, Martins aponta a importância do argumento freyreano, que traz, em si, “[...] um multiculturalismo com o denominador comum de uma língua como pátria.”<sup>118</sup> Categorias resgatadas de *Casa Grande & Senzala*, e que já tinham ganhado grande destaque entre os intelectuais portugueses da década de 1950 - como a plasticidade social portuguesa, a apetência pela miscigenação e a ausência de orgulho racial -, voltam à tona na busca pelo re-engajamento português às ex-colônias, no âmbito do qual se inseriu o referido discurso.

Quanto à definição da identidade portuguesa, um dos temas que emergem do estudo do caráter nacional português é o da decadência nacional, a qual, de acordo com Lourenço Macagno<sup>119</sup>, encontra, no Império, a sua saída, tendo o imaginário coletivo se nutrido, muitas

<sup>114</sup> SARAIVA, *O lugar da África...*, p. 232.

<sup>115</sup> MARTINS, Moisés de Lemos. Lusofonia e Luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. *Visages d’Amerique Latine*, n° 3, Junho de 2006, p. 93.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 94-95.

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>118</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 92.

<sup>119</sup> MACAGNO, Lorenzo. *Etnografias Portuguesas (1879-1970). Cultura Popular e identidade nacional*, by João Leal. *MANA*, Vol. 8, N° 1, pp. 213-240, 2002, p. 225.



vezes, pela idéia de vocação ultramarina. Daí a grande importância da manutenção do *status* colonial dos seus territórios ultramarinos para o nacionalismo português, como afirma Henriksen<sup>120</sup> com relação à política de “*national revival*” de Salazar, a qual usava a África portuguesa como forma de recuperar poder e prestígio:

*A broader-based examination provides, however, a fuller understanding of Portugal's considerable dependence on Africa for more than economic profit. Motives such as nationalism, a sense of a destined mission, history and tradition, and even fear moved and continue to move Portugal to retain African territory.*<sup>121</sup>

A lusofonia se insere nessa perspectiva de recuperação da grandeza nacional do Estado português, como argumenta Alfredo Margarido, ao apresentá-la como um novo mito português surgido, com o desenrolar da descolonização da África lusófona. A intenção era a de fazer desse discurso a base teórica para a recuperação do espaço atlântico - perdido desde as guerras coloniais da década de 1960 - por meio do esquecimento tanto da história colonial quanto das conturbadas relações entre Portugal e os povos colonizados, mediante a tentativa de controle do idioma português.<sup>122</sup> O intuito por trás de tais desígnios era, portanto, manter a crença na “missão civilizatória” portuguesa na África, colocando no centro da argumentação o seu papel protagonista, dentro de um “espaço lusófono”, na defesa da língua “mãe”.

A lusofonia deveria, assim, ser entendida como um espaço de cultura emergido no “território imaginário de paisagens, tradições e língua”, dentro de um “inconsciente lusófono, um fundo mítico que se alimenta de sonhos”, tendo por objetivo produzir efeitos sociais, representar uma dada ordenação simbólica de mundo.<sup>123</sup> Em função disso, a criação desse discurso – para o qual a história da língua portuguesa na África é central - tem como finalidade recuperar o domínio português sobre as suas ex-colônias. Aproveitando-se da manutenção do idioma como língua oficial, os novos Estados que nasciam foram, dentro dessa lógica, enquadrados em siglas como PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - e “Os Sete”. A esse respeito, afirma Hamilton: “[...] *since independence, any number of Portuguese politicians, writers, and intellectuals seem to aspire to see their tiny nation at the center of a Lusophone cultural power, if not superpower.*”<sup>124</sup>

<sup>120</sup> HENRIKSEN, *op. cit.*, p. 409.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 405.

<sup>122</sup> HAMILTON, Russell G. Lusofonia, Africa, and Matters of Languages and Letters. *Hispania*, v. 74, n. 3, Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature, and Culture, Setembro de 1991, p. 611;

<sup>123</sup> MARTINS, *op.cit.*, p. 89.

<sup>124</sup> HAMILTON, *op.cit.*, p. 611.

Definida como mito – fenômeno discursivo que objetiva estruturar uma realidade social -, a lusofonia é ferramenta ideológica que “[...] integra o vasto conjunto de palavras com as quais encenamos a relação entre o mesmo e o outro”, usada para “[...] exprimir pertenças e identidades, e mesmo para delimitar territórios”.<sup>125</sup> Nesse contexto, a língua portuguesa assume a função de instrumento de comunicação e de relacionamento, além de apresentar-se como fator de ligação entre os países e povos que a falam. A esse respeito, Regina Helena Pires de Brito<sup>126</sup> afirma que a linguagem não é só conceitual, mas também afetividade, emoção, desejo, intencionalidade e vontade, apresentando-se, assim, como dimensão da pertença identitária e elemento do sistema de representação simbólica da realidade. Tomando isso por pressuposto, a lusofonia busca forjar um espaço lusófono, no qual Portugal tem o papel de destaque enquanto berço da língua de Camões.

Mário Soares, líder político português de grande destaque nas estratégias de re-engajamento do período pós-descolonização, afirma-se como um dos maiores entusiastas portugueses da idéia de uma língua comum e unificadora, tendo em vista fortalecer a presença de Portugal nos territórios lusófonos.<sup>127</sup> Parece coerente, assim, o argumento de que fazia parte da busca por novos laços que ligassem Portugal às suas ex-colônias a criação do mito capaz de congregar estes territórios em uma idéia de futuro comum, derivado do passado e da língua compartilhada.

Ao tomar do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre o seu pendor culturalista e regionalista, a lusofonia reclama, para Portugal, lugar de destaque na luta pela defesa do idioma e da cultura emergida da história comum, em um ambiente internacional marcado pela globalização cosmopolita que deslocaliza culturas e povos. Resgatando categorias e conceitos freyreanos caracterizadores dos frutos da colonização portuguesa, como a miscigenação – geradora de progresso e de cultura-, apresenta a idéia da necessidade de criação de uma federação cultural e afirma a existência de uma pertença identitária. Desta forma, Martins<sup>128</sup> apresenta a lusofonia como recomposição do luso-tropicalismo – liberando-o do componente

---

<sup>125</sup> MARTINS, op. cit., p. 90; Hamilton também trata do assunto ao comparar o termo lusofonia ao de francofonia, que ele define como “a Word reputedly coined by General Charles de Gaulle and used by the famous Gallic statesman and fervent patriot to identify an ideological, mythic construct shared by diverse human groups and held together by the millennial force of a common language that conveys a historic and, of course, French-dominated macro-culture”. (HAMILTON, op. cit., p. 611)

<sup>126</sup> BRITO, Helena Pires de. Língua e pertença identitária no contexto lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, São Paulo/Lisboa: Federação Lusófona, v. 1, p. 69-77.

<sup>127</sup> HAMILTON, op. cit., p. 612.

<sup>128</sup> MARTINS, op. cit., p. 93-95.

colonialista que o Estado Novo português lhe imprimiu - ao identificar, naquela, traços deste, como a valorização da unidade de sentimento e cultura legada pelo colonialismo português.

Esse espírito de lusofonia, ao que parece, tem ganhado aceitação entre os PALOP mais por razões estratégicas imediatas do que como resultado de persuasão, pois “[...] *in recent times several of these countries, writers and intellectuals have made pronouncements on the Portuguese language and its affective, emotive significance to the evolving national cultures of the PALOP*”.<sup>129</sup> Tem-se visto, na realidade, uma crescente reivindicação, por parte destes Estados, de um estatuto não apenas de receptor do idioma, mas de co-proprietário.

O argumento de que o português, na África, está envolto em marcas culturais que fazem dele um idioma também africano leva à reivindicação que traz, em si, a apropriação do discurso da lusofonia. A respeito da intenção de dotar o espaço lusófono de igualdade de direitos e deveres, tirando dos portugueses o *status* de protagonista único na defesa do idioma, afirma Hamilton: “*the acceptance of Portuguese as the principal mode of expression for the national literatures of the PALOP has thus given rise to the increasing avowals, in the 1980s, of co-ownership of that language and the resulting accommodation of the PALOP under the umbrella of lusofonia*”.<sup>130</sup>

#### **1.4 CPLP: viabilização, interesse e sociedade civil no Brasil e em Portugal**

Uma nova idéia de Comunidade lusófona começa a emergir em Portugal após as descolonizações e tem como base a mudança no seu discurso, que passa a assumir o reforço internacional da língua portuguesa como elemento vantajoso de afirmação da presença de Portugal e dos demais países lusófonos nos espaços regionais em que se inserem.<sup>131</sup> O ambiente favorável que se estabelece entre Portugal e suas ex-colônias ao longo da década de 1980 e as pretensões portuguesas de re-engajamento e de busca de prestígio internacional explicam o desenrolar das articulações em torno da criação da CPLP no momento em que o Brasil atravessava um ciclo de retraimento em suas relações com a África.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> HAMILTON, *op. cit.*, p. 613.

<sup>130</sup> *Idem, loc cit.*

<sup>131</sup> LOPES & SANTOS, *op. cit.*, p. 19-21.

<sup>132</sup> Com relação ao retraimento das relações do Brasil com a África durante a década de 1990, ver: SARAIVA, *O lugar da África...*, p.217-239.

Do lado brasileiro, a grande articulação levada a cabo pelo embaixador José Aparecido de Oliveira e as oportunidades de liderança que se abriram junto aos demais países lusófonos elucidam a razão de se ter retomado essa idéia antiga, em uma conjuntura de perda de importância do continente africano na sua estratégia de inserção internacional dos anos 1990.<sup>133</sup> A CPLP adquire, assim, o papel de “[...] instrumento de recuperação dos espaços perdidos na África”<sup>134</sup> e espaço de projeção de poder e influência, como afirma Feijó Sobrinho ao enfatizar a “[...] vontade [brasileira], talvez natural, de assumir o papel diretor na defesa e promoção da língua portuguesa, desempenhando papel ativo nas relações internacionais.”<sup>135</sup>

A dinâmica própria do sistema internacional pós-Guerra Fria, favorável ao aparecimento de novas configurações internacionais e de estruturas derivadas da reunião de países na defesa de interesses e valores comuns, é outro fator que complementa o quadro no qual a CPLP começa a tomar forma.<sup>136</sup> Nesse contexto de globalização, o surgimento de uma cultura global – principalmente em decorrência das novas tecnologias de telecomunicações e da emergência das corporações midiáticas internacionais – é visto como ameaça à centralidade das culturas e das identidades nacionais.<sup>137</sup>

A esse respeito, e tendo em vista a necessidade de união pela preservação da língua comum em um ambiente internacional marcado por uma “guerra cultural”, Chacon argumenta que “[...] cultura que não crê em si não dura nem fecunda; para durar e fecundar, precisa de mínimo denominador comum de valores sociais, éticos e culturais [...] Uma casa dividida não sobreviverá.”<sup>138</sup> É nesse campo de preservação dos valores, das “afinidades e discrepâncias quanto às concepções de mundo”, que a CPLP deve ser inserida, de acordo com Celso Lafer,

---

<sup>133</sup> Sobre os esforços de José Aparecido e oportunidades de liderança, ver: FEIJÓ SOBRINHO, *op. cit.*, p. 61-62; BRASIL, Embaixada em Lisboa. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Junho 1994, p. 9-17. A respeito das opções seletivas do Brasil na África e o ângulo brasileiro: SARAIVA, José Flávio Sombra. CPLP: plataforma para uma frutífera concertação político-diplomática. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001, p. 57-63.

<sup>134</sup> SARAIVA, *Comunidade...*, p. 62

<sup>135</sup> FEIJÓ SOBRINHO, *op. cit.*, p. 61.

<sup>136</sup> A esse respeito, Held, MacGrew et alii afirmam: “the emergence of global politics and elements of cosmopolitan Law has gone hand in hand with the development of new forms of regionalism.”

<sup>137</sup> HELD, David; MCGREW, Anthony G.; GOLDBLATT, David et al. *Global Transformations*. Stanford, California: Stanford University, 1999, p. 328.

<sup>138</sup> CHACON, Vamireh. *O Futuro da Lusofonia*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2002, p. 36.

para quem a promoção da língua portuguesa corresponde, ainda, à promoção de ideais de desenvolvimento, democracia e paz.<sup>139</sup>

Em novembro de 1989, dá-se o primeiro passo no processo de formalização da Comunidade, com a criação, na Cimeira do Maranhão, do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cujos objetivos contemplam a promoção, a defesa, a difusão e o enriquecimento da língua portuguesa, além do desenvolvimento de relações culturais entre os membros.<sup>140</sup> Em 1993, o então embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, aproveitando-se do novo ambiente estabelecido entre os “Sete” – como passariam a ser chamados - encaminha a proposta de criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ao presidente Itamar Franco, que a submete aos demais Chefes de Estado e de Governo dos países lusófonos. Com a aprovação unânime da proposta, inicia-se um longo período de reflexão, envolvendo os setores da sociedade mais capacitados a contribuir para tal iniciativa, reunidos em mesas-redondas e realizando estudos e entrevistas, com vistas a detectar fragilidades e oportunidades decorrentes desse relacionamento que se construía.<sup>141</sup>

A dimensão societária da CPLP tem ganhado importância tanto em decorrência do papel que a sociedade civil e a opinião pública adquirem nas democracias, quanto pelo fato de a Comunidade assentar-se sobre ligações culturais e lingüísticas mantidas por meio das interações sociais. Com relação ao primeiro ponto, pode-se afirmar que o desenvolvimento da crença na opinião pública coincidiu, em geral, com o abandono das noções autoritárias do Estado e que, pelo menos em teoria, a sua grande relevância em regimes democráticos resulta do fato de que, nesses regimes, as políticas públicas – dentre elas a política externa – buscam refletir a opinião da maioria dos cidadãos, que servem de legitimadores da ação.<sup>142</sup>

No que tange às ligações culturais que sustentam a idéia da Comunidade, afirma-se que a base da construção identitária e da aproximação política, cultural e econômica entre seus povos se construiu desde a época da colonização e se expandiu com a apropriação comum da

<sup>139</sup> Em discurso citado na obra *CPLP: oportunidades e perspectivas*, Lafer afirma: CARDIM, Carlos Henrique; CRUZ, João Batista (Orgs.). *CPLP: oportunidades e perspectivas*. Departamento de África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: IPRI, 2002, p. 18-19

<sup>140</sup> Brasil, Embaixada em Lisboa. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Junho 1994, p. 8.

<sup>141</sup> *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Embaixada do Brasil em Lisboa, Junho 1994, p. 9-17.

<sup>142</sup> CHILDS, Harwood L. By public opinion I mean. *The Public Opinion Quarterly*. Vol. 3, N° 2, pp. 327-336, abril de 1939, p.331 ; WILSON, Francis G. Concepts of Public Opinion. *The American Political Science Review*, Vol. 27, N° 3, pp. 371-391, junho de 1933, p. 383-384.

língua portuguesa pelos Estados já independentes.<sup>143</sup> De acordo com tal perspectiva, o idioma não apenas serviu de instrumento de construção de identidades nacionais, como também viabilizou a criação de sentimentos de pertencimento a uma comunidade supranacional.

Cláudio Furtado argumenta que, mais do que estruturas formais de Estado e de Governo, existiram, entre os países luso-falantes, “espaços de interação, teias de relações sociais que se foram construindo tendo como substrato a cultura e o imaginário”, levadas a cabo pela chamada sociedade civil.<sup>144</sup> A CPLP surge, portanto, como espaço multicultural que comporta uma heterogeneidade resultante de fatores geográficos, culturais, étnicos, históricos, políticos e econômicos, cuja diversidade pode tanto afastar quanto aglutinar os países-membros em torno de determinadas questões.<sup>145</sup>

Em que pese a importância dada à participação e à interação social dentro da Comunidade, as opiniões divergem acerca da atuação da sociedade civil no contexto de criação da CPLP. Alguns estudiosos advogam o seu protagonismo, com base nas atividades das quais representantes e organizações civis tomaram parte, como as Mesas-Redondas Afro-Luso-Brasileiras, que marcaram o período de reflexão e de mobilização iniciado com a aprovação da proposta de criação da Comunidade. Argumenta-se que essas Mesas-Redondas envolveram os setores da sociedade mais capacitados a contribuir com a ideia da Comunidade, como diplomatas, estudiosos, intelectuais, escritores e demais personalidades lusófonas com interesse e potencial para contribuir para o projeto.<sup>146</sup> Feijó Sobrinho afirma, corroborando a opinião deste primeiro grupo de intelectuais, que a institucionalização da CPLP:

[...] foi um fenômeno impulsionado na última década pelo movimento reivindicativo da sociedade civil, através de mesas-redondas, de congressos, da imprensa falada e escrita, dos cientistas políticos, de acadêmicos, de escritores, de jornalistas e de outros segmentos da intelectualidade dos Sete Países de língua portuguesa. Esses debates políticos desmoronam a ideia corrente nos círculos oficiais de que tal

<sup>143</sup> A esse respeito, vide: ALMEIDA, Miguel Vale de; BASTOS, Cristiana; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002; LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Gradiva Publicações 1999; PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

<sup>144</sup> FURTADO, Cláudio. Movimentos sociais e a sociedade civil na CPLP. Interesses e propostas de atuação. In: CARDIM, Carlos Henrique ; CRUZ, João Batista (Orgs.). *CPLP: Oportunidades e Perspectivas*. Departamento de África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: IPRI, 2002. p. 112-114.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 111.

<sup>146</sup> A respeito das Mesas-Redondas, vide: *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Embaixada do Brasil em Lisboa*, Junho 1994.

processo começou mal, porque nascia de cima para baixo, ou seja, sem auscultação da sociedade civil.<sup>147</sup>

Por outro lado, há o grupo de intelectuais que, apesar da existência de tais atividades, afirmam a ausência de amplo debate social, tanto durante quanto depois das negociações que levaram à criação da Comunidade, identificando aí a causa da sua ineficiência. João Melo, ao criticar a falta de cobertura midiática ampla dos acontecimentos relacionados à CPLP, afirma que as Mesas-Redondas realizadas para discutir o projeto da Comunidade eram encontros com participação muito reduzida e praticamente sem cobertura midiática – com a única exceção da mesa-redonda de Luanda, que contou com maior representação social.<sup>148</sup>

A despeito da discordância no tocante à atuação da sociedade na esfera comunitária, patente é opinião acerca do seu valor. Sendo a CPLP uma Comunidade de base lingüístico-cultural, cuja razão de ser é a pressuposição de um espaço comum que une povos falantes de um mesmo idioma, vê-se a necessidade de manutenção desse espaço por meio da intensificação dos contatos entre seus povos. A perenidade da Comunidade passa, portanto, pela efetiva cooperação entre as organizações da sociedade civil, o que depende da sua conscientização e informação a respeito da relevância tanto do tema quanto da atuação social no seu âmbito.<sup>149</sup> Nesse contexto, a cobertura midiática ganha importância, tendo em vista seu papel na formação da opinião pública, mediante a veiculação de informação e o debate de idéias.

---

<sup>147</sup> FEIJÓ SOBRINHO, *op. cit.*, p. 129.

<sup>148</sup> MELO, João. A CPLP e a Mídia. In: CARDIM, Carlos Henrique ; CRUZ, João Batista (Orgs.). *CPLP: Oportunidades e Perspectivas*. Departamento de África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: IPRI, 2002. p. 169.

<sup>149</sup> FURTADO, *op. cit.*, p. 116.

## CAPÍTULO 2 – PERCEPÇÕES DA IMPRENSA JORNALÍSTICA BRASILEIRA ACERCA DA INTEGRAÇÃO LUSÓFONA: ENTRE A RETÓRICA E A REALIDADE

O presente capítulo visa a apresentar as percepções sustentadas pela imprensa brasileira acerca do processo de gestação e de formalização da CPLP. Para tanto, serão analisadas as notícias que foram veiculadas pelos principais periódicos da grande imprensa brasileira.

A análise não se limitará ao exame das principais visões depreendidas da leitura crítica das matérias, haja vista a relevância de traçar um panorama amplo da abordagem do tema feita pelos periódicos em questão. Quatro aspectos serão priorizados nesta análise, os quais auxiliam na elaboração desse panorama amplo: o foco principal, os temas debatidos, o enquadramento e a densidade discursiva. A análise divide-se em três pontos:

1. Primeiramente, será feita uma abordagem de viés quantitativo, de forma a verificar o quadro geral da inserção do tema na agenda jornalística brasileira;
2. Em seguida, a análise versará sobre os dois períodos relativos, mais especificamente, à fase de gestação do projeto da Comunidade, o que corresponde aos anos de 1989 e de 1994;
3. Por fim, será abordada a fase de formalização desse projeto, circunscrita, nessa dissertação, aos anos de 1996 e 1997.

Com as movimentações em torno da criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP -, em 1989, dá-se início ao Processo de gestação e de formalização da CPLP. Esse processo, que perdura até o ano de institucionalização da Comunidade, é marcado por avanços e recuos e pelo debate, na imprensa brasileira e na portuguesa, dos principais acontecimentos que dizem respeito ao tema.



A relevância da discussão travada no seio da imprensa decorre do fato de que a consolidação e a eficácia desta Organização dependem da legitimação interna da sociedade civil dos seus países-membros, sendo central, portanto, o poder dos meios de comunicação como construtores, e não apenas transmissores, da realidade. A esse respeito, argumenta João Melo: “[...] o êxito efectivo da CPLP depende da capacidade de conquistar as mentes e os corações dos cidadãos dos nossos países, para que eles abracem essa causa realmente como sua. A comunicação e os mídias podem, sem dúvida, ajudar muito nesse sentido.”<sup>150</sup> Convém, portanto, fazer algumas considerações acerca da atuação da mídia – mais precisamente, da imprensa – na informação e na formação da opinião pública.

Destarte, a atuação da mídia nesse processo liga-se à sua função na formação da opinião pública, vista por muitos estudiosos como *idéia-força* ou *força política*, por ser, nas democracias, elemento final da vida política, dando significância à atividade do Estado.<sup>151</sup> Tendo em vista a base lingüístico-cultural da CPLP, deve-se considerar, ainda, a relevância que a atuação da sociedade tem para a sua consolidação, já que a permanência dos elementos que justificam a existência do espaço lusófono - a cultura e a língua comuns - depende dos indivíduos que vivenciam essa realidade. A dimensão societária e, conseqüentemente, a atuação da imprensa jornalística na formação e na informação da opinião pública nacional afiguram-se elementos decisivos para o desempenho satisfatório dessa Comunidade.

O papel da imprensa na formação da opinião pública, de acordo com James B. Lemert, diz respeito à resolução do problema da existência de inúmeras percepções individuais acerca da realidade. Definindo opinião pública como “ perception imposed by the information about citizen attitudes toward a publicly debated issue, personality, candidate, practice, or outcome”<sup>152</sup>, o autor argumenta que um grande número de forças políticas – dentre elas a imprensa - age de forma a modificar, “corrigir” ou limitar as discrepâncias entre tais percepções. Com relação a isso, Lane e Sears, ao apontarem a importância das referências externas para a formação da opinião individual, enfatizam o papel das referências grupais e da filiação em grupos no fornecimento do que os autores chamam de “pontos de referência” que ajudam os indivíduos a formarem suas opiniões:

---

<sup>150</sup> MELO, *op. cit.*, p. 172.

<sup>151</sup> Francis G. Wilson caracteriza “opinião pública” como *idéia-força* na história, tendo em vista que abstrações são necessárias na organização do pensamento e da ação política. (WILSON, *op. cit.*, p. 371-372.)

<sup>152</sup> LEMERT, James B. *Does mass communication change public opinion after all? A new approach to effects analysis*. Chicago: Nelson-Hall Publishers, 1981, p. 12.

Quando as normas de um grupo servem como pontos de referência para um indivíduo, o grupo pode ser descrito como um de seus *grupos de referência*. Estes podem ser positivos, com o indivíduo adotando as normas do grupo como suas opiniões próprias; ou negativos, em que as normas lhe dizem o que *não* deve pensar.<sup>153</sup>

Dessa maneira, os autores afirmam que os grupos de referência são a origem da identidade social do indivíduo, oferecendo-lhe, ainda, uma imagem, ou representação da realidade, e uma forma de conhecê-la.<sup>154</sup> McLachlan<sup>155</sup>, por sua vez, argumenta que, de maneira geral e a longo prazo, a imprensa guia a opinião dos leitores política ou intelectualmente ativos na medida em que os provê de fatos e argumentos.

A opinião pública está sujeita a diversas e constantes influências que desenvolvem e alteram sua visão, sendo a imprensa um dos principais agentes de sua formação.<sup>156</sup> Estas influências, exercidas pelos periódicos na formação da opinião pública – a qual Park define como “the power of the press”<sup>157</sup> -, dão-se em diversas etapas do processo de produção do jornal, a começar pela seleção das matérias a serem veiculadas, pela importância dada a certo tema e pela forma como a notícia é apresentada. A esse respeito, de acordo com McLachlan:

*[...] in the selection of news every trait in the character of a newspaper Office has its influence: tradition, political tendency, emphasis given to home or foreign news, standarts of taste and judgment, readers' preferences, proprietors' preferences, and so on. These traits often exercises their influence without individuals being conscious of them.*<sup>158</sup>

A manipulação da opinião pública se processa, assim, em um plano discursivo e tem por objetivo ganhar a aceitação do público com relação a determinadas idéias, incitando ações e pensamentos.<sup>159</sup> Nesse sentido, e no que concerne à construção discursiva do espaço da lusofonia, a relevância da informação veiculada pela imprensa decorre do seu papel na

<sup>153</sup> LANE, Robert E.; SEARS, David O. *A Opinião Pública*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1966, p. 61.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 72-73.

<sup>155</sup> MCLACHLAN, Donald. The press and public opinion. *The British Journal of Sociology*, v. 6, n. 2, p. 159-168, junho de 1955, p. 160.

<sup>156</sup> BERNAYS, Edward L. Manipulating public opinion: the why and the how. *The American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, p. 958-971, maio de 1928, p. 958.

<sup>157</sup> De acordo com Park: “The power of the press is the influence that newspapers exercises in the formation of public opinion and in mobilizing the community for political action.” (PARK, Robert E., News and the Power of the Press. *The American Journal of Sociology*, v. 47, n. 1, Jul., 1941, p. 1-11.).

<sup>158</sup> MCLACHLAN, *op. cit.*, p. 160.

<sup>159</sup> Vide a noção de poder da imprensa desenvolvida por Park: PARK, *op cit.*, p. 01.

formação da opinião pública – especialmente em matéria de política externa - e na sua posição enquanto agente da historicização do cotidiano.<sup>160</sup>

## 2.1 O reduzido espaço dedicado à CPLP

A abordagem quantitativa que se segue tem por objetivo levantar o número de artigos veiculados na imprensa brasileira, cuja temática verse diretamente sobre o processo de institucionalização da CPLP. Tendo em vista que este número é extremamente reduzido, afirma-se, *a priori*, a também reduzida importância dada pela imprensa nacional ao acontecimento. Ao todo, noventa e dois artigos, veiculados nos sete jornais brasileiros pesquisados<sup>161</sup>, trataram do tema: dezenove destes publicados no ano de 1989; vinte e três, no de 1994; trinta e nove, no de 1996; e onze, no de 1997.

De princípio, vale enfatizar que o maior número de matérias publicadas em 1996 corresponde ao fato de este ter sido o ano em que tomou forma a Comunidade. A criação da CPLP, portanto, justifica o aumento do interesse sobre o tema, ainda que em pequena escala, no referido ano, o que se traduziu no maior número de artigos opinativos e em um grau de debate relativamente mais profundo do que o dos demais períodos. O gráfico a seguir mostra, em porcentagem, o que foi dito acima, sendo possível perceber que a quantidade de matérias publicadas em 1996 corresponde à quase totalidade de todas as produzidas nos anos anteriores.<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup> A esse respeito, McLachlan argumenta que, de maneira geral e no longo prazo, a imprensa escrita guia a opinião dos leitores política ou intelectualmente ativos na medida em que os provê de fatos e argumentos. (MCLACHLAN, Donald. The press and public opinion. *The British Journal of Sociology*, v. 6, n. 2, p. 159-168, junho de 1955, p. 160.). Bernays, por sua vez, afirma que a opinião pública está sujeita a diversas e constantes influências que desenvolvem e alteram sua visão, sendo a imprensa um dos principais agentes de sua formação. (BERNAYS, Edward L. Manipulating public opinion: the why and the how. *The American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, p. 958-971, maio de 1928, p. 958.).

<sup>161</sup> *Correio Braziliense, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Jornal de Brasília, Jornal da Tarde, O Globo.*

<sup>162</sup> Esse argumento tem como pressuposto a consideração de que todas as matérias acerca de CPLP veiculadas na imprensa escrita brasileira de alcance nacional tenham sido compiladas e arquivadas nas devidas pastas de recortes do Senado Federal.

**Figura 1 - Matérias sobre CPLP veiculadas na imprensa brasileira: porcentagem anual relativa ao total das notícias publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados**

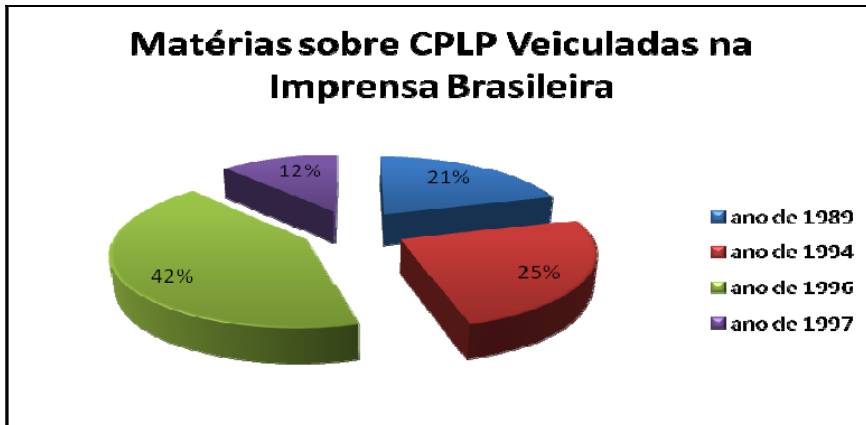


Gráfico elaborado pela autora com base no número de matérias coletadas na pesquisa realizada no Brasil.

No que tange às matérias opinativas - nas quais o assunto em pauta é debatido de forma mais substancial -, o número é significativamente menor: trinta e três artigos, divididos da seguinte forma: três em 1989, cinco em 1994, catorze em 1996 - sendo que dois dentre estes tratam de CPLP de forma secundária - e nove em 1997. Infere-se disso que reduzida importância foi dada, pela imprensa brasileira, à Comunidade e à dimensão lusófona da ação internacional brasileira, haja vista que essas matérias são lugar de debate público, refletindo o interesse suscitado pelo tema na sociedade e na própria imprensa. A imprensa parece seguir a opção governamental da década de 1990, que deu à África lugar secundário na política externa e, conseqüentemente, garantiu-lhe menor espaço na agenda de debate público.<sup>163</sup>

Não obstante o reduzido espaço dedicado ao tema em cada um dos períodos analisados, o número de artigos de opinião escritos sobre CPLP apresentou expressivo aumento nas duas últimas décadas consideradas. Esse fato pode significar uma maior familiarização da sociedade para com o tema ao longo do período em que a Comunidade toma forma, como ilustra o gráfico abaixo

<sup>163</sup> Considera-se a hipótese de *agenda-setting*, segundo a qual a apresentação seqüenciada de notícias pelos jornais acaba por tornar certos temas interessantes para a sociedade, colocando-os no centro do debate social. Para saber mais: WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003; MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2 (Verão, 1972), p. 176-187.

**Figura 2 - Matérias opinativas sobre CPLP veiculadas na imprensa brasileira: porcentagem anual relativa ao total das notícias opinativas publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados**

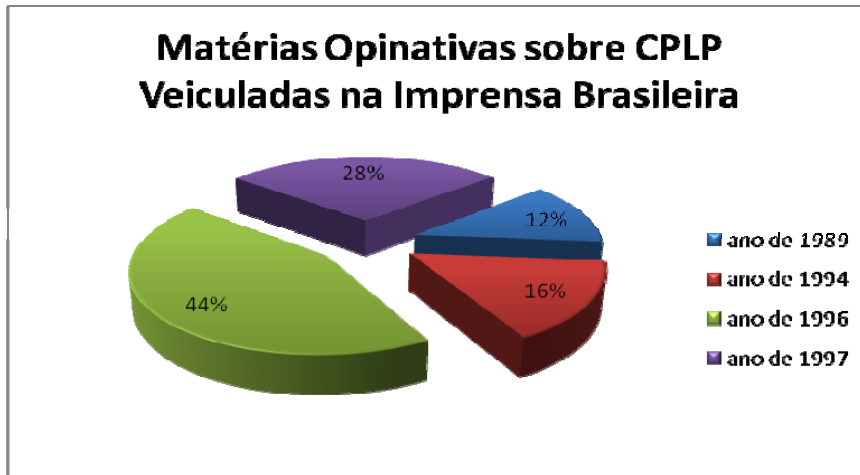


Gráfico elaborado pela autora com base no número de matérias opinativas coletadas na pesquisa realizada no Brasil.

Um terceiro aspecto que merece destaque corresponde à distribuição das matérias em cada uma das fases abordadas. O gráfico e a tabela a seguir ilustram a concentração das matérias veiculadas nos meses em que se sucederam os acontecimentos mais significativos em cada um dos anos analisados:

**Figura 3 – Distribuição mensal das matérias veiculadas sobre CPLP em jornais brasileiros ao longo dos quatro períodos analisados**

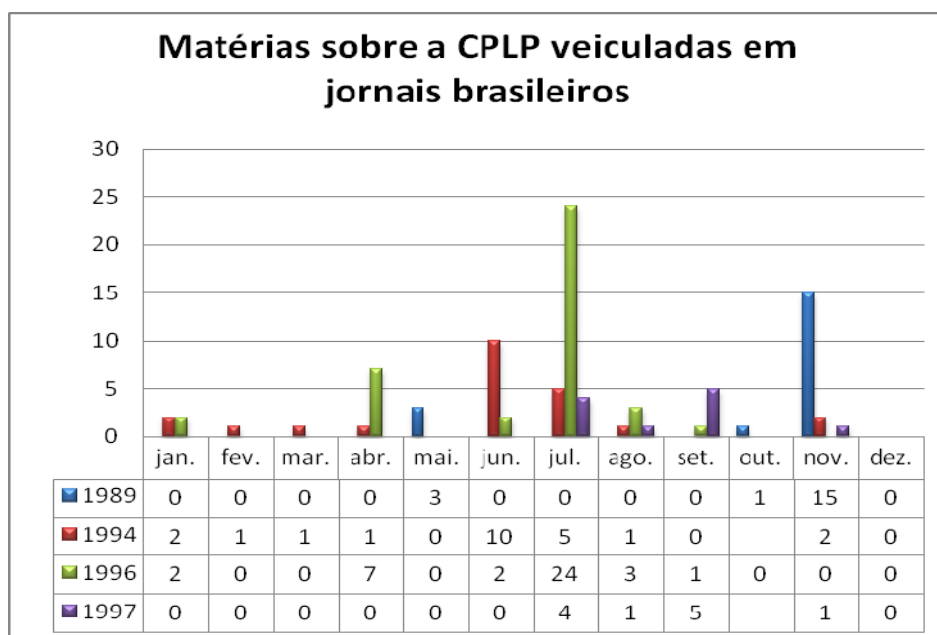


Gráfico elaborado pela autora com base no número de matérias coletadas na pesquisa realizada no Brasil.

O gráfico mostra que, em 1989, houve grande concentração de notícias no mês de criação do IILP, não tendo sido mantida constância alguma de matérias que tratassem do tema nos demais meses do ano: quinze das dezenove matérias publicadas em 1989 foram veiculadas no mês de novembro, contra apenas três em maio e uma em outubro. Conclui-se que a inclusão do tema na agenda em curtos períodos e a ausência de menção continuada a longo prazo obstruem a familiarização do leitor para com a questão, oferecendo-lhe um conhecimento superficial e passageiro a respeito do assunto em pauta. Essa limitação, explícita na distribuição das matérias ao longo do período analisado, acentua-se ainda mais, haja vista que as notícias veiculadas, em grande parte, trazem abordagem pontual, descontextualizada e com pouca profundidade de debate.

Com relação aos três outros momentos abordados nesta investigação, as diferenças são poucas. O ano de 1994 apresenta, ainda, marcada concentração de matérias nos meses em que muito se falou do cancelamento da ida do presidente Itamar a Portugal, por ocasião da assinatura do ato constitutivo da CPLP, e do malogro das expectativas de criação da Comunidade naquele ano. Essa concentração, em junho e julho, no entanto, não foi acompanhada de ausência de notícias nos demais meses do ano, tendo sido veiculada, em quase todos os meses, pelo menos uma matéria cujo tema foi a Comunidade. Esse fato, no entanto, não deve ser interpretado de forma diversa ao que ocorreu em 1989, já que a baixa quantidade de matérias veiculadas nos demais meses do ano torna-se insignificante frente ao grande número de jornais considerados na pesquisa.

O ano de 1996 não foge ao observado com relação aos dois períodos analisados acima, haja vista a concentração de matérias observada nos meses de abril e julho, correspondendo, respectivamente, à visita do primeiro-ministro Guterres ao Brasil<sup>164</sup> e à institucionalização da

---

<sup>164</sup> A vinda de Guterres ao Brasil gerou um número significativo de notícias que dizem respeito apenas indiretamente à CPLP, mas que têm espaço nesta análise pelo fato de serem relevantes para a percepção de que a institucionalização ocorreu quando, em Portugal, um novo impulso com relação ao Brasil tomou lugar. Depreende-se da leitura das matérias que a eleição de Guterres recolocou o Brasil e a dimensão atlântica de Portugal dentre as prioridades da política externa portuguesa. Para saber mais, vide: Ação toma lugar da retórica dos 'laços históricos'. *Estado de São Paulo*, 07 de abril de 1996; GUTERRES, António. Transpondo o oceano. *Folha de São Paulo*, 07 de abril de 1996; Relação com Brasil vira prioridade portuguesa. *Estado de São Paulo*, 07 de abril de 1996; Guterres quer abrir portas no Brasil. *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1996; "O país voltou a ser importante para nós". *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1996; "Podemos abrir o mercado europeu". *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996; Portugal quer ampliar relações com Brasil. *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996; Guterres traz na bagagem várias pendências. *Jornal do Brasil*, 15 de abril de 1996; JORDAN, André. Portugal e Brasil: aliança para o século XXI. *O Globo*, 15 de abril de 1996; Relações maduras. *Jornal de Brasília*, 15 de abril de 1996; Guterres busca aproximação com País. *Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1996;

CPLP. Por fim, no que tange a 1997 e às comemorações do primeiro ano de existência da CPLP, o aparecimento de notícias a partir de julho explica-se pela data em questão. O maior número de matérias opinativas publicadas no período em questão reflete a necessidade sentida de se avaliar os resultados que a Comunidade alcançou desde a sua institucionalização.

Apesar de o aumento no número de matérias opinativas veiculadas ao longo dos períodos considerados significar um maior interesse relativo ao tema – como já observado acima –, esse interesse não parece ter sido suficiente para dar à CPLP espaço contínuo na imprensa jornalística brasileira. O padrão observado na veiculação das matérias que tratam da Comunidade, ao longo das quatro fases consideradas, é o da concentração de notícias nos meses em que fatos importantes dão ao assunto certo destaque, ainda que pequeno, na agenda midiática nacional, contra sua quase total ausência nos demais períodos.

## **2.2 A iniciativa brasileira e a gestão do projeto (1989 e 1994)**

Os anos de 1989 e de 1994 correspondem, na abordagem desenvolvida nesta dissertação, às fases de gestão do projeto da integração lusófona, da forma como ela se delinea a partir da década de 1980. Nesse âmbito, a criação do IILP é considerada o primeiro passo efetivo em direção à institucionalização de uma Comunidade lusófona, que virá a denominar-se Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Como será visto a seguir, o tratamento dado pela imprensa ao tema deixa transparecer em primeiro plano duas percepções: por um lado, em 1989, o IILP, enquanto iniciativa do Brasil, é visto como sendo uma vitória da diplomacia brasileira; por outro, com relação a 1994, há certo desapontamento da imprensa frente ao suposto baixo comprometimento do presidente brasileiro.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa, criado no dia 1º de novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, marcou o primeiro passo efetivo em direção à institucionalização de uma Comunidade lusófona, a qual toma forma, em 1996, com a criação da CPLP.<sup>165</sup> Grande foi a importância dada pelo governo brasileiro, e, em especial pelo presidente José

---

Cultura é prioridade na visita de Guterres ao Brasil. *Correio Braziliense*, 17 de abril de 1996; MOTA, Carlos Guilherme. O “new deal” Brasil-Portugal. *Estado de São Paulo*, 19 de abril de 1996.

<sup>165</sup> Vale ressaltar, como já referido na primeira parte desta dissertação, que, desde o advento da independência brasileira, no século XIX, diversas foram as tentativas, nem sempre exitosas, de criação de uma Comunidade lusófona. No entanto, o IILP marca o primeiro esforço nesta direção levado a cabo após as independências das ex-colônias portuguesas na África, sendo a primeira instituição criada com vistas à defesa e à divulgação da língua portuguesa.

Sarney e pelo Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, ao acontecimento. Essa importância, no entanto, não parece ter penetrado a imprensa brasileira na mesma intensidade. A relativa atenção dada ao fato, por parte da imprensa, refletiu-se nas dezenove matérias publicadas neste ano sobre o tema, as quais trataram, quase que exclusivamente, do evento em questão, não chegando, em sua maioria, sequer a iniciar o debate acerca da relevância político-cultural do Instituto que surgia.

Como foco principal dos textos veiculados no ano de 1989, tem-se o evento realizado nos dias 1º e 2 de novembro deste ano, com o intuito de criar o IILP, destacando-se o esforço do governo brasileiro para este fim. Percebe-se, portanto, que todas as dezesseis matérias informativas trazem, em linhas gerais, as mesmas informações e o mesmo argumento: o de que foi a iniciativa brasileira e o esforço pessoal de José Aparecido de Oliveira e de José Sarney que tornaram possível a realização do encontro e, conseqüentemente, a criação do Instituto.

As notícias, que são, em geral, de baixa qualidade, devido, principalmente, à pouca informação transmitida à opinião pública acerca do evento, não permitem conhecimento além do superficial sobre o tema em questão. Ademais, não trata com minúcia a relevância do fato para as sociedades às quais diz respeito. Apenas três matérias informativas<sup>166</sup>, dentre as quinze publicadas entre os dias 31 de outubro e 04 de novembro, propõem-se a lançar, ainda que de forma incipiente, questões passíveis de debate. Nas demais, pouquíssima diferença é percebida entre os seus discursos, sendo possível traçar uma estrutura-padrão que serve de síntese da informação e dos principais temas veiculados pelos periódicos considerados.

Esta estrutura básica conta, em geral, com a citação dos seguintes elementos: o evento em questão - o encontro que deu origem ao IILP -; seu local de realização; seus participantes (com ênfase à ausência do chefe de Estado angolano, que, por motivos internos, não pôde comparecer e enviou, em seu lugar, o comissário provincial Lopo do Nascimento); e, em alguns dos casos, ainda que de forma superficial, os objetivos explícitos da Instituição. Os fragmentos a seguir servem de exemplo da estrutura citada acima:

Presidentes e representantes de sete países de língua portuguesa decidem hoje, em São Luís, se aprovam a proposta brasileira de criação do Instituto Internacional de

---

<sup>166</sup> Banquete Lingüístico. *Jornal do Brasil*, 1º de novembro de 1989; Instituto internacional ganha conotação política. *Correio Braziliense*, 03 de novembro de 1989; Presidente de Portugal é contra padronizar a língua portuguesa. *Folha de São Paulo*, 03 de novembro de 1989.



Língua Portuguesa, que tem por objetivo projetar o português como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico.<sup>167</sup>

O presidente José Sarney participa amanhã, em São Luís (MA), da instalação do encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa. [...] Participam do encontro os presidentes de Portugal, Angola, Guiné Bissau, Moçambique, Cabo verde e São Tomé e Príncipe, além de Sarney.<sup>168</sup>

Por vezes, o ineditismo, o valor político do evento e a iniciativa brasileira – principalmente do presidente Sarney e do seu ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira – são lembrados e citados, destacadamente, no corpo do texto, como demonstram os excertos a seguir:

Pela primeira vez na história do mundo lusófono, seis presidentes se reúnem para fechar questão em torno da criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa após diversas negociações, iniciadas em janeiro deste ano pelo ministro da Cultura, José Aparecido.<sup>169</sup>

A efetiva criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, se destacou desde o início como um evento de cunho mais político do que cultural, uma vez que reunia pela primeira vez sete presidentes de países de língua portuguesa após a independência das nações africanas do jugo português.<sup>170</sup>

Por fim, o esforço brasileiro pela realização do evento é apontado, exaustivamente, em diversas matérias, o que acaba por criar uma imagem do Brasil como maior interessado e único articulador do Instituto. Os trechos, a seguir, ilustram esse fato:

O presidente José Sarney deslocou para esta capital [São Luís do Maranhão] toda a estrutura do Ministério das Relações Exteriores para realizar, durante os dois dias do encontro com os cinco presidentes dos países que falam a língua portuguesa, a reunião que serviu para fundar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.<sup>171</sup>

O governo brasileiro está arcando com todas as despesas do encontro, desde a hospedagem dos presidentes e suas comitivas [...] Além disso, o Brasil mandou um Boeing 707 à África buscar os presidentes da Guiné Bissau, de São Tomé e Príncipe, Angola e Cabo Verde.<sup>172</sup>

Essa imagem se fortalece com as transcrições de partes de discursos e entrevistas do presidente de Portugal, Mário Soares. Segundo ele, o encontro só se realizou por “[...] iniciativa e ‘patrocínio’ do presidente Sarney”<sup>173</sup>, sendo, portanto, “[...] uma iniciativa do governo brasileiro e patrocinado pelo presidente Sarney”.<sup>174</sup> A pouca importância dada por

<sup>167</sup> Presidentes estudam proposta brasileira. *Jornal de Brasília e O Globo*, 1º de novembro de 1989.

<sup>168</sup> Presidentes vão debater no Brasil Língua Portuguesa. *Folha de São Paulo*, 31 de outubro de 1989.

<sup>169</sup> Sete países à procura do rumo para a língua. *Correio Braziliense*, 1º de novembro de 1989.

<sup>170</sup> Instituto internacional ganha conotação política. *Correio Braziliense*, 3 de novembro de 1989.

<sup>171</sup> Unificação do português. *Jornal do Brasil*, 04 de novembro de 1989.

<sup>172</sup> Presidentes estudam proposta brasileira. *Jornal de Brasília e O Globo*, 1º de novembro de 1989.

<sup>173</sup> Esta afirmação encontra-se em matéria intitulada Presidente de Portugal é contra padronizar a língua portuguesa, publicada pela *Folha de São Paulo*, em 03 de novembro de 1989.

<sup>174</sup> Unificação do português. *Jornal do Brasil*, 04 de novembro de 1989.

Portugal ao evento é veiculada em matéria que cita opinião de Jair Rattner, para quem o não envio de assessor de imprensa ao encontro é um patente sinal de desinteresse.<sup>175</sup>

Não obstante essa imagem, considera-se positivo o clima da coletiva dada, após a criação do IILP, pelos Presidentes e representantes dos Sete. Afirma-se, assim, a “unanimidade da satisfação pela decisão de um instrumento que poderá vir a ser utilizado em defesa da preservação e expansão do idioma português”, apesar do pouco que se avançou “em termos de concepção real do que será o instituto”.<sup>176</sup>

Nas matérias opinativas – três no total, uma delas veiculada em dois jornais diferentes sob diferentes títulos –, é mais claro o baixo interesse direcionado ao tema em questão e a baixa densidade do debate estabelecido. Essa constatação se dá frente à pequena quantidade de artigos veiculados, os quais trazem, em geral, o mesmo ponto de vista, que corrobora a visão otimista e pouco questionadora do idealizador do Instituto, José Aparecido de Oliveira, autor de dois dos três artigos publicados.

Observa-se certa linearidade argumentativa em todas as matérias opinativas avaliadas, as quais tratam do tema de forma superficial e otimista, vendo-o como uma vitória diplomática antes de tudo brasileira, já que o Brasil foi o grande articulador da união dos povos lusófonos em torno da idéia do IILP. O tom de otimismo e de grande feito do Brasil, presente ao longo dos textos, se articula com a idéia de que o projeto foi acolhido com grande entusiasmo pelas demais nações interessadas, não ficando restrito ao apoio recebido por parte da oficialidade, como ilustra trecho a seguir:

Todos concordaram que neste final de século impõe-se o esforço conjunto de defesa, consolidação e expansão da língua. Neste sentido, além das manifestações da Academia Brasileira de Letras, das entidades dos escritores e jornalistas dos cinco povos de língua oficial portuguesa na África, e da Academia das Ciências de Lisboa, foi aprovada moção favorável à criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, pelo I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa, do qual participaram mais de 200 representantes dos sete países.<sup>177</sup>

A retórica usada toca em elementos que aludem aos laços culturais e históricos, trazendo um enquadramento que corresponde à visão idealizada. Essa visão é marcada por esquecimentos ou sobrevalorizações de pontos controversos que rodeiam os séculos de

<sup>175</sup> Portugal dá pouca importância, *Folha de São Paulo*, 03 de novembro de 1989.

<sup>176</sup> Instituto internacional ganha conotação política, *Correio Braziliense*, 03 de novembro de 1989.

<sup>177</sup> OLIVEIRA, José Aparecido de. A Língua Portuguesa. *Jornal de Brasília*, 27 de maio de 1989; OLIVEIRA, José Aparecido de. Em Defesa da Língua Portuguesa. *Estado de São Paulo*, 30 de maio de 1989.

colonização portuguesa que geraram o chamado “mundo que o português criou.”<sup>178</sup>  
 Ilustrativa do que se diz é a opinião de Armando Rollemberg, para quem:

[...] com a iniciativa, o Brasil conseguiu superar, na prática, um contencioso de desconfianças recíprocas que obstruía o canal de comunicação entre Portugal e suas colônias – inaugurando uma nova etapa de relações multilaterais que, a partir da língua comum, poderá se desdobrar para outros campos, permitindo, inclusive, maior integração no plano econômico.<sup>179</sup>

Por fim, vê-se, fortemente, o esforço por justificar a união pretendida por meio de discurso que traz a globalização como impulsionadora da integração dos países que têm algum interesse em comum. Ademais, apresenta-se o peso da língua portuguesa no mundo – supervalorizado pelo seu número de falantes em detrimento do seu real valor político-diplomático – como razão suficiente para a cooperação pela sua defesa e difusão. A esse respeito, e com o intuito de afirmar que o português “não é um idioma de minorias”, como sustenta José Aparecido de Oliveira, o seguinte excerto é esclarecedor da imagem veiculada:

Essa importância pode ser medida através do peso específico que o idioma português tem no mundo contemporâneo. Somos hoje 170 milhões os que utilizam o português. Na virada do século seremos 200 milhões, constituindo um dos mais amplos grupos lingüísticos do mundo, o sétimo, à frente do idioma francês.<sup>180</sup>

Em síntese, com relação ao ano de 1989, maior importância foi dada aos fatos concretos que envolveram o processo de maturação e formalização do projeto da CPLP. A despeito disso, o foco dessas matérias recaiu sobre as descrições dos eventos, sem entrar nos pormenores das questões que eles poderiam suscitar. Desta forma, o tratamento dado ao tema restringiu-se à descrição da reunião de criação do IILP, com realce à iniciativa brasileira nesse sentido.

Não houve, portanto, grande debate acerca das implicações reais que o Instituto poderia ter para a sociedade e, mesmo, para a defesa da língua portuguesa. O enquadramento superficial não levantou elementos de debate sequer quanto à relevância do IILP e às vantagens que o Brasil poderia tirar da sua criação. O máximo que se vê, nesse ponto, é a busca por inserir sua institucionalização no âmbito dos fenômenos da globalização, considerando-se, também, o peso – quantitativo e não político ou diplomático - do idioma português no mundo.

<sup>178</sup> FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou...*

<sup>179</sup> ROLLEMBERG, Armando. Um novo caminho. *Jornal de Brasília*, 02 de novembro de 1989.

<sup>180</sup> Ibidem.

Com relação ao ano de 1994, vê-se que este teria sido marcado pela institucionalização da CPLP, não fossem os diversos adiamentos da reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos sete países lusófonos – prevista, inicialmente, para o dia 28 de junho. A sua relevância para este estudo decorre do fato de este ter sido um ano de intenso trabalho, com vistas à preparação dos protocolos e da Declaração Constitutiva da Comunidade, obra do esforço realizado pelo Grupo de Concertação Permanente.<sup>181</sup>

A atenção da imprensa girou em torno das expectativas causadas pelas movimentações que tomavam forma desde 1993, em decorrência das Mesas-Redondas e da criação do Grupo de Concertação Permanente, cujo intuito era estudar a cooperação e a integração dos Sete. Tais expectativas, no entanto, foram frustradas pelos adiamentos motivados por razões várias, alegadas pelos Chefes de Estado e de Governo, principalmente do Brasil e de Angola.

Vinte e três matérias publicadas ao longo do ano trazem como tema central a CPLP, sendo dezoito delas informativas. Dessas, duas têm a Comunidade como foco secundário, tratando das relações bilaterais entre Brasil e Portugal em primeiro plano. Como foco principal da maioria dos textos veiculados nesse ano de 1994, tem-se os fatos que rodearam o cancelamento, por duas vezes, da reunião de Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa, cujo objetivo era a criação da CPLP.

Grande ênfase foi dada ao desgaste causado pela decisão do presidente Itamar Franco de não ir à Conferência que aconteceria no mês de junho. Esse fato, juntamente com o cancelamento da reunião, levou à publicação de doze notícias durante os meses de junho e julho, as quais trazem, em geral, certo tom de crítica à atitude presidencial. Ademais, percebem-se especulações sobre as possíveis conseqüências que esses atos poderiam ter para o relacionamento dos Sete. Os excertos a seguir ilustram, em parte, a impressão veiculada:

A confirmação [...] de que o presidente do Brasil, Itamar Franco, cancelaria sua viagem a Portugal para o Primeiro Encontro dos Presidentes dos Países de Língua Portuguesa, marcado para o dia 28 de junho, deverá criar uma crise de credibilidade

---

<sup>181</sup> De acordo com o folheto *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (1994, p. 18): “com tal propósito [de desenvolvimento da cooperação interparlamentar e da eventual criação do Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa], os Ministros decidem recomendar a seus Governos a realização, ainda no primeiro semestre de 1994, de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos sete países em Lisboa, com vistas à adoção do ato constitutivo da Comunidade. Para preparar a Cimeira, é criado o Grupo de Concertação Permanente naquela cidade (...)”. O Grupo de Concertação Permanente, portanto, tem sede em Lisboa e é integrado pelos alto representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelos Embaixadores dos seis acreditados em Lisboa.

do governo brasileiro. A ausência [...] será como bater a porta à cara de seus outros países.<sup>182</sup>

Itamar Franco está carregando sozinho o ônus do cancelamento da Conferência que criaria a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP) esta semana. Ao cancelar sua vinda a Portugal, o presidente do maior país e articulador da CPLP desagradou aos presidentes africanos que, um a um, foram desistindo de participar da Conferência.<sup>183</sup>

A idéia de que a ausência de Itamar levou ao cancelamento também por parte dos países africanos não foi unânime, tendo havido contra-argumento para tal afirmação em matéria publicada no *Correio Braziliense*, para a qual a responsabilização do Brasil pelo desmoronamento da reunião é coisa discutível.<sup>184</sup> Unânime é, porém, a crença de que essa atitude, por parte do presidente brasileiro, acabaria por afetar o destino da CPLP, que “já começa a nascer com as pernas bambíssimas.”<sup>185</sup>

A notícia do cancelamento da ida de Itamar Franco à reunião em Lisboa foi dada, portanto, sob certo tom de consternação e desapontamento. Constrangimento não apenas pelo cancelamento em si, mas devido às razões pessoais que levaram o presidente brasileiro a tomar tal decisão – a morte do seu sobrinho e assessor. Assim, estabeleceu-se, na imprensa, forte discussão acerca da motivação de Itamar Franco, vista como pouco importante frente aos compromissos de Estado, o que ensejou diversas comparações entre Itamar e Mário Soares. O seguinte excerto, tirado de matéria veiculada no *Jornal do Brasil*, descreve a reação da imprensa portuguesa aos motivos de Itamar:

Os jornais [portugueses] disseram que todos os pretextos alegados pelos presidentes africanos são bem mais razoáveis “do que o desgosto provocado pela morte de um familiar”. E comparam a atitude de Itamar com a “coragem e o sentido de Estado” de Mário Soares e Bill Clinton. O presidente português cumpriu uma visita oficial a Hungria em 1989 quando o filho corria risco de vida num hospital da África do Sul [...]<sup>186</sup>

O mistério que rondou os motivos da ausência de Itamar mereceu, como se vê, espaço considerável na imprensa brasileira, que tratou, ainda, da impressão deixada em Portugal. Ao que parece, a consternação causada pelas razões pessoais que levaram ao cancelamento de projetos de Estado foi assimilada pela própria presidência brasileira. Depreende-se isso das declarações do Secretário de Imprensa da Presidência, Fernando Costa, veiculadas em matéria do *Correio Braziliense*, que deixam transparecer a necessidade de se justificar a ausência com

<sup>182</sup> Itamar cancela viagem e irrita os portugueses. *Correio Braziliense*, 19 de junho de 1994.

<sup>183</sup> Portugueses culpam Itamar por fracasso de conferência. *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1994.

<sup>184</sup> Encontro da comunidade lusófona é cancelado. *Correio Braziliense*, 26 de junho de 1994.

<sup>185</sup> Portugal ainda espera por Itamar. *Correio Braziliense*, 20 de junho de 1994.

<sup>186</sup> Portugueses culpam Itamar por fracasso de conferência. *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1994.

base em motivos outros senão os anteriormente alegados. Nas palavras do Secretário de Imprensa: “[...] o Presidente ficou abalado com o ocorrido [...] mas preferiu ficar no Brasil porque avaliou que sua presença é necessária, porque estamos às vésperas do lançamento do real”.<sup>187</sup>

Outro tema recorrente das matérias analisadas é o grande esforço, para a realização da reunião, feito pelo presidente de Portugal, Mário Soares, e por José Aparecido – a quem se credita a autoria do projeto da CPLP, apresentada quase que como idéia de um só homem. Mostra-se, assim, tanto um contraponto entre o esforço de ambos por suplantar a falta de empenho do presidente brasileiro, quanto conjecturas feitas acerca da repercussão do cancelamento da ida do presidente brasileiro:

Itamar relutou muito até confirmar sua participação no encontro, no qual será assinada a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foi preciso que o embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, fizesse várias viagens a Brasília para conseguir a confirmação, que só foi anunciada [...] momentos antes da chegada de Mário Soares à Base Aérea de Brasília [...] num derradeiro esforço de levá-lo a seu país.<sup>188</sup>

Do lado brasileiro, quem fica em situação definitivamente delicada é o embaixador em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que além de ser o nome mais empenhado na criação da CPLP [...], tem colocado toda sua chancelaria para trabalhar a toque de caixa, sempre com vistas ao dia 28 de junho. Em Portugal, é certo e notório que pelo menos uma pessoa, o presidente Mário Soares, verá a ausência de Itamar Franco com péssimos olhos: afinal, é ele quem aprecia a idéia de uma maior aproximação dos países lusófonos [...]<sup>189</sup>

Suposições à parte, a imagem veiculada na imprensa foi a de que, para Mário Soares, a importância de se ligar o nome de Itamar à criação da CPLP decorre da sua opinião acerca da relevância da Comunidade. Os seguintes trechos ilustram essa constatação:

O presidente de Portugal, Mário Soares, está preocupado em realizar a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa antes do fim do mandato do presidente Itamar Franco. [...] o encontro é “da maior importância para o próximo século”. “Pessoalmente, pela amizade que lhe tenho e pela alta consideração que me merece, gostaria muito que Vossa Excelência ficasse ligado a ele”, pediu Soares a Itamar.<sup>190</sup>

O presidente Mario Soares reforça a importância da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa [...] Segundo Mario Soares, “essa comunidade alarga a própria importância de Portugal, que está na aliança atlântica, na força da língua portuguesa”.<sup>191</sup>

<sup>187</sup> Sarney irá a Portugal por Itamar. *Correio Braziliense*, 22 de junho de 1994.

<sup>188</sup> Itamar cancela ida a Portugal. *Jornal da Tarde*, 21 de junho de 1994.

<sup>189</sup> Itamar cancela viagem e irrita os portugueses. *Correio Braziliense*, 19 de junho de 1994.

<sup>190</sup> Soares quer Itamar presente a encontro. *O Globo*, 06 de julho de 1994.

<sup>191</sup> Soares defende Itamar e quer retomar reunião de Portugal. *Jornal do Brasil*, 05 de julho de 1994.

Ponto importante, tocado recorrentemente pelas notícias, é o da substituição de Itamar Franco por José Sarney na chefia da delegação brasileira que participaria da reunião de 28 de junho. A indicação de Sarney, apontada pela imprensa e pelo governo brasileiro como positiva, teria por intuito, segundo Itamar, homenagear os presidentes dos seis outros países lusófonos partícipes e “amenizar o desgaste sofrido pelo embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, com o cancelamento na última hora da viagem de Itamar”.<sup>192</sup> A razão da crença de que tudo se resolveria com a substituição tem como fundamento o fato de que o primeiro encontro dos Chefes de Estado destes países realizou-se sob coordenação de José Aparecido, então ministro da Cultura do ex-presidente Sarney.

O patente tom de otimismo da imprensa com relação à indicação de Sarney transparece em matéria intitulada *Aparecido tenta salvar reunião levando Sarney*, a qual qualifica de desnecessário o cancelamento da Cimeira. De acordo com a referida matéria, medidas drásticas como essa pareciam desnecessárias, já que “a embaixada brasileira em Portugal, comandada por José Aparecido de Oliveira [...] informou, ao final da tarde de ontem, que Itamar Franco já tem substituto; em seu lugar, virá José Sarney.”<sup>193</sup> Tão otimista quanto a imprensa, ainda que lamentando a ausência de Itamar Franco, parecia estar o presidente Mário Soares, para quem, de acordo com o *Correio Braziliense*, “[...] o nome do senador José Sarney como substituto de Itamar Franco no encontro, ‘é uma boa escolha’, já que o ex-presidente brasileiro, amante das coisas portuguesas, diga-se de passagem, vem com aparente carta branca de Brasília”.<sup>194</sup>

Conclui-se, assim, que o cancelamento da Cimeira pegou de surpresa não apenas o jornalismo brasileiro, para quem a querela tinha-se resolvido, mas também o presidente português. O tratamento superficial dado ao fato, no entanto, não permite o conhecimento dos acontecimentos que tomam forma nos bastidores, o que poderia auxiliar na compreensão dos eventos que levaram ao desfecho da questão.

Por fim, as movimentações que antecederam a convocação da Conferência de criação da Comunidade foram abordadas em três matérias, que tratam da II e da III Mesa Redonda da Língua Portuguesa, realizadas, respectivamente, em finais de 1993 e início de 1994. Apresentando a Comunidade como projeto pessoal do embaixador José Aparecido de Oliveira, essas notícias trazem, em seu texto, opiniões proferidas pelo mesmo e citações que

<sup>192</sup> Sarney irá a Portugal por Itamar. *Correio Braziliense*, 22 de junho de 1994.

<sup>193</sup> Aparecido tenta salvar reunião levando Sarney. *Correio Braziliense*, 22 de junho de 1994.

<sup>194</sup> Mário Soares e o Brasil. *Correio Braziliense*, 24 de junho de 1994.

corroboram a idéia dos laços positivos que justificam a criação da Comunidade. Essas conotações aludem às premissas da ideologia da lusofonia, como as que se referem ao “povo irmão” e “compatriotas” de Angola.<sup>195</sup>

O trecho a seguir ilustra a afirmação da CPLP como projeto de um só homem, antes mesmo de ser de um só país. Marca-se, ainda, a maior aceitação da idéia pelo fato de esta ter partido do Brasil, o que desvela ressentimentos ainda presentes nas relações entre as ex-colônias com Portugal:

A loucura do embaixador [José Aparecido] é atrair o mundo para uma idéia simples e genial: unir os sete países de fala portuguesa em torno de uma universidade, um parlamento e um instituto. [...] [João Manuel Bernardo, Ministro da Educação angolano] apoiou o projeto como um sopro de alento para o ano 2000. “Principalmente porque partiu do Brasil, país colonizado como nós, e não de Portugal”.<sup>196</sup>

As matérias opinativas veiculadas neste ano são mais diversificadas do que as do período anteriormente analisado, principalmente no que tange às diferentes perspectivas trazidas. Cinco artigos refletem o adiamento da reunião de criação da CPLP, buscando, no entanto, apresentar a perspectiva de cada parte da tríade (Brasil, Portugal e PALOP) acerca desse fato. A despeito do enquadramento diverso, alguns traços comuns podem ser facilmente percebidos, como o tom quase sempre otimista acerca da criação da CPLP e o uso da retórica que retoma elementos lusófonos e luso-tropicalistas: “cruzamento criador das nossas respectivas culturas”, “raízes culturais”, “fraternidade de quem está junto há cinco séculos”, e referências aos países africanos como “nossos irmãos”.<sup>197</sup>

A. Gomes da Costa, em seu artigo *Quem está contra a comunidade?*, tem o intuito de desfazer a impressão de que os PALOP não teriam grande interesse na institucionalização da CPLP. Com essa finalidade, usa do argumento de que, se assim o fosse, tais países não teriam tido o grande entusiasmo observado nos encontros realizados para tratar da CPLP. A evocação, por parte dos países africanos, de justificativas para o adiamento da reunião, de acordo com o autor, deu-se porque eles:

Reconheceram que tendo sido o Brasil o promotor da iniciativa, a solenidade de assinatura do Documento básico de constituição da Comunidade não poderia

<sup>195</sup> Ver trecho do discurso de José Aparecido de Oliveira destacado em matéria intitulada José Aparecido destaca vantagens da vizinhança, publicado no *Correio Braziliense* em 03 de janeiro de 1994.

<sup>196</sup> Solidariedade a uma nação destruída. *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1994.

<sup>197</sup> Referências extraídas dos seguintes artigos: COSTA, A. Gomes da Costa. Quem está contra a Comunidade?. *Jornal do Brasil*, 05 de julho de 1994; XAVIER, Leonor. Sementes em terra fértil. *Jornal do Brasil*, 30 de agosto de 1994; OLIVEIRA, José Aparecido de. Uma empresa de sete povos. *O Globo*, 25 de julho de 1994.



realizar-se sem a presença do presidente Itamar Franco. E fizeram-no por consideração e por justo reconhecimento ao Homem que, sensível ao trabalho do embaixador José Aparecido de Oliveira, desde o começo, acolheu e estimulou a iniciativa [...]”<sup>198</sup>

A questão da desistência africana volta a ser citada, em segundo plano, por Márcio Moreira Alves<sup>199</sup>, em artigo que trata da cisão entre o cidadão privado e o servidor do Estado. Impulsionado pela repercussão do cancelamento da ida de Itamar Franco a Lisboa, Moreira Alves conclui que a equivocada atitude brasileira foi mal aceita pelos demais, que acabaram por desistir do encontro. Mais uma vez há a condenação dos motivos pessoais do presidente brasileiro, que, enquanto homem de Estado, deveria ter em mente as obrigações do seu cargo.

A visão de Portugal fica por conta do texto de Leonor Xavier, jornalista e escritora portuguesa. Em seu artigo, que versa sobre o apoio do presidente Mario Soares ao projeto da CPLP, Xavier afirma que a Comunidade já se transformou em “linha essencial para a estratégia de nossa política externa”. O tom de extremo otimismo que se depreende do texto é ilustrado pela conclusão de que o projeto da Comunidade “pode ser, no tempo presente, a prova de que as boas sementes dão frutos quando lançadas em terra fértil.”<sup>200</sup>

Por fim, os artigos de Márcio Moreira Alves e de José Aparecido de Oliveira, convergentes na temática, trazem posições contrárias quanto à integração lusófona. O primeiro sustenta posição realista, tendendo mesmo ao pessimismo com relação à viabilidade da CPLP, afirmando que “[...] nesse momento, é difícil acreditar nas possibilidades de implantar programas de cooperação técnico-científica, de intercâmbio comercial ou mesmo cultural.”<sup>201</sup> O segundo, em retórica tomada por traços de idolatria lusófona, traça um histórico da aproximação entre os países de expressão portuguesa, concluindo que “chegamos, portanto, à hora do amadurecimento.”<sup>202</sup>

Em síntese, no ano de 1994, a imprensa brasileira segue o padrão de enquadramento pontual e pouco abrangente do tema da integração lusófona, com ênfase para os fatos que rodearam os cancelamentos das duas reuniões marcadas para a constituição da Comunidade.

<sup>198</sup> COSTA, A. Gomes da Costa. Quem está contra a Comunidade?. *Jornal do Brasil*, 05 de julho de 1994.

<sup>199</sup> ALVES, Márcio Moreira. Manobras diplomáticas. *O Globo*, 29 de junho de 1994.

<sup>200</sup> XAVIER, Leonor. Sementes em terra fértil. *Jornal do Brasil*, 30 de agosto de 1994.

<sup>201</sup> ALVES, Márcio Moreira. Aparecido, o africano. *Estado de São Paulo*, 12 de Abril de 1994.

<sup>202</sup> Para José Aparecido, portanto, o adiamento da reunião não gerou “qualquer alteração na vontade política, até porque o projeto nasceu e prosperou nas melhores entranhas de nosso destino histórico. [...] Na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) estão as estruturas que definiram nossa formação de povo e as linhas mestras de nossas instituições.” Vide: OLIVEIRA, José Aparecido de. Uma empresa de sete povos. *O Globo*, 25 de julho de 1994.

O debate travado restringe-se a essas questões e, em especial, às implicações da ausência de Itamar Franco para o relacionamento dos Sete e para a CPLP. No que tange ao enquadramento, transparece a consternação e o desapontamento com relação à atitude presidencial, cujas razões para o não cumprimento das obrigações de Estado são recebidas em tom de crítica. Por fim, verifica-se maior densidade no debate, com a veiculação das diferentes perspectivas acerca das questões que levantaram controvérsias, como os cancelamentos e mesmo a viabilidade da instituição.

### **2.3 Formalização da CPLP e percepções posteriores: o fim da ilusão (1996 e 1997)**

Frente aos adiamentos da cimeira constitutiva da Comunidade no ano de 1994, 1996 acaba por ser o momento de criação da CPLP, iniciando, assim, a fase de formalização desse projeto. Houve grande otimismo na imprensa brasileira com relação ao evento, o que acaba por dar lugar, com o passar dos meses, à frustração, devido ao balanço negativo que é feito sobre o seu primeiro ano de existência. O que se pode chamar de fim da ilusão acaba por abrir espaço para considerações mais realistas acerca da viabilização da Instituição e das suas possibilidades futuras.

O ano de 1996 marca, definitivamente, a criação da CPLP, fato que se refletiu na imprensa brasileira, tendo em vista o melhor tratamento dado ao tema, discutido de forma mais direta e densa do que nos períodos anteriormente analisados. No total, vinte e quatro matérias informativas foram dedicadas, especialmente, à questão da CPLP, dezessete destas veiculadas no mês de criação da Instituição, julho. Quanto às matérias opinativas, houve considerável aumento em número com relação a 1989 e 1994: ao todo foram quatorze artigos, contra três e cinco, respectivamente, nos anos anteriores. O grande aumento no número de matérias opinativas indica maior debate e interesse interno relativo à Comunidade que ganhava forma, o que pode ser constatado, também, pela amplitude dos temas tratados e pela melhor qualidade informativa dos textos.

Antes de proceder à análise das matérias principais, contudo, urge fazer algumas considerações relativas à nova conjuntura que emerge nas relações luso-brasileiras, possibilitando o surgimento da CPLP. A eleição de Guterres, em Portugal, marca o início de

uma nova fase, na qual há maior disposição abrir-se ao Atlântico e, principalmente, em aprofundar as relações com o Brasil. Treze matérias são ilustrativas desse novo momento vivido pelo governo português e têm como tema central a visita do seu primeiro-ministro ao Brasil, em abril de 1996.<sup>203</sup> Vê-se, assim, referências tais como a da entrevista dada ao *Correio Braziliense*, na qual Guterres deixa transparecer a mudança de horizonte do seu governo e de sua política externa, que passa a priorizar suas relações atlânticas como forma de fortalecer sua posição junto à União Européia:

Portugal continua a apostar no projeto de integração européia, mas não quer ficar fechado. Passamos a estar a Europa com a consciência mais clara de que a nossa identidade se reforça quando somos fiéis aos nossos valores universalistas e quando valorizamos as relações com a comunidade de países que falam português.<sup>204</sup>

Recorrente é a ênfase na mudança pela qual Portugal passa com a eleição do governo socialista, do qual Guterres é o primeiro-ministro. Qualificações como “virar uma página negra” das relações entre Brasil e Portugal são usadas para exemplificar o novo direcionamento da política externa portuguesa pretendido pelo referido político, para quem “chegou a hora de afirmar com clareza que o Brasil está na primeira linha das prioridades da política externa portuguesa.”<sup>205</sup> Com relação às intenções portuguesas de sair da retórica dos laços históricos e entrar no plano de ações concretas com o Brasil, os seguintes excertos parecem esclarecedores:

O primeiro-ministro António Guterres observou que a sua visita ao Brasil “vira uma página” nas relações entre os dois países. Segundo ele, Portugal ficou deslumbrado há dez anos com o ingresso na Comunidade Econômica Européia (CEE) e agora descobriu que tem de manter a sua identidade nacional reforçando os laços diplomáticos com outros continentes.<sup>206</sup>

Quando, há dez anos, Portugal fez sua opção européia houve excessiva preocupação com nossa integração. É preciso observar que aqui, em relação ao Brasil, há uma afetividade muito antiga, mas que tem tido concretizações insuficientes e pouco

---

<sup>203</sup> GUTERRES, António. Transpondo o oceano. *Folha de São Paulo*, 07 de abril de 1996; Relação com Brasil vira prioridade portuguesa. *Estado de São Paulo*, 07 de abril de 1996; Ação toma lugar da retórica dos ‘laços históricos’. *Estado de São Paulo*, 07 de abril de 1996; Guterres quer abrir portas no Brasil. *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1996; “O país voltou a ser importante para nós”. *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1996; Portugal quer ampliar relações com Brasil. *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996; “Podemos abrir o mercado europeu”. *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996; JORDAN, André. Portugal e Brasil: aliança para o século XXI. *O Globo*, 15 de abril de 1996; Relações maduras. *Jornal de Brasília*, 15 de abril de 1996; Guterres traz na bagagem várias pendências. *Jornal do Brasil*, 15 de abril de 1996; Guterres busca aproximação com País. *Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1996; Cultura é prioridade na visita de Guterres ao Brasil. *Correio Braziliense*, 17 de abril de 1996; MOTA, Carlos Guilherme. O “new deal” Brasil-Portugal. *Estado de São Paulo*, 19 de abril de 1996.

<sup>204</sup> Portugal quer ampliar relações com Brasil, *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996.

<sup>205</sup> ‘Vamos tratar muito bem os brasileiros’, *O Globo*, 14 de abril de 1996.

<sup>206</sup> Guterres busca aproximação com País, *Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1996.

concretas na área econômica e social e no plano cultural. Minha preocupação é alterar radicalmente este estado das coisas [...]”<sup>207</sup>

Relevante é o que se falou acerca da maior aproximação cultural com o Brasil, dentro da ótica portuguesa de não “[...] apagar os traços de cultura e abdicar de oito séculos de história”. A CPLP assume, nessa política, lugar de destaque, como argumenta Guterres, ao afirmar a “[...] vontade do governo português em dar um grande impulso ao intercâmbio entre os dois países, tendo em vista o estabelecimento de uma estratégia comum na defesa e afirmação da língua portuguesa no mundo.”<sup>208</sup>

Feita a contextualização necessária para o melhor entendimento do ambiente no qual se dá a institucionalização da CPLP, parte-se para a análise das peças que tratam do tema de forma direta. Como foco principal das matérias informativas consideradas, tem-se a questão da criação da Comunidade e a preocupação em apresentá-la à opinião pública. Com esse intuito, todos os quinze artigos publicados buscam levantar questionamentos relativos ao escopo da Instituição, indo além do enquadramento pouco abrangente feito até então. Apesar de os textos debruçarem-se, em linhas gerais, sobre o mesmo tema, há esforço em veicular informações pertinentes e aprofundadas sobre o assunto. No que tange aos temas correlatos abordados nas matérias, importa considerar os seguintes:

1. A descrição da Comunidade e o esforço em demonstrar sua relevância;
2. A não indicação de José Aparecido de Oliveira para secretário-geral;
3. O interesse brasileiro em extrair dividendos diplomáticos da situação, principalmente com relação ao apoio para sua candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
4. As disparidades entre os membros da CPLP e as vantagens que o Brasil pode tirar de sua existência.

Com relação ao primeiro aspecto listado, explicitam-se o tom de expectativa e a visão otimista presente em grande parte das matérias analisadas, principalmente no que diz respeito aos objetivos perseguidos pela Comunidade e às razões que fazem dela um organismo

<sup>207</sup> Relação com Brasil vira prioridade portuguesa, *Estado de São Paulo*, 07 de abril de 1996.

<sup>208</sup> “O país voltou a ser importante para nós”, *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1996. Ainda com relação à integração lusófona, nas palavras de Guterres: “[...] somos uma comunidade de povos que a história uniu e separou e que agora vão encontrar um destino comum.” (Portugal quer ampliar relações com Brasil. *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996)

almejado.<sup>209</sup> Como justificativa para a existência da CPLP, apresentam-se tanto o número significativo de falantes da língua portuguesa, quanto a realidade internacional da globalização – argumentos freqüentemente utilizados ao longo das demais fases do processo de gestação da Comunidade. No que tange ao interesse brasileiro pela Instituição, afirma-se ser esta “mais uma iniciativa no quadro de abertura” para o mundo, “condizente com o potencial econômico e a consolidação da democracia no país.”<sup>210</sup>

A não indicação de José Aparecido de Oliveira para primeiro secretário executivo da CPLP é recebida, pela imprensa, com grande desapontamento e indignação. Isso porque o ex-embaixador é visto, pelos periódicos, como maior merecedor do cargo, tanto por sua capacidade, quanto por sua iniciativa na idealização da Comunidade. O fato rendeu, ao governo brasileiro, críticas, por parte do ex-presidente Itamar Franco, que foram alvo de duas matérias que trataram especificamente do constrangimento gerado pela decisão.<sup>211</sup>

De acordo com o então chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, a decisão por deixar nas mãos de Angola a escolha deu-se em razão de “[...] uma forte pressão africana para assumir a função”<sup>212</sup>, e não por motivos de cunho pessoal, como se afirmara à época. Entretanto, a imagem veiculada pela imprensa apresenta o governo brasileiro como único responsável pelo fato, sem que houvesse interesse maior em avaliar a alegada pressão dos PALOP. Os trechos, a seguir, ilustram a visão da imprensa brasileira:

O ex-presidente Itamar Franco divulgou ontem uma nota de apoio ao ex-embaixador José Aparecido de Oliveira, preterido, em favor de Marcolino Moco. (...) A indicação de Aparecido não prosperou porque não houve interesse de parte do governo Fernando Henrique Cardoso.<sup>213</sup>

“José Aparecido é o nome natural”, diz o ex-presidente Mario Soares, referindo-se à escolha do secretário-geral da organização. Mas o chanceler Lampreia propôs um sistema de rodízio por ordem alfabética, o que concede o lugar inicialmente, por dois anos, ao ex-primeiro-ministro angolano Marcolino Moco.<sup>214</sup>

Um dos seus principais idealizadores, o ex-embaixador brasileiro em Portugal José Aparecido de Oliveira, sonhava ocupar a secretaria-geral da organização. Nas negociações para decidir quem assumiria o cargo, ele perdeu o lugar para o ex-

<sup>209</sup> Acerca da visão positiva e da expectativa que ronda a criação da CPLP, vide: CPLP reunirá países com o mesmo idioma, *O Globo*, 16 de julho de 1996; Brasil se une a comunidade portuguesa, *Correio Braziliense*, 14 de julho de 1996.

<sup>210</sup> As realidades da nova Comunidade, *Estado de São Paulo*, 20 de julho de 1996.

<sup>211</sup> Itamar critica o governo e defende Aparecido, *O Globo*, 17 de julho de 1996, e Itamar cria novo problema com Itamarati, *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996.

<sup>212</sup> Itamar cria novo problema com Itamarati, *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996.

<sup>213</sup> Países de língua portuguesa se unem, *Correio Braziliense*, 17 de julho de 1996.

<sup>214</sup> A Comunidade lusófona sai do papel, *Jornal do Brasil*, 14 de julho de 1996.

ministro angolano Marcolino Moco. O Itamaraty apoiou a idéia de que um país africano deveria presidir a instituição [...] <sup>215</sup>

O tema que levantou mais questões interessantes ao debate público foi o do interesse brasileiro em extrair dividendos diplomáticos da Comunidade que acabava de surgir. A esse respeito, a percepção da imprensa foi mais acentuada no que tange à evolução da posição brasileira relativa ao Timor Leste e às articulações em prol de apoio dos demais membros a sua candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido, *O Estado de São Paulo*, referindo-se ao apoio pretendido pelo Brasil, assevera que é no nível diplomático que “a criação da comunidade já demonstra que pode render frutos” <sup>216</sup> - opinião também compartilhada pelo *O Globo*. <sup>217</sup>

A busca por dividendos diplomáticos é apresentada, pela imprensa, como responsável pelo aumento da contribuição brasileira para projetos comunitários que sequer foram desenhados, o que leva a questionamentos acerca do caráter assistencialista da CPLP. Outro ponto controverso diz respeito às vantagens que o Brasil pode extrair de tal Comunidade, tendo em vista a disparidade entre seus membros. A despeito das dúvidas, no entanto, vê-se o esforço por afirmar a igualdade que envolve os membros da CPLP, tida como “associação entre iguais” pelo seu idealizador José Aparecido de Oliveira. A respeito dessas questões, parte da imprensa parece corroborar a opinião oficial do governo brasileiro, para quem a CPLP traz possibilidades concretas de ganho, ainda que seus membros não compartilhem das mesmas capacidades econômicas e sociais:

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem a ampliação dos programas de cooperação com países africanos de língua portuguesa de cerca de US\$ 1 milhão para US\$ 4 milhões. [...] Em contrapartida, o Brasil ganhou endosse formal de seus seis sócios na CPLP para sua candidatura a uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas. <sup>218</sup>

Por enquanto, o Brasil se posiciona como o “primo rico” que oferece ajuda. Os cinco países africanos da CPLP terão agora, por exemplo, acesso gratuito à Rede Nacional de Pesquisa (RNP), rede brasileira de computadores que une universidades, órgãos públicos e instituições científicas. <sup>219</sup>

A curto prazo, reconhece o Itamaraty, o Brasil tem muito pouco a receber desses países, e no caso de Portugal as relações já eram suficientemente sólidas. Mas pode se beneficiar muito do investimento que será feito a partir de agora. “A CPLP não tem um caráter assistencialista como pode parecer a princípio. O Brasil e Portugal serão muito mais fornecedores, mas do ponto de vista diplomático será

<sup>215</sup> Nasce bloco de língua portuguesa, *Correio Braziliense*, 18 de julho de 1996.

<sup>216</sup> As realidades da nova Comunidade, *Estado de São Paulo*, 20 de julho de 1996.

<sup>217</sup> País ganha apoio para integrar órgão da ONU, *O Globo*, 18 de junho de 1996.

<sup>218</sup> Brasil destina US\$ 4 mi para a África, *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 1996.

<sup>219</sup> Primo rico ajuda África, *Correio Braziliense*, 14 de julho de 1996.

extremamente importante”, afirma o ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia.<sup>220</sup>

No que tange às matérias opinativas, catorze ao todo, claro aprofundamento das discussões sobre a criação da CPLP é percebido, o que parece refletir o aumento do interesse que o tema começa a suscitar no ano de formalização da Comunidade. Grande otimismo continua marcando o tom das notícias acerca da integração, havendo, no entanto, diferença importante com relação aos períodos anteriores: explicita-se a necessidade de se imprimir mais realismo e menos retórica à questão.

Observa-se avanço significativo com relação aos anos anteriores no que diz respeito à presença de maior debate sobre as reais potencialidades da Comunidade e à busca por caminhos menos utópicos. Essa tentativa de imprimir maior realismo ao tratamento do tema segue a tendência do que se pretendia nas relações entre Brasil e Portugal, de acordo com o almejado pelo primeiro-ministro português, António Guterres. Há, ainda, forte retórica aludindo aos sentimentos e “valores ancestrais”, mas esta mescla-se com um realismo crescente, como se pode observar nos trechos abaixo:

Agora, com a Comunidade erigida em bloco de nações, cada um de nossos Estados soberanos pode ostentar uma presença maior no cenário mundial. Mas, assim como a CPLP não vai viver apenas de nosso orgulho lingüístico ou de nossas retóricas sentimentais, começam a ser estruturados os aparelhos de sustentação que lhe dão de dar vitalidade e eficácia.<sup>221</sup>

Nenhuma empresa histórica, como, de resto, nenhuma empresa humana, se faz sem um mínimo de emoção e de utopia. Mas a emoção e o sonho têm de encontrar homens capazes de organizá-los em projeto prático. Essa é a missão dos quadros executivos da CPLP. A primeira providência será averiguar o que somos, nos sete países: o que temos de recursos humanos, que são os principais, de recursos naturais, de experiência histórica e de patrimônio cultural.<sup>222</sup>

Merece destaque, ainda, a afirmação, por parte da imprensa, da necessidade de a sociedade civil dos países lusófonos tomarem a CPLP para si, aumentando os laços de solidariedade entre os povos. A esse respeito, Marcio Moreira Sales corrobora, em seu artigo, opinião de Boaventura de Souza Santos, ao afirmar que “para progredir, a comunidade terá de ser societária, e não governamental.” A percepção que se tem é, portanto, a de que a existência de entusiastas em nível governamental, como Itamar Franco, Aparecido de Oliveira e Mário Soares, é insuficiente, tendo em vista que “relações fecundas só podem surgir das

<sup>220</sup> Aposta de longo prazo, *Jornal do Brasil*, 14 de julho de 1996.

<sup>221</sup> OLIVEIRA, José Aparecido de. Hoje nasce a CPLP. *O Globo*, 17 de julho de 1996.

<sup>222</sup> SANTAYANA, Mauro. Comunidade necessária. *Jornal do Brasil*, 18 de abril de 1996.

trocas de experiências e do companheirismo entre homens e mulheres que têm trabalho idêntico e enfrentam problemas semelhantes”.<sup>223</sup>

Marcando continuidade com relação aos períodos analisados anteriormente, vê-se a busca por justificar a criação da CPLP como sendo conseqüência da nova realidade internacional e do peso da língua portuguesa. Repete-se, assim, o argumento de que a globalização leva os Estados a se unirem em organizações baseadas em afinidades e interesses, visando a fazer frente aos desafios e a fortalecer sua presença na comunidade internacional. O enaltecimento do idioma português, por meio da ênfase no seu número de falantes presentes em três continentes, é outro artifício usado, freqüentemente, na busca por legitimar a institucionalização e a necessidade, tida como histórica, da CPLP. A esse respeito, coloca Mauro Santayana:

Solidariedade entre os países que tenham valores espirituais comuns é necessária como instrumento de defesa contra uma globalização que seja apenas disfarce de novos impérios. [...] Não se trata apenas – e isso por si só a justificaria – da defesa do idioma português, mas de aliança forte no Atlântico Meridional, tendo em vista as incertezas do novo século.<sup>224</sup>

Vê-se, ainda, nos artigos assinados por personalidades ligadas ao governo – como José Aparecido de Oliveira e Luiz Felipe Lampreia – a preocupação recorrente de afastar qualquer impressão de vontade hegemônica, de forma a não ferir suscetibilidades africanas. Nesse sentido, toca-se, repetidamente, no fato de a CPLP ser uma Comunidade de iguais, de Estados soberanos, na qual a solidariedade é o fundamento. Nas palavras de Lampreia:

Caberá ao Brasil e Portugal trabalhar para que a CPLP seja a expressão de uma verdadeira comunidade, sem qualquer ânimo ou veleidade de hegemonia ou liderança e em que a dimensão africana, com o peso dos cinco países daquele continente, possa florescer e frutificar em uma parceria que combina solidariedade e maturidade política.<sup>225</sup>

Por fim, fez-se referência à questão que esteve presente nas matérias informativas e que causou certo constrangimento, não apenas à imprensa, como, principalmente, ao governo brasileiro: a não indicação de José Aparecido de Oliveira para primeiro secretário-geral da Comunidade. Artigo interessante a esse respeito é o de Luiz Adolfo Pinheiro, o qual avalia a atitude brasileira como incompreensível e inadmissível a uma potência emergente que almeja lugar de destaque no sistema internacional. Há menção à busca de apoio, por parte do Brasil,

<sup>223</sup> ALVES, Márcio Moreira. Janela Africana. *O Globo*, 05 de setembro de 1996.

<sup>224</sup> SANTAYANA, Mauro. As razões de uma aliança. *Jornal da Tarde*, 5 de julho de 1996.

<sup>225</sup> LAMPREIA, Luis Felipe. Brasil e Portugal na Comunidade. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996.



para seu pleito a uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, tratado com certa ironia frente ao recuo brasileiro dentro da CPLP. Nas suas palavras:

O “bom-mocismo” praticado pelo Itamaraty nesse episódio gera, também, uma inquietante indagação: se abdicamos até do comando da CPLP, que é uma invenção brasileira e para a qual o País dispõe de todas as condições necessárias ao exercício desse comando, que esperar, então, de outros cenários menos unânimes?<sup>226</sup>

O ano de 1996 é, portanto, o período em que, no Brasil, as discussões acerca da CPLP aprofundam-se mais. Houve grande esforço da imprensa em apresentar a Comunidade à sociedade, assim como em levantar as vantagens - em geral, identificadas com dividendos diplomáticos - que o país poderia tirar da sua institucionalização. O enquadramento segue o tom de otimismo habitual com que se trata o tema, porém permite o aparecimento de visão crítica e questionadora do escopo real da Instituição. Articula-se a crítica com as razões que fazem da Comunidade um organismo almejado – ainda que, em linhas gerais, a justificativa para a sua relevância não ultrapasse os já citados argumentos acerca da globalização e do peso do idioma no mundo. Há, portanto, debate mais denso sobre as reais possibilidades e vantagens da CPLP, sendo possível perceber mesclas de realismo, ainda que persista a retórica lusófona.

Por fim, com relação ao ano de 1997, busca-se depreender a imagem veiculada na imprensa acerca do primeiro ano de existência da CPLP. Nesse período, grande atenção foi dada às reflexões sobre o desempenho real da Comunidade e sobre suas potencialidades ainda pouco exploradas. No total, onze artigos foram publicados, os quais, não ostentando mais o otimismo percebido nos três períodos anteriores, trazem como foco principal questionamentos relativos aos avanços alcançados desde a criação da Instituição, em julho de 1996. Três pontos merecem ênfase nesta análise:

1. O debate que se travou nos jornais brasileiros no tocante à pouca eficiência da CPLP em realizar os desígnios para os quais foi instituída;
2. A busca pelas causas da sua ineficiência e baixo desempenho;
3. O esforço em propor novos projetos à Comunidade, com o intuito claro de lhe imprimir relevância e necessidade.

---

<sup>226</sup> PINHEIRO, Luiz Adolfo. Comunidade, adeus. *Jornal de Brasília*, 16 de junho de 1996.

O balanço que se fez, nos jornais brasileiros, acerca do primeiro ano de funcionamento da CPLP não foi satisfatório. O otimismo e a expectativa que rondaram a idéia de integrar os povos luso-falantes em uma Comunidade parece ter perdido espaço nas análises publicadas, na imprensa, quando das comemorações do seu primeiro ano de funcionamento. Esse fato se deveu ao descontentamento, por parte, inclusive, dos entusiastas da CPLP, frustrados em razão do baixo desempenho da Comunidade. Nas palavras de seu idealizador, José Aparecido de Oliveira, a CPLP “tem sido mais retórica do que ação, nestes 12 meses”, tendo continuado “a ser apenas um ente de razão, sem resposta pragmática”.<sup>227</sup>

A opinião de Aparecido é compartilhada por A. Gomes da Silva, que, em artigo intitulado *A CPLP enfraquecida?*, discorre sobre as causas da ineficiência da Instituição. A conclusão a que se chega é a de que “[...] durante este primeiro ano, nenhum dos países-membros esteve muito empenhado no arranque do organismo.” Some-se a isso outro fator, visto como causa primordial do mau funcionamento da CPLP: o fato de o Brasil ter abdicado da atribuição de indicar o secretário-executivo da Organização.

A percepção veiculada, portanto, é a de que a CPLP tinha necessidade do peso político e da competência dos quadros do Itamarati “para levar adiante a iniciativa numa fase decisiva em que era necessário o prestígio e o empenho da nação-líder da lusofonia para dar contornos e instrumentos à Comunidade.” A respeito da atuação brasileira frente à nova Instituição, afirma Aparecido de Oliveira, em trecho do artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*: “como brasileiro, como um dos mais apaixonados protagonistas da criação da Comunidade, me pergunto se o Brasil faz tudo o que pode fazer para que a CPLP passe, afinal, da idéia à práxis e comece a funcionar.”<sup>228</sup>

O desapontamento com relação à CPLP parece ter levado a imprensa a realizar esforços para reavivar a imagem da Comunidade, mediante a ênfase nos seus projetos - tanto os que se encontram em realização, quanto os potenciais. Procura-se, assim, reiterar a importância do Organismo não apenas devido à “necessidade de defesa de nossa cultura e de nossa língua nestes tempos de globalização”<sup>229</sup>, como também em direção a uma maior integração econômica e a um melhor desenvolvimento social de seus povos.

<sup>227</sup> OLIVEIRA, José Aparecido de. A Comunidade depois de um ano. *Jornal do Brasil*, 18 de julho de 1997.

<sup>228</sup> OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade em questão. *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1997.

<sup>229</sup> OLIVEIRA, José Aparecido de. Jorge Sampaio e a CPLP. *Jornal do Brasil*, 04 de setembro de 1997.

Com esse intuito, organizou-se, em Salvador, um Seminário de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, visando a obter idéias para “transformar a CPLP num ‘órgão multiplicador das iniciativas para a expansão da língua portuguesa e da cooperação técnico-político-diplomática.”<sup>230</sup> A questão do Timor Leste - que tem ganhado maior visibilidade na imprensa brasileira desde 1996 – insere-se no âmbito dos projetos a serem levados a cabo pela Comunidade, tendo a imprensa tomado para si, neste ponto, maior papel propulsor da atitude que o governo brasileiro deveria ter frente à luta do povo timorense pela independência.

Em suma, o ano de 1997 teve o foco da imprensa voltado para a análise do desempenho e das possibilidades futuras da Comunidade. O balanço feito do primeiro ano de existência da CPLP não foi positivo e o enquadramento dado ao tema explicita essa visão, ao pôr em relevo os questionamentos e a perspectiva pouco animadora que prevalece sobre o presente da Instituição. Constatou-se, com pesar, a patente ineficiência da Comunidade, vista em grande parte como consequência da falta de empenho dos membros, em especial de Brasil e Portugal. O otimismo perde espaço para o descontentamento e a frustração, embora a imprensa tenha se esforçado no sentido de reiterar a importância da Comunidade e de dar espaço à proposição de novos projetos.

---

<sup>230</sup> CPLP promete ação no 1º aniversário. *Jornal do Brasil*, 13 de julho de 1997.

## CAPÍTULO 3 – PERCEPÇÕES DA IMPRENSA JORNALÍSTICA PORTUGUESA ACERCA DA INTEGRAÇÃO LUSÓFONA: ENTRE A RIVALIDADE E A COOPERAÇÃO

O presente capítulo tem por intuito apresentar as percepções sustentadas pela imprensa portuguesa acerca do processo de gestação e de formalização da CPLP. Para tanto, serão analisadas as notícias que foram veiculadas pelos dois principais periódicos da grande imprensa lusa: *Diário de Notícias* e *O Público*.

Assim como foi feito com relação à imprensa brasileira, a análise não se limitará ao exame das principais visões depreendidas da leitura crítica das matérias, procedendo à elaboração de um panorama amplo da abordagem do tema feita pelos dois jornais em questão. Mantém-se, também, a abordagem e a divisão da análise nos três pontos referentes à inserção do tema na agenda jornalística portuguesa, à fase de gestação do projeto da Comunidade (1989 e 1994) e à fase de formalização desse projeto (1996 e 1997).

Cabe mencionar, ainda, que a abordagem qualitativa dos jornais portugueses, nos quatro períodos focados nesta dissertação, transparece o fato de que, nessa imprensa, lusofonia não se confunde com Comunidade lusófona, tendo um escopo bem mais amplo. Referências à lusofonia estão, assim, presentes não apenas nos textos que tratam dos PALOP como um todo, mas também, e de forma muito intensa, nas referências feitas a Macau, Goa e Timor Leste.

### **3.1 A integração e a imprensa portuguesa**

Ao todo, duzentos e quatro matérias foram publicadas sobre a CPLP pelos periódicos portugueses *Diário de Notícias* e *O Público* no espaço de tempo que diz respeito às quatro fases focadas nessa dissertação: catorze em 1989; setenta e uma em 1994; oitenta e cinco em

1996; e trinta e quatro em 1997. Vale mencionar, para efeitos de contextualização, que essas matérias não esgotam o debate travado na imprensa portuguesa acerca da lusofonia ou da defesa da língua portuguesa. Diversos outros artigos trataram mais amplamente destes temas, no entanto a falta de menção direta à CPLP os exclui desta análise, haja vista a delimitação do objeto. A grande quantidade de matérias que tangenciam ou tocam diretamente o escopo da CPLP ilustram, de forma clara, a importância dada à questão pela opinião pública de Portugal.

Com relação ao ano de 1989, observa-se que pequena quantidade de matérias foi publicada acerca do tema, o que se acentua frente ao número expressivo destas nas demais fases abordadas. Apenas três artigos de opinião foram veiculados nesse período, o que pode ser analisado como decorrente da pouca importância dada ao evento, em razão da relutância da opinião pública lusitana em tomar para si o projeto do IILP. Infere-se, das primeiras notícias que tratam do tema, que a relutância portuguesa tem como causa o fato de o projeto ter sido impulsionado pelo Brasil, que assume a vanguarda dos esforços de integração e de defesa da língua, papel que caberia a Portugal e não ao Brasil.<sup>231</sup>

Outro ponto que merece relevo é a constância na publicação de matérias sobre a CPLP durante os períodos tratados, tendo em vista a ligação existente entre a distribuição de matérias ao longo dos meses e a informação e interesse do leitor acerca do que é lido. Vê-se, assim, que, com exceção de 1989, a publicação de matérias relativas à Comunidade se deu de forma contínua em todos os demais anos investigados. O gráfico abaixo ilustra essa afirmação:

---

<sup>231</sup> A esse respeito, vide a análise desenvolvida nesta dissertação sobre o ano de 1989.

**Figura 4 – Distribuição mensal das matérias sobre CPLP veiculadas nos jornais portugueses ao longo dos quatro períodos analisados**

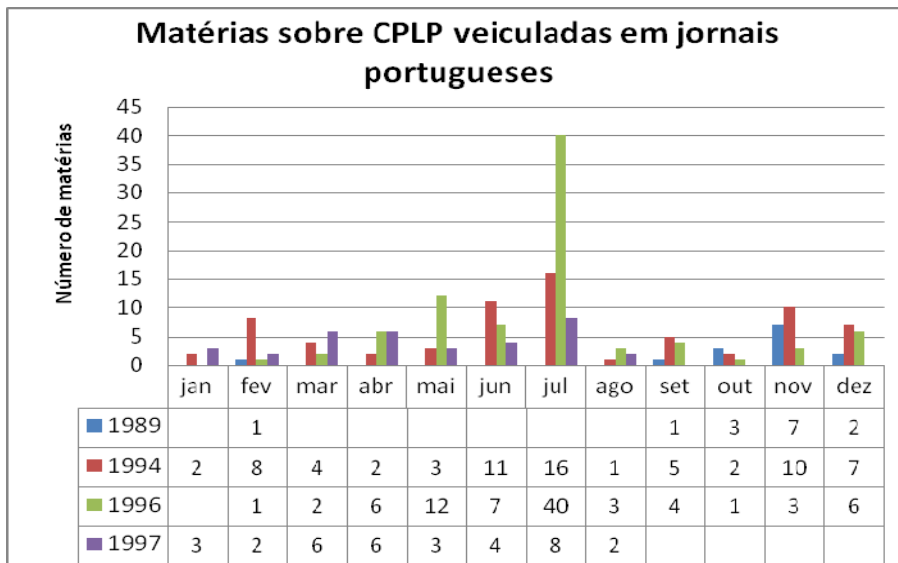


Gráfico elaborado pela autora com base no número de matérias coletadas na pesquisa realizada em Portugal.

É possível perceber, assim, nítida constância na publicação de matérias que versam diretamente sobre o tema, o que leva à conclusão de que a questão da lusofonia está inserida na agenda pública portuguesa de forma continuada. Tanto a continuidade da publicação quanto a amplitude de temas tratados permitem uma crescente familiarização da opinião pública com o assunto, além de possibilitar conhecimento mais aprofundado a seu respeito, por meio do maior debate estabelecido. O ano de 1989 contraria esse padrão, haja vista a menor inclusão de questões relativas ao IILP na agenda pública, o que se constata frente à forma com que se deu a publicação dessas notícias, limitadas aos últimos três meses do ano.

Quanto a 1994 e 1996, observa-se um número significativo de publicações distribuídas de maneira relativamente homogênea ao longo do ano – com exceção da concentração de matérias nos meses em que o tema esteve mais visado. Ressalte-se, ainda, que, a despeito dessa concentração, não houve ausência de notícias nos demais meses, o que permite falar em constância. Ademais, o grande número de notícias veiculadas nestes dois anos demonstra o aumento significativo da importância dada ao tema e o aprofundamento do debate público estabelecido. Setenta e um artigos foram publicados no ano de 1994, e oitenta e cinco, no de 1996, dos quais, respectivamente, catorze e vinte e quatro são opinativos.

O gráfico, a seguir, realça as diferenças percentuais existentes entre os quatro períodos investigados, explicitando o baixo interesse direcionado ao IILP - que contou com apenas 7%

do espaço total garantido ao debate acerca da Comunidade – e a grande atenção que a CPLP passa a receber da imprensa a partir de 1994. Assim, o gráfico explicita que, em 1994, a imprensa portuguesa já havia abandonado a perspectiva de disputa que se refletiu no menor espaço dedicado ao tema no ano de 1989, demonstrando maior interesse pela integração.

**Figura 5 - Matérias sobre CPLP veiculadas na imprensa portuguesa: porcentagem anual relativa ao total das notícias publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados**

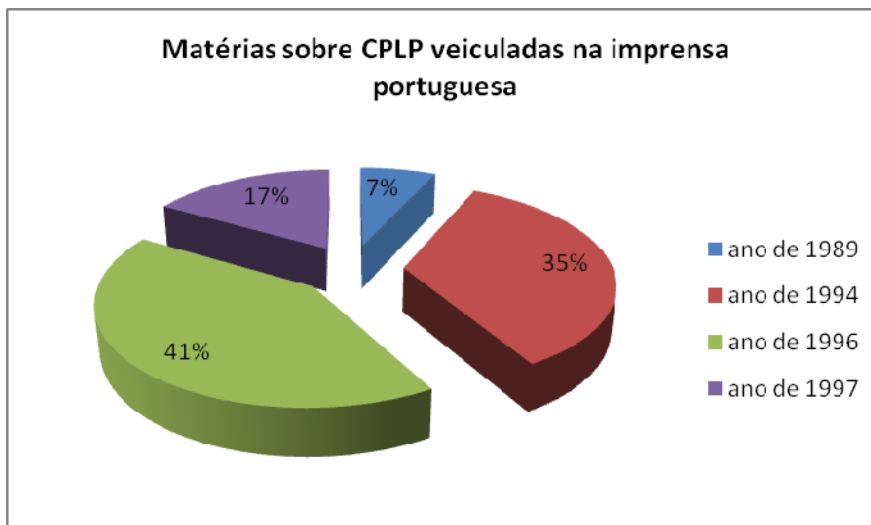


Gráfico elaborado pela autora com base no número de matérias coletadas na pesquisa realizada em Portugal.

No que tange às matérias opinativas, nas quais o debate público é mais explícito e substancial, verifica-se constância com relação ao total publicado, sendo possível perceber tanto o menor debate relacionado a 1989 quanto o maior espaço dedicado à CPLP no ano de 1996. Ao todo, quarenta e sete matérias opinativas foram veiculadas: três em 1989; catorze em 1994; vinte e quatro em 1996; e seis em 1997. No gráfico, a seguir, identifica-se o grande interesse da opinião pública lusa acerca da criação da CPLP, visto que o ano de 1996 conta com quase 50% do total de artigos publicados em todos os quatro períodos alvos desta análise.

**Figura 6 - Matérias opinativas sobre CPLP veiculadas na imprensa portuguesa: percentagem anual relativa ao total das notícias opinativas publicadas acerca do tema ao longo dos quatro períodos analisados**

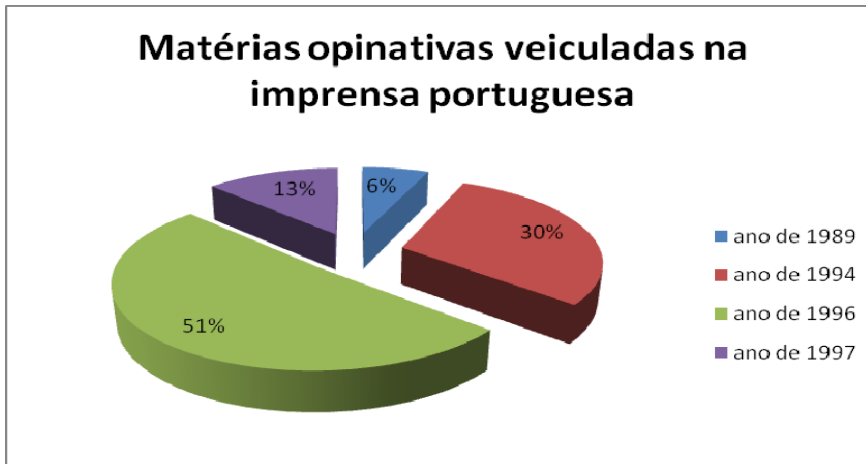


Gráfico elaborado pela autora com base no número de matérias opinativas coletadas na pesquisa realizada Portugal.

Da análise dos três gráficos apresentados, depreende-se a grande atenção dedicada, pela imprensa, à dimensão lusófona da política externa portuguesa. Considerando o fato de que a temática da CPLP não esgota o debate acerca da lusofonia, é possível afirmar que a reflexão sobre as relações de Portugal com o mundo de expressão portuguesa faz parte do imaginário português - o que se explica em razão da quantidade de africanos que vivem em Portugal.

Outro aspecto que intensifica o interesse por África lusófona ou Brasil junto à imprensa portuguesa é a ligação feita entre esta dimensão das suas relações internacionais e o seu peso político dentro da Comunidade Europeia. Conclui-se, assim, que a língua portuguesa e as relações de Portugal com as suas ex-colônias são percebidas como sendo seu diferencial de poder. A análise do conteúdo específico das matérias trará luz a esta perspectiva.

### **3.2 Da rivalidade à cooperação (1989 e 1994)**

A fase de gestação do projeto da CPLP, na imprensa portuguesa, marca um momento de ruptura de posições. Percebe-se, em 1989, que a iniciativa brasileira na defesa da língua portuguesa, com a criação do IILP, é vista, em Portugal, com desconfiança e certo tom de rivalidade. Posição essa que começa a mudar à medida em que surgem, no país, argumentos que corroboram a ideia do Instituto, levando à perspectiva da necessidade de cooperação. Afirma-se, assim, que apenas o Brasil estaria apto a propor a integração, em um momento



ainda marcado por receios neo-colonialistas por parte dos PALOP. O ano de 1994, portanto, marca uma fase em que Portugal já se encontra engajado com a causa da integração, tendo na figura de Mário Soares um dos grandes entusiastas do projeto.

No que tange às notícias que versam sobre a integração dos países de expressão portuguesa, no ano de 1989, pouca atenção foi dada à criação do IILP. Ao todo, catorze notícias foram veiculadas - onze informativas e três opinativas -, número bastante inferior ao observado nos demais períodos abordados. Cabe mencionar, ainda, que todas as matérias relativas a esse período foram publicadas pelo *Diário de Notícias*, haja vista que o periódico *O Público* só foi criado apenas em 1990.

Como foco principal, tem-se, em geral, não o Instituto, em si, mas as posições de Portugal e Brasil relativas a um organismo que tenha como objetivo a defesa da língua portuguesa. É possível depreender da leitura das matérias publicadas nesse período que há explícito sentido de competição, principalmente da parte de Portugal, envolvendo a iniciativa de defesa da língua portuguesa. Assim, a iniciativa brasileira, em um primeiro momento, acaba por ferir suscetibilidades de Portugal, levando a imprensa a considerar que o seu país está a perder lugar de destaque dentro do espaço lusófono. O seguinte excerto de matéria que trata das querelas luso-brasileiras acerca da iniciativa pela defesa do idioma expõe certo sentido de competição gerado pelo fato:

Este seria um problema apenas doméstico [o da coordenação das ações externas no âmbito da língua e da cultura] se o Brasil não tivesse começado a sugerir desde há algum tempo que a ideia da criação de um Instituto Internacional de Língua Portuguesa lhe pode ser atribuído em primeira mão e, portanto, exibindo a capacidade negocial de quem mostra ter a iniciativa.

No entanto, importa lembrar que a proposta partiu da Academia das Ciências de Lisboa, sob a forma de um Conselho Internacional da Língua Portuguesa aceite unanimemente pelos signatários do Acordo Ortográfico de 1986. Os estatutos desse projecto foram na prática repisados pela proposta agora fomentada pelo Brasil e ao mais alto nível.<sup>232</sup>

O foco na discórdia não surge apenas com relação à iniciativa pela defesa do idioma, em si, estando presente em todas as questões que envolveram o projeto brasileiro. Exemplo disso é o impasse que se gerou em torno das decisões acerca da sede do Instituto, tema que acabou por suscitar certo debate. Em matéria intitulada *Países lusófonos vão estabelecer negociações sobre a sede*, o *Diário de Notícias* expõe da seguinte forma os pontos que envolveram as negociações a respeito: “em São Luís do Maranhão ficou provado que a sede do instituto na

---

<sup>232</sup> Anunciada criação do Instituto de Língua Portuguesa está a gerar equívocos entre Portugal e Brasil. *Diário de Notícias*, 28 de setembro de 1989.

pode ficar apenas no Brasil ou só em Portugal. Restam duas soluções iguais e aparentemente viáveis: ou da rotatividade ou da escolha de um Estado equidistante e neutro.”<sup>233</sup>

A constante menção às querelas luso-brasileiras acaba por levar Mário Soares a buscar contornar essa imagem negativa, por meio de elogios à ação brasileira e da afirmação, em discurso proferido na Academia Brasileira de Letras, de que “[...] ninguém é dono da língua portuguesa porque ninguém é dono da expressão da liberdade de cada um de nós.”<sup>234</sup> O mesmo fez José Aparecido de Oliveira, para quem não há espírito de competição, mas um trabalho comum a ser feito.<sup>235</sup>

Com respeito aos temas específicos abordados, três merecem especial atenção, tendo em vista o crescente espaço a eles conferido na imprensa portuguesa, no correr da década de 1990, o que traduz a importância que cada um adquire no longo prazo. São eles:

1. A busca da inclusão do português como língua de trabalho de Organizações Internacionais;
2. O peso e a importância do idioma no mundo;
3. A busca por justificar a inclusão de Timor-Leste na Comunidade cultural lusófona.

Observe-se, ainda, o caráter incipiente do tratamento que esses temas recebem nesse primeiro momento, haja vista que o ano de 1989 marca os primeiros passos em direção à concretização da integração em um contexto pós-descolonizações. Nesse contexto, a iniciativa brasileira parece ferir suscetibilidades históricas portuguesas relativas à aproximação do Brasil com a África lusófona. Fato esse que explica tanto as reticências que a criação do IILP gerou na opinião pública de Portugal quanto o esforço de figuras públicas, como José Aparecido de Oliveira e Mário Soares, pela superação dos equívocos.

No que tange aos esforços pela inclusão do português como língua de trabalho de Organizações Internacionais do sistema ONU, tem-se que, em 1989, essa intenção toma a forma de negociação concertada para fazer desse idioma língua oficial da UNESCO. Com relação a isso, a matéria intitulada *Língua portuguesa sobressai em duas frentes externas*

<sup>233</sup> Países lusófonos vão estabelecer negociações sobre a sede. *Diário de Notícias*, 16 de Novembro de 1989.

<sup>234</sup> Língua portuguesa não é prioridade de ninguém. *Diário de Notícias*, 07 de novembro de 1989.

<sup>235</sup> É urgente criar um mecanismo de defesa para que o português seja língua de cultura. *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1989.

expõe a mudança de atitude de Portugal quanto ao IILP, sugerindo sua importância no fortalecimento da posição portuguesa concernente à defesa do idioma e à tentativa de lhe conferir maior espaço na cena internacional.<sup>236</sup> A relevância do Instituto é afirmada, ainda, em matérias que tratam do II Encontro de Jornalistas de Língua Portuguesa, realizado em Brasília, no segundo semestre de 1989. Nesse Encontro, que defendeu a superação do atual sistema informativo internacional, IILP foi visto como “um precioso instrumento de defesa do idioma e divulgação da cultura portuguesa.”<sup>237</sup>

A respeito do peso do português no mundo, diversos argumentos justificam a criação de mecanismos que tenham por intuito a sua defesa e divulgação. A importância da preservação da língua liga-se, assim, à sua grandeza, traduzida na sua presença em três continentes e na sua posição de sétima língua mais falada no mundo, contando com 180 milhões de falantes. Outro argumento que tem o intuito de corroborar essa idéia é o da perda de espaço do português, questão vista por Portugal como diminuição da sua influência dentro da Comunidade Européia. Há, portanto, identificação entre perda de espaço da língua portuguesa - em meio a culturas e idiomas mais poderosos que competem por maior influência na Comunidade Européia - e diminuição do prestígio português. Citando opinião de Alçada Baptista, escritor português, o *Diário de Notícias* argumenta:

[...] “a nossa afirmação cultural na Europa não pode ser separada de uma realidade linguística e cultural que representa um espaço de linguagem que abrange cerca de 200 milhões de falantes.” E em certa medida pode dizer-se que o Instituto da Língua Portuguesa constitui um instrumento indispensável ao fortalecimento e à salvaguarda da nossa identidade cultural.<sup>238</sup>

A questão do Timor-Leste é o terceiro, e último, aspecto a ser pontilhado, para o qual especial atenção foi dada pela imprensa portuguesa ao longo do período de gestação da CPLP. Vê-se clara a perspectiva de que Portugal busca, no espaço lusófono e entre os Estados de expressão portuguesa, o fortalecimento de sua posição acerca da questão da independência timorense. A reivindicação da inclusão, ainda que informal, do Timor-Leste na Comunidade cultural que se formava, portanto, tinha a intenção de fazer das afinidades lingüísticas armas

<sup>236</sup> Língua portuguesa sobressai em duas frentes externas. *Diário de Notícias*, 13 de outubro de 1989.

<sup>237</sup> Instituto de língua portuguesa defendido no encontro de Brasília. *Diário de Notícias*, 09 de outubro de 1989.

<sup>238</sup> Chefes de Estado de países lusófonos criam o Instituto de Língua Portuguesa. *Diário de Notícias*, 02 novembro 1989

no combate pela liberação do povo timorense do jugo indonésio, fortalecendo a influência portuguesa naquela região.<sup>239</sup>

Cabe salientar, ainda, a atenção dada à visão societária, na busca por destacar os esforços da sociedade civil em direção à maior interação entre os povos lusófonos. Nesse sentido, três matérias devem ser consideradas, haja vista que expõem o apoio e o interesse que organismos tais como o Fórum Nacional de Secretários da Cultura e a União Brasileira de Escritores têm demonstrado frente à institucionalização das relações entre os “Sete”.

A iniciativa brasileira concernente à criação do IILP, como já visto, acabou por explicitar, na imprensa portuguesa, discórdias existentes no tocante às relações com a África lusófona e à defesa do idioma. Fato esse que se refletiu nas matérias opinativas veiculadas neste ano, tanto no sentido de realçar quanto no de contornar as posições conflitantes. A esse respeito, Carlos Blanco Moraes, em *As Relações Portugal-Brasil*, afirma não haver correspondência entre a retórica e as ações portuguesas concernentes à construção do espaço lusófono. Essa afirmação decorre do fato de o Brasil ser visto, em Portugal, mais como um rival do que como um parceiro no âmbito da lusofonia. A conseqüência dessa falta de consenso entre ambos é o abandono da África portuguesa às investidas de terceiros Estados:

E, enquanto prosseguem eternas trocas de mensagens entre as chancelarias e cada país se vira para o seu universo regional respectivo, a África de expressão portuguesa continua a oscilar ao sabor de terceiras influências, que no caso de Angola e Moçambique são representadas, numa primeira linha, pelas superpotências, numa segunda, por potências regionais (África do Sul) e corpos expedicionários (Cuba) e, numa terceira, por duvidosos mediadores locais, como o Quênia, o Zaire e o Zimbábue.<sup>240</sup>

A busca pela superação dessas intrigas fica por conta de A. Gomes da Costa, que afirma que apenas o Brasil teria condições de propor o projeto de união dos povos lusófonos nesse momento. Isso tendo em vista o seu número de falantes e o fato de que qualquer ação do gênero levada a cabo por Portugal poderia reacender medos neo-colonialistas entre as ex-colônias. Ademais, percebe-se que a questão da língua tem ângulos e prioridades diversas para cada parte: Portugal e Brasil se empenham pela difusão do idioma, enquanto a África lusófona está mais interessada em manter suas línguas autóctones como componentes de suas identidades.

<sup>239</sup> Soares quer lugar para Timor-Leste na comunidade cultural lusófona. *Diário de Notícias*, 03 de novembro de 1989;

<sup>240</sup> MORAIS, Carlos Blanco. As relações Brasil-Portugal. *Diário de Notícias*, 03 de novembro de 1989.

Mesmo em meio a tanta diferença, o tom que reveste as opiniões acerca do IILP, nas matérias opinativas, é positivo, sendo ele considerado como “[...] a confirmação solene e formal, por parte dos países onde se fala o Português, de que a Língua é um património comum e que, como tal, deve ser enriquecido e potencializado nas suas múltiplas variações.”<sup>241</sup> A imagem veiculada nestas matérias é, portanto, correspondente à opinião defendida por Mário Soares e José Aparecido de Oliveira, entusiastas da Comunidade lusófona e defensores da ideia de que o Instituto dá ao idioma um novo sentido diplomático e humano:

Desejamos ressaltar, em termos breves, sobretudo um ponto do discurso, proferido na Academia de Letras pelo Presidente Mário Soares, que encerra uma concepção de língua portuguesa, para além do seu valor em si e da sua missão cultural, um novo sentido diplomático e humano, contributo para uma morfologia original das relações entre os países cujos representantes se encontram em S. Luís.  
[...] “Não direi com Fernando Pessoa”, sublinha o dr. Mário Soares, “que a língua portuguesa é nossa Pátria. Direi antes – e de algum modo parafraseando-o – que a língua portuguesa é a Pátria de muitas Pátrias” (“cento e setenta milhões de seres humanos espalhados por cinco continentes” que se exprimem numa mesma língua, e que todos os dias a “recriam e enriquecem, inserindo-lhe as suas próprias vivências e singularidades”).<sup>242</sup>

No que tange à densidade discursiva, houve certo aprofundamento no tratamento dos temas relacionados ao Instituto, ainda que não haja grande amplitude de assuntos abordados. Nesse momento, no entanto, o debate acerca da integração lusófona, nas novas bases que esta adquire a partir da década de 1980, ainda é incipiente. Percebe-se que, ao longo da década de 1990, cresce a discussão a respeito das relações entre os povos lusófonos e da criação da CPLP.

De forma diversa do verificado na imprensa brasileira, em Portugal, ainda que a atenção dedicada ao IILP tenha sido baixa, o enquadramento dado extrapola a questão factual, sendo possível verificar a existência de debate mais efetivo. Esse fato torna-se explícito com respeito a dois pontos: o foco das matérias - que não recai sobre o IILP, em si, mas sobre as posições brasileira e portuguesa frente à defesa da língua portuguesa – e a qualidade do debate – ainda que a amplitude dos temas não tenha sido grande. Afirma-se, com isso, que a densidade do debate travado em Portugal supera em muito o que se vê no Brasil.

---

<sup>241</sup> COSTA, A. Gomes da. O Instituto da Língua – um passo à frente. *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1989.

<sup>242</sup> CASTRO, Paulo de. Língua portuguesa: Pátria de muitas Pátrias. *Diário de Notícias*, 02 de dezembro de 1989.

Como já mencionado, 1994 foi um ano marcado por grandes expectativas a respeito da institucionalização da CPLP. Essas expectativas encontraram forte eco na imprensa portuguesa, estando presentes em diversas notícias publicadas ao longo do ano. Ao todo, cinqüenta e sete matérias informativas foram veiculadas – trinta e nove pelo *Diário de Notícias* e dezoito pelo *O Público* –, a maioria delas trazendo, como foco principal, as movimentações que rondaram as esperadas e adiadas reuniões para a criação da Comunidade. Outros pontos, no entanto, também mereceram grande atenção da imprensa, que apresentou, em geral, tom otimista com relação à criação da Comunidade. Quatro novos temas foram inseridos no debate:

1. A ausência de Itamar Franco e suas conseqüências para a reunião de criação da CPLP;
2. O apoio recebido por Butros Ghali, então secretário-geral da ONU;
3. A questão do estatuto de observador, reivindicado por Timor-Leste e por Macau;
4. O segundo adiamento da Cimeira Constitutiva da CPLP.

Grande ênfase foi dada, no período em questão, ao cancelamento da ida de Itamar Franco a Lisboa, para participar da cimeira de criação da CPLP, marcada para o mês de junho. Cabe observar, ainda, o tom de incerteza que marcou o discurso jornalístico acerca desse fato, sendo importante perceber a persistente, ainda que não unânime, imagem de que o adiamento da reunião teve como causa primeira a ausência de Itamar. De acordo com as notícias publicadas tanto pelo *Diário de Notícias* quanto pelo *O Público*, a atitude do presidente brasileiro gerou mal-estar entre os Sete, e em especial entre os PALOP, que decidiram pelo adiamento, alegando, para tanto, razões internas diversas.<sup>243</sup> A respeito da decisão do Presidente brasileiro e das suas conseqüências, afirma-se:

Em Portugal, observadores salientam que a forma como Itamar comunicou a Lisboa a alegada impossibilidade de poder partilhar as alegrias lusófonas com os seus restantes colegas chefes de Estado e de governo, terá motivado um bloqueio na ponte de entendimento entre os palácios das Necessidades e de Belém. Foi mais um episódio, acrescentam os mesmos observadores, a provar um desentendimento sobre procedimentos institucionais entre o Itamaraty e o Largo de Rilvas. Em Lisboa,

---

<sup>243</sup> O jornal *O Público* afirma categoricamente: “na origem do adiamento está a desistência do Presidente brasileiro Itamar Franco, que cancelou a sua deslocação a Lisboa na sequência da morte do seu sobrinho e secretário particular”. Cimeira dos Sete adiada. *O Público*, 25 de junho de 1994.

chamam-lhe gafe diplomática; em Brasília, cham-lhe defasamento. Vai tudo dar ao mesmo.<sup>244</sup>

A decisão de não estar presente na cimeira de chefes de Estado e de Governo dos Sete, ontem formalizada pelo Presidente brasileiro, Itamar Franco, levantou a mesma pergunta nas sedes das diplomacias portuguesa, angolana, moçambicana, guineense e são-tomense. Adia-se a cimeira ou mantém-se o calendário da reunião que deverá assinalar o nascimento oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa?<sup>245</sup>

Tendo em vista as especulações que haviam sido feitas acerca do silêncio que marcou as semanas precedentes à reunião, esperada para o dia 28 de junho, a confirmação do adiamento não pareceu nenhuma surpresa para a imprensa portuguesa, embora tenha gerado considerável número de menções a respeito. Nesse ponto, interessante é a matéria intitulada *Mudança radical em 24 horas*, a qual conclui que “[...] a operação que conduziu ao adiamento decorreu olímpicamente no dia 23 e teve manifesta origem são-tomense”<sup>246</sup>. O Brasil, portanto, estaria isento da culpa, já que a presença de Sarney, no lugar de Itamar Franco, já havia sido digerida e aceita. A despeito das manifestações que isentavam o Brasil da culpa pelo arranque em falso da CPLP, recorrente foi a imagem de que a desistência de Itamar estava na origem do adiamento:

Sobretudo em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau, onde os respectivos chefes de Governo encaravam com muitas reservas a perspectiva de embarcar rumo a Lisboa e deixar para trás situações internas difíceis, quando o Presidente brasileiro cancelara a viagem alegando oficialmente um problema de ordem familiar.<sup>247</sup>

O segundo ponto a ser considerado diz respeito ao entusiasmo demonstrado em declaração escrita pelo secretário-geral da ONU, Butros Ghali, com relação à institucionalização da CPLP. Grande espaço é dado à opinião de Ghali acerca da Comunidade que, de acordo com ele, tem a função de dar “[...] expressão concreta às relações de compreensão e de solidariedade entre nações com uma herança política comum e um forte sentido de identidade cultural, empenhadas não só num relacionamento mais estreito entre si, mas em actuar como uma força para a paz e compreensão no mundo.”<sup>248</sup>

A esse respeito, a percepção que se tem, no *Diário de Notícias*, é a de que, como consequência dessa declaração, ocorreu a união do Brasil e de Portugal em torno da iniciativa portuguesa em favor da inclusão do português como língua de trabalho de órgãos das Nações Unidas. Nesse contexto, como já observado anteriormente, a UNESCO aparece tanto como a

<sup>244</sup> Erros de gramática. *Diário de Notícias*, 25 de junho de 1994.

<sup>245</sup> Cimeira dos Sete tremida sem Itamar. *O Público*, 21 de junho de 1994.

<sup>246</sup> Mudança radical em 24 horas. *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1994.

<sup>247</sup> Cimeira dos Sete adiada. *O Público*, 25 de junho de 1994.

<sup>248</sup> Ghali apóia Comunidade Lusófona. *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1994.

maior expectativa - devido ao seu escopo de defesa da cultura – quanto como o maior êxito. Sobre a adoção do português como língua de trabalho da UNESCO, afirma-se:

Sem dúvida que a adoção do português como língua oficial e de trabalho na UNESCO deve-se à conjugação de dois factores: o peso político do Brasil na cena mundial e o persistente trabalho diplomático de Portugal. Diga-se, de resto, que o Brasil [...] pretende colocar o português como língua de trabalho em todo o sistema das Nações Unidas.<sup>249</sup>

As questões que envolvem a concessão do estatuto de observador a Timor-Leste e a Macau é o terceiro ponto que deve ser abordado, tendo em vista a repercussão tida na imprensa portuguesa. Sete matérias<sup>250</sup> dedicam-se ao tema, diretamente, o qual suscita maior debate quanto às reivindicações timorenses. Tendo em vista a situação delicada em que o país se encontra, o fato acaba por adquirir grande peso político. Isso porque a concessão do estatuto de observador significaria um passo além no processo de reconhecimento do Timor como oitavo país de expressão portuguesa. Frente a essa constatação, Portugal mantém-se em posição cautelosa, ainda que suas intenções em favor da independência do Timor fossem claras.

A imprensa portuguesa, no entanto, parece claramente favorável tanto à concessão do estatuto, quanto às aspirações de independência timorenses. Infere-se isso do número de matérias que expõem a perspectiva do Timor, todas elas complacentes à sua causa. A busca, por parte de Ramos-Horta, do apoio dos PALOP frente à reticente posição portuguesa é veiculada pelo *Diário de Notícias*. Afirma-se, assim, fato de o estatuto significar um passo a mais em direção ao seu reconhecimento como nação independente, haja vista que a língua é um dos maiores símbolos da resistência no Timor:

[...] Xanana Gusmão afirma que os Timorenses se orgulham de ser, numa região heterogênea de línguas e culturas, “uma parte da comunidade lusófona” e “um lugar onde a língua de Camões se perpetua como veí-culo de comunicação com o mundo e uma forma de defi-nirmos a nossa identidade pelos tempos fora”.<sup>251</sup>

Com relação a Macau - que, de acordo com o *Diário de Notícias*, seria aceito como membro observador permanente já a partir do Ato Constitutivo -, há especulações sobre os benefícios a serem trazidos pela sua inclusão na CPLP, vista como positiva para a

<sup>249</sup> Língua portuguesa na ONU pela calada. *Diário de Notícias*, 30 de setembro de 1994.

<sup>250</sup> Timor no espaço lusófono. *O Público*, 23 de março de 1994; Timor na cimeira lusófona. *Diário de Notícias*, 31 de março de 1994; Timor com direito a falar aos MNE. *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1994; RAMOS-HORTA. Timor-Leste: oitavo membro da CPLP? *O Público*, 27 de junho de 1994; ALKATIRI, Mari. Timor-Leste e a comunidade lusófona. *Diário de Notícias*, 02 de julho de 1994; Xanana enviou mensagem aos Sete. *Diário de Notícias*, 03 de julho de 1994; Aparecido vai a Timor. *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1994.

<sup>251</sup> Xanana enviou mensagem aos Sete. *Diário de Notícias*, 03 de julho de 1994.



Comunidade. O argumento usado é o de que, sendo a CPLP uma organização cujo intuito é o de unir Estados “[...] cada um deles possuindo peculiares experiências em megamercados ou em organizações de integração regional”, a inclusão da área estratégica onde a China se insere acresceria o patrimônio de diálogo da Comunidade.<sup>252</sup>

O último ponto relevante diz respeito ao segundo adiamento da cimeira constitutiva, marcada para novembro de 1994 e cancelada em virtude de desentendimentos entre Angola e Portugal. Em tom de grande incerteza e em meio a recapitulações acerca do primeiro adiamento, a nova data é anunciada na imprensa portuguesa com a afirmação de que a cimeira aconteceria, mesmo que sem a presença dos ainda não confirmados chefes de governo de Angola e Moçambique.

As intenções dos dois protagonistas, no entanto, não foram suficientes, tendo em vista declarações de Mário Soares relativas à situação interna angolana, as quais ressuscitaram ressentimentos históricos e fizeram ressurgir receios de neo-colonialismo. Angola, que, de acordo com o *Diário de Notícias*, já por ocasião do primeiro adiamento “tinha recebido mal o paternalismo com que as chancelarias portuguesa e brasileira estariam a tratar os africanos”<sup>253</sup>, acabou por pedir o novo adiamento, alegando para tanto intromissão portuguesa em assuntos internos angolanos. O seguinte trecho, extraído do jornal *Diário de Notícias*, explicita o impasse:

[...] Rui Mingas [embaixador angolano em Lisboa], em declaração ao repórter do DN, Eduardo Mascarenhas, considerava que a posição assumida pelo Presidente da República Portuguesa quando da ofensiva militar no Huambo, para além de traduzir o recurso a uma linguagem “menos correcta e injusta”, constitui uma “intromissão abusiva nos assuntos internos de Angola”.

Segundo Rui Mingas, por aquele motivo “as cadeiras destinadas a Angola na cimeira dos sete países da comunidade de língua portuguesa estariam vazias”.<sup>254</sup>

As declarações de Mingas não foram bem recebidas nem pelo governo nem pela imprensa portuguesa, a qual afirma que o embaixador angolano foi “[...] longe demais, não só pelas palavras que proferiu contra Mário Soares mas também pelo facto de se ter ausentado de uma reunião sobre uma iniciativa diplomática do Brasil, que foi o primeiro país do mundo a reconhecer o regime de Luanda”<sup>255</sup>. Muitas foram as conseqüências dos eventos que levaram ao adiamento da cimeira marcada para novembro, tais como as “[...] recriminações que as chancelarias estão a dirigir umas contra as outras”. Ademais, de acordo com os periódicos,

<sup>252</sup> Macau próximo dos Sete. *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1994.

<sup>253</sup> Angola enguiçou cimeira lusófona. *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1994.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Sete dividem-se em culpas. *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1994.

houve mal entendido, quanto à motivação de Angola, que afirmou posteriormente – e de forma não coerente com a posição que tinha sustentado até então nas reuniões preparatórias – que o pedido de adiamento tinha por base a necessidade de maior debate sobre sua entrada na Comunidade. Acerca das especulações sobre as reais razões que levaram Angola a pedir o adiamento, tem-se o temor que paira sobre os entusiastas da CPLP frente ao risco que a língua portuguesa corre na África:

Acresce que várias fontes diplomáticas africanas, de passagem por Lisboa, foram dando conta, nos últimos meses, do desinteresse de Eduardo dos Santos pela comunidade lusófona. Segundo essas fontes, o líder de Luanda estaria mais interessado no processo de integração da África Austral, designadamente no diálogo com a África do Sul. Com isso sugeria-se haver uma pressão anglófona sobre Angola, a juntar à que já era conhecida sobre Moçambique.<sup>256</sup>

O segundo adiamento, percebido, pela imprensa, como revés para a diplomacia portuguesa e como humilhação para a brasileira, teve, portanto, grande peso negativo para as expectativas sustentadas pela imprensa portuguesa acerca da CPLP. A percepção dos eventos, por parte do periodismo português, fez renascer receios relativos às relações preferenciais que as ex-colônias mantêm com terceiros Estados, como se viu no excerto acima.

Por fim, saliente-se, a persistência de alguns temas que já haviam sido tratados em 1989 e que passaram, no ano de 1994, a ser abordados de forma mais aprofundada: em primeiro lugar, a questão da afirmação da língua portuguesa como língua de trabalho de Organizações Internacionais; em segundo, a articulação feita entre esse primeiro ponto e o peso do português enquanto terceiro idioma mais falado do ocidente; em terceiro lugar, há persistência na busca pela justificativa da relevância da CPLP, assim como dos motivos alegados para sua criação.

A tentativa de inclusão do português como língua de trabalho em Organismos Internacionais insere-se, de acordo com a imprensa, no tema mais amplo das Nações Unidas, tomando um maior impulso em razão das declarações de Butros Ghali a favor da institucionalização da Comunidade. Nesse contexto, a escolha da UNESCO justifica-se mediante dois argumentos principais: o peso do português, medido em termos do número de falantes e de presença no mundo, e o foco cultural da UNESCO, cabendo a ela servir de exemplo às demais. A importância da Comunidade estaria no fato de esta não se resumir a uma “mera utopia cultural”, mas de ser, com efeito:

---

<sup>256</sup> Sete dividem-se em culpas. *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1994.

[...] um espaço diversificado, concreto, definido por uma língua comum e por interesses próprios – um espaço de sobrevivência, de autonomia, de futuro. A sua raiz está no idioma em que se exprimem as populações que o habitam (200 milhões) e que, por via disso, se afirma como o sexto do mundo – no Luxemburgo está em vias de ser o primeiro.<sup>257</sup>

Quanto às matérias opinativas, catorze foram veiculadas ao longo do ano, sendo nove pelo *Diário de Notícias* e cinco pelo *O Público*. Dois focos principais podem ser percebidos da leitura dos artigos considerados: a dualidade existente na política externa portuguesa - dividida entre a sua integração na Europa e a lusofonia; e questões referentes à Comunidade em vias de institucionalização, seus desafios e a complexidade das relações que nela se desenvolverão.

Com respeito ao primeiro ponto, a opinião sustentada é a de que ambos os direcionamentos da política externa portuguesa – o europeu e o lusófono - são complementares e não excludentes. Acerca disso, Garcia Leandro afirma a necessidade de Portugal marcar seus traços culturais, por meio da lusofonia, dentro da Comunidade Européia, sob pena de se ver confundido com a “pujante cultura de origem castelhana”. Ademais, o reforço à lusofonia no sistema internacional como um todo também teria grande relevância, tendo em vista os interesses anglófonos, francófonos e hispânicos em expandir influências nos PALOP. Sendo assim, e no que diz respeito ao mundo lusófono, argumenta-se ser “[...] necessário criar uma aliança que permita aglutinar todos os países que falam o português, fazendo o esforço necessário para que não venham a escorregar para outras áreas de influência cultural”.<sup>258</sup>

Também Jorge Braga de Macedo trata do assunto e corrobora a idéia de complementaridade entre os vieses europeu e lusófono da política externa portuguesa. Ao afirmar que a língua é um veículo para o fomento do interesse comunitário e para a sua afirmação em Organizações Internacionais, Braga de Macedo incita Portugal a agir como Grã-Bretanha e França, que usam o “[...] veículo lingüístico e cultural para fomento dos seus interesses comerciais e para sua afirmação nas instituições de Bretton-Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, bem como noutras organizações internacionais e regionais.”<sup>259</sup> A posição que se coloca é a de que, em Portugal, esquece-se que a lusofonia é fator suscetível de aumentar a competitividade global, esquecimento esse que se deve ao

<sup>257</sup> COSTA, Fernando da. Espaço de sobrevivência. *O Público*, 15 de dezembro de 1994.

<sup>258</sup> LEANDRO, Garcia. Da projecção da cultura como instrumento de domínio. *Diário de Notícias*, 08 de junho de 1994.

<sup>259</sup> MACEDO, Jorge Braga de. Política econômica externa lusófona. *Diário de Notícias*, 04 de maio de 1994.

“gigantismo do Brasil” e à “dispersão geográfica dos cinco Estados africanos lusófonos, para não falar na guerra e insegurança nalguns deles”.<sup>260</sup>

Percebe-se, assim, que a imagem veiculada é favorável à integração do viés europeu e do lusófono para uma política externa portuguesa mais afirmativa no mundo. Afirma-se que a falta de ação efetiva de Portugal no domínio da difusão cultural e lingüística tem levado à perda de espaço do português na União Européia, havendo necessidade de reverter esse quadro, haja vista ser a lusofonia uma realidade a se preservar.<sup>261</sup>

Nesse contexto, a escolha entre os dois valores, segundo Braga de Macedo, é ilusória, já que a vontade do cidadão e do estado pode viabilizar ambos e aumentar o peso de Portugal na Europa e no mundo.<sup>262</sup> A CPLP e o reforço da lusofonia aparecem, assim, como maneiras de Portugal não se dissolver na União Européia: “[...] só a preservação de laços especiais com as antigas colônias e a formação de uma comunidade dos países de língua portuguesa é que podem evitar que Portugal se dissolva nessa Europa tanto mais distante quanto alheia ao nosso passado tropical.”<sup>263</sup>

Com relação ao segundo foco principal defendido, importante é perceber as críticas que rodeiam a cimeira de criação da Comunidade e as conjecturas feitas acerca dos adiamentos. A opinião sustentada é a de que a CPLP não pode basear-se em domínio reservado nem em retórica, sendo necessária a ação do cidadão, para além da do Estado, tendo em vista haver, ainda, “fantasmas do Império”.

Com perspectiva positiva, apesar de realista, Nelson Saúte faz levantamento dos fatores que devem ser pensados tendo em vista a viabilidade da CPLP, estando, dentre eles, a questão do relacionamento entre os Sete. A esse respeito, e frente ao argumento de que “[...] o falhaço, pela segunda vez, da cimeira que iria presidir à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não revela somente a incapacidade política de instituir um instrumento que nos una”<sup>264</sup>, fica a pergunta feita por Saúte, que convida a opinião pública à reflexão: estamos interessados em ser comunidade?

<sup>260</sup> MACEDO, Jorge Braga de. Política econômica externa lusófona. *Diário de Notícias*, 04 de maio de 1994.

<sup>261</sup> A esse respeito, esclarecedor é o artigo: CRISTOVÃO, Fernando. Que estratégia para a língua e cultura portuguesas no estrangeiro?. *O Público*, 15 de fevereiro de 1994

<sup>262</sup> MACEDO, Jorge Braga de. Espaço e língua. *Diário de Notícias*, 06 de abril de 1994.

<sup>263</sup> CABRAL, Manuel Villaverde. A insanável contradição do luso-tropicalismo. *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1994.

<sup>264</sup> SAÚTE, Nelson. A Comunidade (im)possível. *O Público*, 1º de dezembro de 1994.

Em resumo, houve, na imprensa portuguesa, abordagem de um leque maior de temas relacionados à CPLP e à língua portuguesa. Ponto recorrentemente tocado é o da dualidade existente na política externa portuguesa, dividida entre a lusofonia e a Europa, ilustrando o debate mais amplo que se estabeleceu sobre o tema na opinião pública lusa. O enquadramento dado ao assunto levantou questões acerca da viabilidade da CPLP e dos interesses reais sustentados por Portugal no seu âmbito, tendo-se argumentado que a dimensão lusófona da ação externa portuguesa levaria ao fortalecimento da sua posição no âmbito da União Européia e do mundo.

### **3.3 A dimensão lusófona como diferencial de poder e a necessidade de maior envolvimento (1996 e 1997)**

O período de formalização da CPLP, na imprensa portuguesa, é seguido pela constante menção à sua relevância para Portugal. Recorrente é a visão de que a dimensão lusófona da política externa portuguesa é um diferencial de poder para o país, seja no sistema internacional, seja no âmbito da União Européia. A análise negativa da imprensa acerca do desempenho da Comunidade nos meses posteriores à sua institucionalização, no entanto, leva ao entendimento de que uma das causas dessa ineficiência é a falta de iniciativa portuguesa, sendo necessário que Portugal busque maior envolvimento com a lusofonia.

O ano de criação da CPLP contou com a veiculação de grande número de notícias que diziam respeito ao tema: oitenta e cinco no total, sendo cinquenta e duas pelo *Diário de Notícias* e trinta e três pelo *O Público*. Nas sessenta e uma matérias informativas publicadas, é possível identificar dois focos principais que, em geral, perpassam a todas elas, quais sejam: questões relativas à indicação do Secretário-Executivo da Comunidade – tema presente em praticamente todos os textos veiculados durante o primeiro semestre do ano em questão – e pontos que dizem respeito à formalização da CPLP, mais diretamente. Tendo em vista o primeiro foco estar contido no segundo, necessariamente, urge ressaltar que a separação feita tem o intuito de explicitar a maior ênfase dada, pela imprensa, à primeira questão, que acabou por ficar em primeiro plano da discussão travada no seio dos dois jornais de maior circulação do país.

No que diz respeito ao primeiro foco, importante é observar duas questões abordadas com frequência por ambos os veículos analisados: em primeiro lugar, as especulações sobre as razões que levaram à adoção do critério alfabético para definir que país indicaria o secretário executivo da Comunidade; em segundo lugar, a posição sustentada pela imprensa, nem sempre tão confiante com relação à possibilidade de Angola indicar uma figura à altura da importância do cargo. O receio da imprensa refere-se à sua opinião acerca da relevância que o primeiro secretário executivo tem para o deslanche da Comunidade, sendo responsável pela arrancada da instituição em sua fase de consolidação.

As questões que se colocaram acerca da regra alfabética adotada para a escolha do secretário executivo da CPLP estão ligadas às especulações relativas ao empenho brasileiro e português pela causa. Argumenta-se, inclusive, que esta teria sido uma manobra de última hora para evitar novos adiamentos em função de reticências africanas. Um novo fracasso é visto, pela imprensa, como desastroso para Portugal, considerando-se haver “[...] um consenso nacional sobre a matéria e dificilmente se compreenderia que um falhaço fosse exclusivamente explicado por erros, inabilidades ou desatenções alheias.”<sup>265</sup> A respeito da confusão gerada pelo alegado critério - a “desculpa alfabética”, de acordo com o Diário de Notícias<sup>266</sup> -, tem-se:

[...] não há nenhum documento que fixe a regra da ordem alfabética com que se tentou, mal ou bem, tapar o sol com a peneira. Angola começa com a sua letra A no secretariado Executivo, mas a letra C de Cabo Verde é que irá acolher em 1998 a II Cimeira, concedendo-se à ultrapassada letra B do Brasil, em 1997, a localização do III Conselho de Ministros [...]. Além disso, o P de Portugal exerce as presidências (da cimeira e do conselho) talvez por deferência mas jamais por imperativo alfabético.<sup>267</sup>

Isso mesmo [o papel de indicar o secretário executivo] terá permitido ao Presidente Eduardo dos Santos [...] voltar a dar garantias de que Angola apóia totalmente a criação da CPLP e a confirmar que viajará de Luanda para Lisboa na companhia de Fernando Henrique Cardoso após o Presidente brasileiro terminar uma visita oficial de dois dias a Angola.<sup>268</sup>

[...] a decisão foi tomada sob inexplicada pressão, pelo que, em última análise, os Sete tudo fizeram para salvar o projecto até ao derradeiro minuto. Ainda na véspera do próprio comunicado oficial o representante angolano, João Miranda, tinha reiterado que o Governo de Luanda pretendia que o secretário executivo fosse angolano, quer uma decisão nesse sentido resultasse de consenso ou pelo recurso à ordem alfabética.<sup>269</sup>

<sup>265</sup> Cimeiras imprescindíveis. *Diário de Notícias*, 20 de junho de 1996.

<sup>266</sup> Todos confiam em Moco. *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1996.

<sup>267</sup> Ibidem.

<sup>268</sup> Comunidade da má-língua. *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1996.

<sup>269</sup> CPLP começa sem transparência. *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1996.

Vê-se, assim, que a grande importância dada à escolha do secretário executivo se justifica pela opinião de ser ele o responsável pela visibilidade e prestígio que a nova organização viria a adquirir na cena internacional. Nesse contexto, insere-se o debate acerca da capacidade de Angola, na situação de instabilidade na qual se encontrava, de indicar um nome forte e capaz de gerir satisfatoriamente a Comunidade. A esse respeito:

[...] importa referir desde já que jamais se poderá penalizar Angola, e muito menos São Tomé, por um eventual e sempre possível fracasso da CPLP devido a um Secretariado Executivo fraco, sem prestígio e sem influência. O Brasil, que foi o autor material da CPLP, e também Portugal, que terá sido o autor moral, não podem descartar-se das responsabilidades diplomáticas que têm na solução encontrada para o principal órgão operacional da comunidade que apregoaram nos últimos anos como prioridades.<sup>270</sup>

Verifica-se, assim, nesse contexto mais amplo das discussões sobre a rotatividade alfabética, a percepção da imprensa acerca do esforço brasileiro e português por dirimir qualquer percepção de neo-colonialismo do ambiente lusófono, visto como causa do segundo adiamento da cimeira constitutiva, em 1994. Partindo dessa premissa, veicula-se a imagem de que Brasil e Portugal acabaram por afastar-se da primeira gestão da Comunidade como uma saída encontrada para manter de pé o projeto da CPLP. As recorrentes referências à igualdade e à solidariedade como princípios que regem a Comunidade podem ser considerados, assim, formas de afirmar a inexistência de pretensões de domínio por parte dos dois países protagonistas no processo – Brasil e Portugal.

Com relação ao segundo foco principal identificado - referente à formalização da Comunidade -, urge pontilhar os temas específicos que nele se inserem: as vantagens e deficiências da institucionalização; as desconfianças que rondam o evento; e as perspectivas dos dois protagonistas, Brasil e Portugal. Dentre as vantagens da criação da CPLP, enumeradas pela imprensa, tem-se, em primeiro lugar, o aumento do peso dos seus membros nas organizações internacionais, com ênfase na posição de Portugal junto à União Européia. Ressalte-se, ainda, o fato de a CPLP unir blocos regionais como a EU, o Mercosul e a África Austral, aumentando a projeção internacional dos Sete, sendo considerada, portanto, instrumento indispensável frente à globalização – posição sustentada tanto por Fernando Henrique, quanto por Moco, em entrevista ao *Diário de Notícias*.<sup>271</sup>

<sup>270</sup> Comunidade da má-língua., op.cit.

<sup>271</sup> A esse respeito: Trocas são ínfimas. *Diário de Notícias*, 06 de julho de 1996. Com relação à importância da CPLP frente à globalização, vide entrevistas com Marcelino Moco e Fernando Henrique Cardoso veiculadas em: Angola precisa de duas décadas. *Diário de Notícias*, 05 de maio de 1996; “Vamos para aventuras em comum”. *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1996.

A respeito das deficiências, citam-se o estatuto, insuficiente em diversos pontos, como no que tange ao orçamento – questão resolvida na reunião de Maputo que antecedeu a Cimeira de Lisboa. Também o não cumprimento dos estatutos é apontado ponto como negativo, tendo a imprensa identificado que houve delegação excessiva de competências a Moco, até mesmo por parte do Conselho de Ministros, ferindo o que está disposto em estatuto. Argumenta-se:

[...] o documento fundamental da CPLP exige que sejam os próprios chefes de estado, em cimeira, a “definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP” e a “adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos Estatutos [da CPLP] podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros”. Ora em vez dessa delegação no Conselho de Ministros, delegaram em Marcolino Moco. E delegaram directa e expressamente em matérias cruciais para o futuro da comunidade, invertendo os canais de decisão: em vez de forçar o Conselho de Ministros a instruir o Secretariado Executivo, será este Secretariado a submeter propostas políticas ao Conselho de ministros...<sup>272</sup>

A falta de empenho dos Sete é outra questão que se levanta, da qual a omissão brasileira quanto à Comunidade é apontada como exemplo. Muitas são as referências à necessidade de passar das palavras à ação, argumentando-se que a retórica presente nos estatutos e protocolos não se traduzem em realizações concretas. A esse respeito, *O Público* afirma que a passagem da retórica sentimental para um esforço de solidariedade é um dos primeiros testes à Comunidade que surge.<sup>273</sup>

Quanto ao empenho brasileiro e português em favor do êxito da CPLP, a perspectiva da imprensa portuguesa é clara: se, da parte do Brasil, a falta de empenho traduz-se no fato de a língua portuguesa ser posta em plano secundário como valor estratégico<sup>274</sup>, da parte de Portugal, o mesmo se demonstra no desinteresse por dotar a Comunidade de sede definitiva e em local propício.<sup>275</sup> Vê-se, com isso, que a imagem veiculada é a de que tanto Brasil quanto Portugal trazem certa contradição entre discurso e ação. Enquanto se afirma o interesse na língua e no desenvolvimento da Comunidade, seis meses após a sua institucionalização nenhum dos dois países concluíra as formalidades necessárias para a ratificação da declaração Constitutiva e dos Estatutos, fato que condena a Comunidade a um regime provisório extenso.<sup>276</sup>

<sup>272</sup> Todos confiam em Moco. *Diário de Notícias*, 20 de julho de 1996.

<sup>273</sup> Dúvidas em dia de festa. *O Público*, 18 de julho de 1996.

<sup>274</sup> Brasil chama para si fórmula de “5+1”. *Diário de Notícias*, 15 de novembro de 1996.

<sup>275</sup> CPLP num recanto. *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1996.

<sup>276</sup> CPLP ainda sem prova de vida. *Diário de Notícias*, 30 de dezembro de 1996.



Por fim, dois temas merecem ser citados, principalmente devido à continuidade da importância dada a eles pela imprensa, traduzida em menções recorrentes a ambos. O primeiro, diz respeito ao desenrolar da questão da concessão do estatuto de observador a Timor-Leste, que continua em aberto devido, em grande parte, às reservas brasileiras e à cautela portuguesa relativas ao assunto.<sup>277</sup> O segundo, refere-se à importância de trazer a CPLP para junto da sociedade civil, ação que vem sendo desenvolvida por meio dos esforços que giram em torno da idéia da CPLP das Autarquias.<sup>278</sup>

No que diz respeito às vinte e quatro matérias opinativas veiculadas nesse período, as quais trazem como foco principal a institucionalização da CPLP, quatro temas específicos devem ser considerados, tendo em vista a sua importância no debate estabelecido: o desinteresse e a falta de ação concreta de Portugal no tocante à lusofonia; a contradição existente entre retórica e realidade; a questão da indicação do secretário executivo da Comunidade; e a relevância que o princípio da igualdade tem para o futuro das relações comunitárias. No que tange ao primeiro ponto, houve na imprensa portuguesa certa divergência de foco: por um lado, diversas matérias veiculadas pelo *Diário de Notícias* afirmam ser a CPLP grande feito da diplomacia portuguesa e realização de sonho de suas elites<sup>279</sup>; por outro, em *O Público*, muitas são as denúncias à falta de empenho real de Portugal junto à CPLP e, principalmente, aos PALOP. Desta forma, argumenta Carlos Pacheco:

Realmente, é longo o historial de desinteresse a que Portugal tem votado as questões africanas; desinteresse empapado de ignorância e mascarado por uma folclórica propaganda simbolizada na lusofonia. Como diz em jeito de fino humor David Mestre, ilustre poeta angolano, em Portugal as questões africanas continuam a ser tratadas no quintal. Sempre na expectativa de saber se dá dinheiro. Apenas dinheiro. Tal como no passado.<sup>280</sup>

Muito se mencionou, também, com relação à retórica excessiva que rodeia o projeto da CPLP, marcado por poucas e ineficientes concretizações, do que é exemplo o IILP. Em tempo

<sup>277</sup> Com relação ao Timor-Leste, vide: Lusofonia ao lado de Timor. *Diário de Notícias*, 26 de junho de 1996; Timor-Leste é a primeira pedra no sapato. *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1996; Timor num improviso de Fernando Henrique. *O Público*, 18 de julho de 1996; Timor e CPLP a várias vozes. *O Público*, 25 de setembro de 1996; D. Ximenes quer Díli na CPLP. *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 1996; Bispo pede inclusão de Timor na CPLP. *O Público*, 12 de dezembro.

<sup>278</sup> A esse respeito: Municípios disponíveis para mais cooperação. *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1996; O decreto não faz a comunidade. *O Público*, 17 de julho de 1996.

<sup>279</sup> Sobre a imagem positiva veiculada no *Diário de Notícias*, vide: CABRAL, Manuel Villaverde. CPLP: potencial e contradições. *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1996; FERREIRA, José Medeiros. CPLP – do sucesso diplomático ao êxito político?. *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1996; MOREIRA, Adriano. As comunidades de cultura portuguesa. *Diário de Notícias*, 02 de julho de 1996.

<sup>280</sup> PACHECO, Carlos. A África e a miopia portuguesa. *O Público*, 11 de maio de 1996.

de surgimento de mais uma Instituição no âmbito da lusofonia, pareceu imprescindível à imprensa alertar para a necessidade de se criar laços reais entre os povos, como único meio de a CPLP vir a ser realidade de fato. Em tom otimista, vê-se a necessidade de “[...] reforçar a base de sustentação de que precisa o projecto bem-vindo da instituição [...] que seria mais frágil no caso de ser apenas a expressão da vontade dos governos em exercício”.<sup>281</sup> A esse respeito, afirmou-se:

Se alguém acredita que Portugal conseguirá com a “sôdade” o que os outros conseguem com gestos palpáveis, pode morrer afogado em “sôdade”, porque o mundo, esse, continuará a sua marcha. E não haverá nenhum regresso para Portugal quando aquilo que nos une, a língua, já não for falada por ninguém naquelas paragens.<sup>282</sup>

Não bastam, na verdade, os argumentos retóricos tradicionais e recorrentemente avançados, mas não seguidos de decisões nem de realizações eficazes, para dar a uma autêntica Comunidade dos Países de Língua Portuguesa uma justificação e um alcance que mobilizem os povos e os sujeitos falantes do idioma à volta desse projecto.<sup>283</sup>

Infelizmente, temos assistido a uma autêntica inflação de discursos de retórica, proferidos pelos dirigentes políticos portugueses sobre o bem-fazer à comunidade africana, porém a marginalização tem sido uma prática constante a que todos os afro-negros estão sujeitos nos bairros residenciais, nas escolas, nos postos de trabalho, nos serviços públicos, e sem qualquer tipo de representação nos cargos de nomeação política e nos órgãos de poder.<sup>284</sup>

A escolha do secretário executivo da Comunidade, deixada nas mãos de Angola devido à adoção do critério alfabético, foi alvo de debate também em matérias opinativas, o que explicita a preocupação gerada, na opinião pública portuguesa, pela decisão dos Sete. Com relação a isso, argumentou-se que:

[...] é conveniente meditar nas dificuldades por que passa Angola, com uma guerra civil ainda não definitivamente resolvida, e com a necessidade de reconstruir a sua economia quando deve assistir aos que a guerra tornou inválidos, cuidar dos órfãos e vencer os terríveis índices de mortalidade infantil. É claro que, nesse quadro, não será uma homenagem ao Governo de Angola atribuir-lhe as responsabilidades de estruturar uma Comunidade com essa dimensão e esse programa de grande presença no mundo contemporâneo.<sup>285</sup>

Ênfase deve ser dada, ainda, a questão do princípio de igualdade, visto, na imprensa, como de primordial importância para a viabilização de uma Comunidade lusófona para a qual não cabem pretensões de hegemonia de qualquer espécie. Afirma-se, assim, a necessidade de

<sup>281</sup> MOREIRA, Adriano. As comunidades de cultura portuguesa. *Diário de Notícias*, 02 de julho de 1997.

<sup>282</sup> TARARES, Miguel Sousa. Sampaio na África. *O Público*, 15 de maio de 1996.

<sup>283</sup> SEABRA, José Augusto. Uma comunidade de povos e de língua. *O Público*, 18 de julho de 1996.

<sup>284</sup> KA, Fernando. A comunidade do bem comum. *O Público*, 18 de julho de 1996.

<sup>285</sup> FRANCO, Itamar. A construção ameaçada. *O Público*, 22 de maio de 1996.

recomeçar o diálogo com os povos lusófonos em um contexto de relações adultas e fraternas, no qual não há espaço para neo-colonialismos ou paternalismos:<sup>286</sup>

Quaisquer que sejam as interpretações sobre o passado, o facto importante é que a formas como as independências se realizaram dificultou a criação de laços de natureza neocolonial e favoreceu um relacionamento adulto e assente em interesses recíprocos – e este facto é hoje um importante activo da recém –criada Comunidade.<sup>287</sup>

Como se viu nos demais períodos analisados, também com respeito ao ano de 1996 a ênfase que a imprensa portuguesa dá à CPLP vai além da Comunidade, em si. Foram abordadas tanto questões ligadas, diretamente, a sua institucionalização, quanto as mais tangenciais, que dizem respeito às perspectivas de ambos os Estados, afirmando a necessidade de ultrapassar a barreira da retórica em favor de ações efetivas.

Quanto ao enquadramento, grande diferença é vista com relação ao feito pela imprensa no Brasil. Exemplo disso é a discussão acerca da indicação, por Angola, do primeiro secretário executivo da Comunidade: em Portugal, teve mais relevância questões relativas às implicações que o secretário executivo fraco poderia ter para a consolidação da Instituição; no Brasil, no entanto, a atenção recai sobre a questão pessoal de José Aparecido de Oliveira. No que tange à adoção do critério alfabético, verifica-se o mesmo tratamento amplo e pormenorizado na imprensa portuguesa, enquanto, na brasileira, críticas são feitas ao governo sem que haja tratamento aprofundado das razões reais que levaram à decisão.

No ano de 1997, vinte e oito matérias informativas e seis opinativas foram veiculadas sobre a CPLP, número reduzido se comparado aos períodos anteriormente analisados, com a exceção de 1989. No que tange às matérias informativas – doze publicadas pelo *O Público* e dezesseis pelo *Diário de Notícias* -, é possível identificar como foco principal do debate a busca por levantar as possíveis causas da chamada inoperância da Comunidade durante o seu primeiro ano de existência. Nesse ponto, deu-se grande ênfase à falta de iniciativa do Brasil e de Portugal no âmbito da CPLP.

Ponto pacífico do debate foi a constatação de que a CPLP não conseguiu se afirmar na consecução dos seus objetivos, principalmente devido à inação por parte dos dois Estados que levaram à frente a idéia da Comunidade – Brasil e Portugal. O principal argumento possível de ser depreendido dos textos é o de que a falta de protagonismo por parte de ambos decorre,

<sup>286</sup> AMARAL, J. B. Mota. Nasce uma estrela. *Diário de Notícias*, 20 de julho de 1996.

<sup>287</sup> CARDOSO, Fernando Jorge. Realidades e emoções. *O Público*, 17 de julho de 1996.

fortemente, do receio de percepções neo-colonialistas por parte dos PALOP e, principalmente, da falta de prioridade dada ao tema nas respectivas agendas de política externa. Percebe-se, assim, por parte da imprensa, certa concordância com a opinião proferida por José Aparecido de Oliveira, para quem Jaime Gama e Luís Felipe Lampreia tiraram a CPLP das prioridades políticas dos seus Estados. Tal conclusão pode ser alcançada tendo em vista a recorrente menção feita às declarações de Aparecido e à necessidade de maior empenho brasileiro e português, elevando, assim, o seu grau de importância junto à opinião pública.<sup>288</sup>

No que diz respeito, especificamente, ao pouco empenho brasileiro, importa analisar a imagem veiculada do Brasil como obstáculo maior do deslanche da CPLP. Conclui-se, quanto a essa questão, que há, no Brasil, divisão política interna relativa a diferentes perspectivas acerca da forma de relacionamento que deve ser posta em prática com o mundo lusófono. De acordo com o jornal *O Público*, verifica-se no país um conflito de idéias acerca do andamento das relações com a lusofonia, sendo essas idéias sustentadas por grupos antagônicos: por um lado, Itamar Franco e Aparecido de Oliveira refletem a posição romântica baseada em reminiscências do luso-tropicalismo freyreano; por outro lado, Fernando Henrique Cardoso e Luís Felipe Lampreia representam o “grupo paulista”, que defende ação mais pragmática e pautada em resultados concretos. Esse choque de interesses, afirma-se, é sentido pela Comunidade, haja vista que as reservas colocadas pelo Brasil viram obstáculo às ações dos Sete. Nesse sentido, afirma-se:

O epicentro dos conflitos tem estado no Brasil, o gigante do grupo e o berço do projecto. Na génese da CPLP, recorde-se, tiveram um papel muito activo figuras como os ex-Presidentes José Sarney e Itamar Franco e o ex-embaixador em Lisboa José Aparecido de Oliveira. Sarney, Itamar e Aparecido não têm apenas em comum uma idéia – que alguém já definiu como luso-tropicalista e romântica – para a CPLP. Hoje arredados do centro do poder, partilham a mesma barricada no combate político interno brasileiro.<sup>289</sup>

No que tange à ação portuguesa, importante é observar as declarações vindas do secretário executivo adjunto da CPLP, de origem são-tomeense, para quem Portugal deve desempenhar papel mais ativo na Comunidade, não havendo razões para “eventuais complexos coloniais”. Nas suas palavras, veiculadas em matéria cujo título parece sugestivo –

<sup>288</sup> A esse respeito, vide os seguintes artigos: Sede dos Sete fica na Lapa. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1997; Aparecido ataca ministros. *O Público*, 11 de julho de 1997; Aparecido censura Brasil. *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1997; Portugal tem muito futuro se houver bom senso. *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1997; Portugal deve assumir liderança da CPLP. *O Público*, 09 de janeiro de 1997; PSD solicita cimeira urgente da CPLP. *O Público*, 17 de abril de 1997; Anunciada viragem e cooperação reforçada. *O Público*, 18 de julho de 1997.

<sup>289</sup> Conflitos em português. *O Público*, 05 de março de 1997.

*Portugal deve assumir liderança da CPLP* -, afirma-se: “[...] qualquer instituição deste tipo precisa que um país assuma a liderança” e “Portugal tem a liderança, só não a quer assumir”.<sup>290</sup> Vê-se, assim, que, à imprensa portuguesa, o envolvimento de Portugal para com a Comunidade é insuficiente e não corresponde à sua relevância frente aos demais membros.

A repercussão da denúncia do estado de “meia-morte”<sup>291</sup> da Comunidade, bem como a identificação das razões da sua inoperância, acabaram por resultar em declarações de comprometimento por parte dos chanceleres. Essas declarações, no entanto, fazendo surgir certa dicotomia, correspondente à diferença existente entre o empenho retórico dos Estados e a continuada inação política.

A necessidade de reabilitação da Comunidade e a obriedade do seu quadro de estagnação estão expressas em diversas manchetes publicadas, das quais as seguintes são ilustrativas: *CPLP deve fazer mais para ganhar relevo*, *CPLP à procura de nova prova de vida*, *CPLP ainda tem pés frágeis*, *CPLP não está no marasmo*, *Anunciada viragem e cooperação reforçada*.<sup>292</sup> Mesmo as manchetes que tentam negar a situação pela qual passa a Comunidade, acabam por afirmá-lo juntamente com a necessidade de mudança, como é o caso das duas últimas citadas acima.

Considerando, ainda, a já mencionada contradição existente entre retórica e realidade, vê-se que a necessidade de passar das palavras à ação é uma idéia que perpassa a maior parte dos textos analisados, ainda que tacitamente. É possível perceber isso, por exemplo, nas matérias que tratam da reunião do Conselho de Ministros acontecida em Salvador, Bahia, as quais depositam no evento grande expectativa com relação aos seus resultados positivos para o futuro da Comunidade. A esse respeito, ilustrativos são os excertos a seguir, sobre a posição portuguesa relativa à cimeira:

Convocação de uma cimeira urgente dos Sete e maior intervenção do Presidente da República são as propostas do PSD para dinamizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), defendidas ontem, na Assembléia da República, durante o debate de urgência sobre política de cooperação.<sup>293</sup>

Depois das acusações de Aparecido de Oliveira, o chamado “pai da CPLP” aos ministros Jaime Gama e Felipe Lampreia – de “desqualificarem a CPLP, tirando-a

<sup>290</sup> Portugal deve assumir liderança na CPLP. *O Público*, 09 de janeiro de 1997.

<sup>291</sup> Aparecido ataca ministros. *O Público*, 11 de julho de 1997.

<sup>292</sup> CPLP deve fazer mais para ganhar relevo. *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1997; CPLP não está no marasmo. *O Público*, 04 de maio de 1997; CPLP à procura de nova prova de vida. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1997; Anunciada viragem e cooperação reforçada. *O Público*, 18 de julho de 1997; CPLP ainda tem pés frágeis. *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1997.

<sup>293</sup> PSD solicita cimeira urgente da CPLP. *O Público*, 17 de abril de 1997.

da pauta das prioridades políticas dos respectivos países” -, o ministro português manifestou a sua convicção de que a reunião de S. Salvador irá “significar um momento de viragem” na vida da comunidade.<sup>294</sup>

Julho vai ser um mês decisivo para o futuro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). De S. Salvador da Bahia, onde têm encontro marcado os ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países lusófonos, deverá sair clarificado o papel de uma instituição cujo primeiro ano de vida tem sido marcado pelo choque entre interesses e perspectivas diferentes e por vezes antagônicos.<sup>295</sup>

A atenção dispensada aos esforços de Marcelino Moco em propor metas e projetos que dotem a CPLP de fôlego e que a aproximem da sociedade civil insere-se, também, no contexto de expectativas quanto à melhora do andamento da CPLP. O principal destes projetos, a livre circulação de mercadoria e pessoa nos espaços da lusofonia, no entanto, vai de encontro aos desígnios de Portugal e acaba por constituir-se foco de tensão no âmbito da Comunidade. O espaço dado ao tema pela imprensa portuguesa, e a posição crítica sustentada a esse respeito, sugere reticências em relação à questão, explicitando as diferenças de interesses e perspectivas entre os membros da Comunidade.

O último aspecto que gerou tensão e conflito de perspectivas diz respeito às questões relativas ao Timor-Leste e ao seu empenho em tornar-se membro, ainda que observador, da CPLP. Esse tema foi debatido de forma contínua ao longo dos períodos em análise na presente dissertação, o que confirma a sua importância para Portugal. Nesse contexto, duas matérias têm especial importância para discutir a situação de Timor na perspectiva da lusofonia.

A primeira dessas matérias - *CPLP: uma porta de entrada* - é relevante ao expor a perspectiva timorense relativa à admissão do país dentro da Comunidade, afirmando que “[...] em termos imediatos, uma integração de Timor-Leste na CPLP eleva o estatuto do território. Torna Timor parte de uma comunidade ainda que esta se apresente um pouco indefinida.”<sup>296</sup> A segunda - *O Itamaraty e Timor-Leste* -, assinada por Luís Silva Reis, tem sua importância por explicitar o conflito existente no âmbito comunitário, o qual diz respeito à concessão do estatuto de observador ao país. Acerca disso, grande ênfase é dada às reservas brasileiras relativas ao assunto e às pressões colocadas pelos demais membros. A conclusão à que chega a matéria é a de que:

[...] em última instância, cada vez que o Brasil vacila quem ganha é a Indonésia e o seu regime ditatorial, que se apressará para propagandar ao mundo que a questão de

<sup>294</sup> Anunciada viragem e cooperação reforçada. *O Público*, 18 de julho de 1997.

<sup>295</sup> Conflitos em português. *O Público*, 05 de março de 1997.

<sup>296</sup> CPLP: uma porta de entrada. *Diário Nacional*, 03 de março de 1997.

Timor é um questão menor levantada por Portugal contra a Indonésia. Quem perde é a humanidade, que vê ser espezinhado o direito internacional que rege as relações entre povos. Quem também perde é o povo timorense, que em actos de grande coragem e sentido político consegue romper o obscurantismo que se abateu sobre o destino, solicitando o apoio do poder brasileiro, o qual em resposta lhe vira as costas contribuindo assim para esse mesmo obscurantismo e fechando os olhos aos milhares de timorenses que todos os anos são vítimas de brutal ocupação e colonização indonésia.<sup>297</sup>

Quanto aos artigos opinativos veiculados durante o período, é necessário observar duas questões postas em relevo acerca do primeiro ano de existência da Comunidade, as quais já vinham sendo tratadas no ano anterior: a falta de correspondência entre retórica e realidade e o pouco empenho português no âmbito da lusofonia. A retórica sentimentalista que marcou recorrentemente as relações entre os Estados lusófonos - vista, muitas vezes, como não correspondente com o que de concreto se realizava - foi alvo de crítica por parte da imprensa portuguesa ao longo do primeiro ano de existência da CPLP. Grande parece ter sido a preocupação que o fato gerou, tendo-se afirmado não haver "[...] retórica de cooperação lusófona capaz de dar sentido ao relacionamento entre países e entre povos enquanto subsistirem, no âmbito bilateral, problemas concretos que entravam o quotidiano dos cidadãos."<sup>298</sup>

A esse respeito, e com relação ao segundo ponto a ser mencionado, veiculou-se a imagem de que a CPLP do discurso não é a mesma que surgiu em 1996, assim como a vontade política e o entusiasmo das figuras políticas não existem para além da idéia. O crescente descaso que Portugal e os demais Estados membros têm dedicado à Comunidade foi alvo de denúncia e crítica por parte da imprensa, que dedicou seu espaço às avaliações das condições de viabilização da Instituição. Sobre esse aspecto, afirma-se:

A CPLP, à exceção do bom tom do discurso oficial, não é assumida como vertente estratégica dos Estados membros que nem sequer ratificaram por completo os instrumentos diplomáticos que deram existência formal à utopia lusófona e para a qual os políticos forjaram sete linguagens para uma só língua.<sup>299</sup>

Vê-se, assim, que forte realismo marcou o tom discursivo empregado pela imprensa portuguesa ao avaliar o desempenho que a CPLP teve e as razões que a fizeram ficar tão aquém do esperado. Razões que passam, necessariamente, pela falta de vontade política dos seus membros, que, ao reduzirem a Comunidade à retórica, parecem não ter considerado as responsabilidades que um projeto como este suscitava.

<sup>297</sup> REIS, Luís Silva. O Itamaraty e Timor-Leste. *O Público*, 30 de junho de 1997.

<sup>298</sup> RESENDES, M. Bettencourt. A retórica lusófona. *Diário de Notícias*, 10 de junho de 1997.

<sup>299</sup> ALBINO, Carlos. Comunidade de língua com sete linguagens. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1997.

Com relação ao veiculado no Brasil neste mesmo período, é possível identificar continuidade no que tange ao balanço feito do primeiro ano de existência da Comunidade e às razões que a levaram ao fracasso. Sendo assim, ambas as imprensas, a brasileira e a portuguesa, alertaram para o fato de o fracasso da CPLP estar ligado à falta de iniciativa de Portugal e do Brasil. A retórica excessiva, que envolveu o projeto da CPLP, em detrimento da atuação efetiva no seu âmbito, é outro fator que deve ser superado. Por fim, destaque deve ser dado à exposição, em tom realista e crítico, das divergências de interesse e de visões existente entre os sete países-membros, o que acaba, segundo a imprensa, obstaculizando o deslanchar da Comunidade.



## CONCLUSÃO

A abordagem histórica da idéia de Comunidade lusófona mostra que esta é uma das grandes recorrências que marcaram as relações luso-brasileiras desde a independência do Brasil até a criação da CPLP. Percebe-se, entretanto, ao longo desse período, a existência de visões múltiplas e discordantes relativas à forma do relacionamento que deveria ser estabelecido. Se, em diversos momentos, o Brasil buscou aproximar-se das colônias portuguesas na África, Portugal, por sua vez, parecia evitar que estas relações se institucionalizassem.

Não obstante a reentrante dissensão nas visões brasileiras e portuguesas acerca da integração lusófona, as articulações em torno da institucionalização da CPLP fez parecer que houve certa consonância de posições, tornando possível a integração. Os sinais de transformação já vinham sendo percebidos, em Portugal, desde a mudança discursiva que toma lugar depois da Revolução dos Cravos e, principalmente, da descolonização da África lusófona. Nesse contexto, a defesa da língua portuguesa é percebida como caminho para o re-engajamento com as ex-colônias e para o fortalecimento da posição de Portugal na União Européia e no mundo.

A conjuntura de renovado interesse pela integração, que se intensifica a partir da criação do IILP, e a preocupação acerca da consolidação da CPLP, criada em 1996, trazem à tona dois aspectos relevantes para a compreensão da fase mais recente desse processo e dos seus desdobramentos posteriores. O primeiro deles está relacionado à harmonização das perspectivas dos dois Estados-matrizes da idéia de integração; o segundo trata do grau de interesse e de informação da sociedade civil no tocante ao tema.

A análise das matérias jornalísticas, objetivo da presente dissertação, mostra que a harmonização das perspectivas brasileiras e portuguesas acerca da CPLP ao longo do período de gestação e formalização do seu projeto não é ponto pacífico. São frequentes os questionamentos, diretos ou indiretos, por parte da imprensa, a respeito tanto das diferentes

visões sustentadas por ambos os países, quanto no que tange às expectativas de ganhos e à vontade política de que a Comunidade fosse adiante.

Se, na visão da imprensa brasileira, importantes são os ganhos diplomáticos decorrentes da integração – como o apoio à sua candidatura ao assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas -, para a portuguesa, fundamental é o prestígio que a dimensão lusófona da política externa pode trazer ao país, aumentando sua capacidade de impor-se na União Européia. Tem-se, portanto, a percepção de que as razões que fazem dessa Comunidade um anseio ligam-se, em grande medida, a objetivos concernentes às respectivas estratégias de política externa e não a questões comunitárias. Ademais, depreende-se das matérias veiculadas no Brasil, que a CPLP surge como realização do desejo pessoal de figuras como José Aparecido de Oliveira, José Sarney e Mário Soares, ainda que tenha nascido da assinatura de seus sucessores.

No que tange aos pormenores da pesquisa, a perspectiva comparada da evolução das percepções relativas à integração permite identificar as visões acerca da CPLP, assim como suas continuidades e divergências, presentes no discurso jornalístico do período. Ademais, coloca em relevo quais foram as questões consideradas cruciais e as visões sustentadas em cada fase desse processo, permitindo avaliar a qualidade da informação disponibilizada à opinião pública. Os resultados desta análise serão pontilhados a seguir, tendo em vista os quatro aspectos que guiaram o exame do material jornalístico: foco principal, temas específicos, enquadramento e densidade do debate.

Com relação ao ano de 1989, vê-se que o foco dado pela imprensa brasileira priorizou a descrição dos eventos sob um enquadramento meramente factual, pontual e pouco abrangente, sem que aspectos relevantes de debate fossem apontados - tais como as implicações reais que o Instituto poderia ter para a sociedade e para a defesa da língua portuguesa. O tratamento do tema foi, em geral, descritivo, com ênfase para a reunião de criação do IILP e para a iniciativa brasileira nesse sentido. As maiores digressões observadas tiveram por intuito justificar a criação deste organismo frente aos fenômenos da globalização e à necessidade, nesse contexto, de defesa do idioma e da cultura lusófonas, considerando-se o peso quantitativo - e não político ou diplomático – da língua portuguesa no mundo.

Na imprensa portuguesa, em contraposição, o enquadramento dado à questão extrapola o factual, permitindo o debate dos temas que se ligam à defesa do idioma e ao relacionamento

dos Sete no seio do Instituto. O IILP não é foco principal das matérias, que priorizam as discussões sobre as perspectivas de Portugal e do Brasil relativas a esse organismo e à defesa da língua comum. Explicitam-se as querelas ainda existentes entre ambos, reavivadas com a iniciativa brasileira na defesa do idioma, pondo em relevo o sentido de competição que esse fato gera no seio da sociedade portuguesa. Ressalte-se, ainda, a evolução da percepção quanto ao Instituto, que acaba por ser visto como positivo pela sua relevância na preservação da língua. Ainda que a amplitude dos temas discutidos não tenha sido grande, a densidade do debate português supera em muito a do Brasil, haja vista o tratamento mais aprofundado das questões.

Quanto ao ano de 1994, mantém-se, no Brasil, o padrão de enquadramento pontual de 1989, com ênfase a questões que rodearam os adiamentos da cimeira constitutiva da CPLP, prevista para julho e, posteriormente, para novembro. O debate travado, ainda que mais profundo que o anterior, restringiu-se às implicações da ausência de Itamar Franco para o relacionamento dos Sete e para a CPLP, deixando transparecer consternação, desapontamento e crítica com relação à atitude presidencial e às razões pessoais alegadas para o não cumprimento das obrigações de Estado.

Em Portugal, abordou-se um leque maior de temas relacionados à CPLP e à língua portuguesa, com relevo para três questões, das quais apenas a última foi tratada no Brasil: a inserção do português como idioma de trabalho nas Organizações Internacionais; o estatuto de observador reivindicado pelo Timor Leste; o cancelamento das cimeiras constitutivas da Comunidade. O tema de mais amplo debate no seio da opinião pública foi o da dualidade na política externa portuguesa, dividida entre a lusofonia e a Europa. O enquadramento dado levanta questões acerca da viabilidade da CPLP e dos interesses reais sustentados por Portugal no seu âmbito, tendo-se argumentado que a dimensão lusófona da ação externa do país levaria ao fortalecimento da sua posição no âmbito da União Européia e do mundo.

O momento em que as discussões acerca da CPLP mais se adensaram no Brasil foi o ano de 1996, tendo sido grande o empenho em apresentar a Comunidade à sociedade e em elencar as vantagens – em geral, diplomáticas - que o país poderia tirar da institucionalização. O enquadramento, ainda que otimista, mesclou graus de realismo em meio à persistente retórica lusófona dos laços histórico-culturais ao permitir questionar o escopo real da Organização e buscar razões concretas que elucidassem o anseio pela sua criação. Em linhas

gerais, no entanto, a justificativa da sua relevância não ultrapassou muito os recorrentes argumentos da globalização e do peso do idioma no mundo.

No que tange a Portugal, o foco das questões continuou em favor da abordagem ampla tanto de questões ligadas diretamente à institucionalização – como suas vantagens e deficiências -, quanto de pontos mais tangenciais que dizem respeito às perspectivas brasileiras e portuguesas relativas à CPLP. A necessidade de ações efetivas surge no debate, tendo em vista a franca contradição existente entre retórica positiva e atuação insuficiente do Estado. Nesse contexto, insere-se, ainda, a questão da indicação do primeiro secretário executivo da Comunidade, podendo-se constatar acentuada diferença de enquadramento entre os dois países. Portugal, ao enfatizar as implicações que um secretário fraco poderia ter para a consolidação da Instituição, considera nuances do processo de adoção do critério alfabético negligenciadas pela imprensa brasileira, que se limita a criticar a não-indicação de José Aparecido.

Em 1997, o foco da imprensa brasileira voltou-se para a análise do desempenho e das possibilidades futuras da Comunidade. Constatou-se, com pesar, a sua clara ineficiência, vista como decorrente, em grande parte, da falta de empenho dos seus membros, em especial Brasil e Portugal. O balanço do primeiro ano de existência da CPLP não foi positivo, o que levou a imprensa ao esforço por reiterar a importância da Instituição ao abrir espaço para a proposição de novos projetos. Põem-se em relevo os questionamentos e a perspectiva pouco animadora que prevalece no momento, tendo o enquadramento otimista perdido espaço para o descontentamento e a frustração, ainda que tenha se tentado manter visão positiva acerca do futuro.

Na imprensa portuguesa, há continuidade quanto ao veiculado no Brasil com relação ao balanço do primeiro ano de existência da Comunidade e às razões que levaram ao seu fracasso. Identificam-se as causas da ineficiência comunitária na falta de protagonismo brasileiro e português e na retórica excessiva que envolveu o projeto em detrimento de uma atuação efetiva no seu âmbito. O enquadramento dado explicita, em tom realista e crítico, as divergências de interesse e de visões existente entre os Sete, o que, de acordo com a imprensa jornalística, impede o deslanchar da instituição.

Afirma-se, portanto, que a maior convergência de percepções recai sobre o ano de 1997, quanto à preocupação relativa à consolidação da CPLP. O fracasso visto no primeiro ano de

existência da CPLP é percebido pela imprensa como decorrente da falta de prioridade dada às questões de defesa do idioma nas respectivas agendas de política externa e da falta de iniciativa brasileira e portuguesa no seu âmbito.

Grande é a diferença de enquadramento nos jornais brasileiros e portugueses com relação ao tema, o que influi na qualidade e no grau da informação dispensada à sociedade. O tratamento pontual e superficial visto na imprensa brasileira, focando em questões menores e pessoais, não permite maior aprofundamento acerca dos aspectos relevantes que envolvem a institucionalização da Comunidade. Em Portugal, por sua vez, busca-se um debate mais amplo sobre pontos de maior relevo e que extrapolam os acontecimentos, dando prioridade ao debate de temas ligados direta ou indiretamente à CPLP.

Verifica-se, portanto, o pequeno interesse que o assunto desperta no Brasil, refletido na baixa criticidade do debate jornalístico do período. Exemplo disso é o tom prevalecente nos textos examinados, podendo-se observar, em geral, um maior realismo português em contraponto à retórica excessiva que pauta as matérias veiculadas no Brasil.

O otimismo predominante na imprensa brasileira até a instituição da CPLP pode, por vezes, levar ao errôneo super-dimensionamento da importância que a lusofonia de fato tem na estratégia e na agenda de política externa do país. Essa constatação deriva, principalmente, da análise das matérias opinativas veiculadas nos anos de 1989, 1994 e 1996, as quais seguem, com poucas exceções, a linha argumentativa de José Aparecido de Oliveira, quem, com sua retórica e visão idealista, assina parte significativa dos artigos veiculados no país.

Na imprensa portuguesa, por sua vez, há uma perspectiva mais realista, na qual a institucionalização da CPLP adquire importância frente à necessidade de integração dos dois vieses de política externa - o lusófono e o europeu -, que levaria à maior afirmação do país na Europa e no mundo. A avaliação da relevância da Comunidade pauta-se, portanto, em elementos reais de aumento da influência portuguesa no sistema internacional, já que o reforço da lusofonia é percebido como uma maneira de Portugal não se dissolver na UE.

O argumento de que o debate travado na imprensa portuguesa acerca da integração lusófona foi maior que o que se viu na brasileira é corroborado, ainda, pelos seguintes aspectos observados na análise quantitativa:

1. Grande desproporção pode ser percebida no espaço reservado à CPLP pelas duas imprensas jornalísticas e o número de matérias publicadas em ambos os países corroboram essa afirmação: tomando-se os sete jornais brasileiros consultados, tem-se, ao todo, 98 matérias, contra as 204 publicadas por apenas dois dos periódicos portugueses.
2. Tendo em vista a ligação existente entre inclusão de temas na agenda midiática e debate travado no seio da opinião pública, tal disparidade parece refletir a maior importância que a dimensão lusófona da política externa despertou na sociedade portuguesa.
3. No Brasil, não obstante se possa perceber um aumento gradual no interesse pelo tema ao longo dos períodos, este não parece ter sido suficiente para incluir a questão na agenda pública de forma linear e constante.
4. No que diz respeito aos artigos opinativos, vê que estes foram muito mais extensos e numerosos na imprensa portuguesa – ainda mais considerando o fato de que, no Brasil, sete periódicos foram pesquisados, contra apenas dois em Portugal.
5. Ressalte-se, ainda, que, em Portugal, o termo *lusofonia* engloba a CPLP, mas não se restringe a ela, enquanto no Brasil, além de ser pouco utilizado, quando o é, acaba por confundir-se com os assuntos relativos à Comunidade.

No que tange à distribuição das matérias ao longo dos períodos tratados, dois padrões opostos emergem: no Brasil, há concentração de notícias em meses específicos e ausência quase total nos demais; em Portugal, ao contrário, observa-se certa constância na publicação, sendo possível afirmar a continuidade do interesse acerca do tema. Conclui-se, com isso, que a opinião pública portuguesa teve maior estímulo que a brasileira para pensar a CPLP, sendo maior a oportunidade de familiarização, de informação e de aprofundamento do debate travado em torno de questões ligadas a ela.

A inclusão permanente de questões sobre a lusofonia na imprensa portuguesa pode ter como razão o fato de que, em Portugal, a presença da África lusófona é concreta - por meio dos seus retornados, dos migrantes e da história. Por conseguinte, a CPLP e a lusofonia não pertencem, naquele país, puramente à dimensão externa, estando mais próximas do dia-a-dia português do que do brasileiro. No Brasil, por sua vez, a África corresponde mais à dimensão

retórica do imaginário – fortalecido pelos estudos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda -, do que à sua realidade concreta.

João Melo havia colocado que a eficácia da CPLP dependeria da capacidade de “[...] conquistar as mentes e os corações dos cidadãos dos nossos países [...]”, ou seja, ele previa o papel importante da comunicação e da mídia<sup>300</sup> para a legitimação interna da Organização no seio da sociedade civil. Tendo em vista a pretensão de que a Comunidade seja societária, sua perenidade dependeria da participação e do envolvimento dos cidadãos. Daí o papel relevante da imprensa, enquanto divulgadora e formadora de opinião.

Por fim, cabe ressaltar que as múltiplas percepções acerca da integração lusófona que perpassaram a história das relações luso-brasileiras persistem, ainda que sob novas roupagens, e demonstram-se nos textos veiculados pela imprensa no Brasil e em Portugal. Não se questiona a pertinência e a necessidade de enquadrar os PALOP nesse processo, tendo em mente ser esta a forma encontrada por Portugal para não perder sua influência junto aos cinco. No entanto, ainda é longo o caminho a ser percorrido em direção a uma integração efetiva, que envolva a sociedade, que vise ganhos conjuntos e, principalmente, que tenha como finalidade questões diretamente vinculadas ao projeto da CPLP, como a defesa e divulgação do idioma comum.

---

<sup>300</sup> MELO, op. cit., p. 172.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1- FONTES PRIMÁRIAS

#### 1.1. JORNAIS BRASILEIROS

OLIVEIRA, José Aparecido de. A língua portuguesa. *Jornal de Brasília*, 27 maio 1989.

Encontro termina com saldo positivo para todos. *Estado de São Paulo*, 28 de maio de 1989.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Em defesa da língua portuguesa. *Estado de São Paulo*, 30 de maio de 1989.

Presidentes vão debater no Brasil língua portuguesa. *Folha de São Paulo*, 31 de outubro de 1989.

Banquete Lingüístico. *Jornal do Brasil*, 01 de novembro de 1989.

Encontro decide rumos da Língua Portuguesa. *O Globo*, 01 de novembro de 1989.

Presidentes estudam proposta brasileira. *Jornal de Brasília*, 01 de novembro de 1989.

Sete países à procura do rumo para a língua. *Correio Braziliense*, 01 de novembro de 1989.

Acordo une países de língua portuguesa. *O Globo*, 02 de novembro de 1989.

ROLLEMBERG, Armando. Um novo caminho. *Jornal de Brasília*, 02 de novembro de 1989.

Sarney abre reunião presidencial. *Jornal de Brasília*, 02 de novembro de 1989.

Instituto internacional ganha conotação política. *Correio Braziliense*, 03 de novembro de 1989.

Língua portuguesa terá instituto internacional. *O Globo*, 03 de novembro de 1989.

Portugal dá pouca importância. *Folha de São Paulo*, 03 de novembro de 1989.

Presidentes criam o Instituto da Língua. *Jornal de Brasília*, 03 de novembro de 1989.

Presidente de Portugal é contra padronizar a língua portuguesa. *Folha de São Paulo*, 03 de novembro de 1989



Sarney vê lusofonia diversa. *Correio Braziliense*, 03 de novembro de 1989.

Unificação do português. *Jornal do Brasil*, 04 de novembro de 1989.

O patrimônio do idioma. *O Globo*, 05 de novembro de 1989.

José Aparecido destaca vantagens da vizinhança. *Correio Braziliense*, 03 de janeiro de 1994.

Solidariedade a uma nação destruída. *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1994.

Chanceler de Portugal chega hoje a Brasília. *Jornal de Brasília*, 08 de fevereiro de 1994.

Soares começa visita de 'reconciliação' ao Brasil. *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1994.

ALVES, Márcio Moreira. Aparecido, o africano. *Estado de São Paulo*, 12 de abril de 1994.

Itamar cancela viagem e irrita os portugueses. *Correio Braziliense*, 19 de junho de 1994.

Portugal ainda espera por Itamar. *Correio Braziliense*, 20 de junho de 1994.

Itamar cancela ida a Portugal. *Jornal da Tarde*, 21 de junho de 1994.

Aparecido tenta salvar reunião levando Sarney. *Correio Braziliense*, 22 de junho de 1994.

Sarney irá a Portugal por Itamar. *Correio Braziliense*, 22 de junho de 1994.

Mário Soares e o Brasil. *Correio Braziliense*, 24 de junho de 1994.

Encontro da comunidade lusófona é cancelado. *Correio Braziliense*, 26 de junho de 1994.

Itamar fica e pouco muda. *Correio Braziliense*, 26 de junho de 1994

Portugueses culpam Itamar por fracasso de conferência. *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1994.

ALVES, Márcio Moreira. Manobras diplomáticas. *O Globo*, 29 de junho de 1994.

COSTA, A. Gomes da. Quem está contra a comunidade?. *Jornal do Brasil*, 05 de julho de 1994.

Soares defende Itamar e quer retornar reunião de Portugal. *Jornal do Brasil*, 05 de julho de 1994.

Soares quer Itamar presente a encontro. *O Globo*, 06 de julho de 1994.

Imprensa portuguesa faz ataques ao Brasil. *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 1994.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Uma empresa de sete povos. *O Globo*, 25 de julho de 1994

XAVIER, Leonor. Sementes em terra fértil. *Jornal do Brasil*, 30 de agosto de 1994.

TV de Lisboa anuncia Itamar. *Jornal do Brasil*, 23 de novembro de 1994.

Portugal adia encontro e provoca irritação no Itamaraty. *O Globo*, 24 de novembro de 1994.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A aliança necessária. *Jornal de Brasília*, 01 de janeiro de 1996.

Portugal volta a sorrir para o Brasil. *Jornal do Brasil*, 21 de janeiro de 1996.

Ação toma lugar da retórica dos ‘laços históricos’. *Estado de São Paulo*, 07 de abril de 1996.

GUTERRES, António. Transpondo o oceano. *Folha de São Paulo*, 07 de abril de 1996.

Relação com Brasil vira prioridade portuguesa. *Estado de São Paulo*, 07 de abril de 1996.

Guterres quer abrir portas no Brasil. *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1996.

“O país voltou a ser importante para nós”. *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1996.

Guterres ‘redescobre’ o Brasil. *Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1996.

“Podemos abrir o mercado europeu”. *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996.

Portugal quer ampliar relações com Brasil. *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1996.

‘Vamos tratar muito bem os brasileiros’. *O Globo*, 14 de abril de 1996.

Guterres traz na bagagem várias pendências. *Jornal do Brasil*, 15 de abril de 1996.

JORDAN, André. Portugal e Brasil: aliança para o século XXI. *O Globo*, 15 de abril de 1996.

Relações maduras. *Jornal de Brasília*, 15 de abril de 1996.

Guterres busca aproximação com País. *Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1996.

Cultura é prioridade na visita de Guterres ao Brasil. *Correio Braziliense*, 17 de abril de 1996.

Países de Língua Portuguesa a caminho da união. *O Globo*, 17 de abril de 1996.

COELHO, Paulo. Os frutos da língua portuguesa. *O Globo*, 18 de abril 1996.

Guterres defende vaga para País no Conselho de Segurança da Onu. *Estado de São Paulo*, 18 de abril de 1996.

SANTAYANA, Mauro. Comunidade necessária. *Jornal do Brasil*, 18 de abril de 1996.

‘Uniremos 200 milhões de pessoas’. *O Globo*, 18 de abril de 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. O “new deal” Brasil-Portugal. *Estado de São Paulo*, 19 de abril de 1996.

PINHEIRO, Luiz Rodolfo. Comunidade, adeus. *Jornal de Brasília*, 16 de junho de 1996.

País ganha apoio para integrar órgão da ONU. *O Globo*, 18 de junho de 1996.

- VASCONCELOS, José Carlos de. A comunidade lusófona. *O Globo*, 03 de julho de 1996.
- OLIVEIRA, José Aparecido de. Nasce a Comunidade. *O Globo*, 05 de julho de 1996.
- SANTAYANA, Mauro. As razões de uma aliança. *Jornal da Tarde*, 05 de julho de 1996.
- A Comunidade lusófona sai do papel. *Jornal do Brasil*, 14 de julho de 1996.
- Aposta de longo prazo. *Jornal do Brasil*, 14 de julho de 1996.
- Brasil se une a comunidade portuguesa. *Correio Braziliense*, 14 de julho de 1996.
- Nossos parceiros africanos. *Jornal do Brasil*, 14 de julho de 1996.
- Primo rico ajuda África. *Correio Braziliense*, 14 de julho de 1996.
- CPLP reunirá países com o mesmo idioma. *O Globo*, 16 de julho de 1996.
- FHC vai a Lisboa participar de criação de comunidade. *Estado de São Paulo*, 16 de julho de 1996.
- Aparecido idealizou acordo. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996.
- Brasil quer se retirar de Angola. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996.
- Itamar cria novo problema com Itamarati. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996.
- Itamar critica o Governo e defende Aparecido. *O Globo*, 17 de julho de 1996.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Brasil e Portugal na Comunidade. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996.
- OLIVEIRA, José Aparecido de. Hoje nasce a CPLP. *Jornal de Brasília*, 17 de julho de 1996.
- OLIVEIRA, José Aparecido de. Hoje nasce a CPLP. *O Globo*, 17 de julho de 1996.
- Países de língua portuguesa se unem. *Correio Braziliense*, 17 de julho de 1996.
- “A estratégia do Itamaraty conseguirá vencer picuinhas pessoais”. *Correio Braziliense*, 18 de julho de 1996.
- Brasil destina US\$ 4 mi para a África. *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 1996.
- Disputa pessoal no Itamaraty. *Correio Braziliense*, 18 de julho de 1996.
- FHC dá apoio a Timor Leste. *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 1996.
- Nasce bloco de língua portuguesa. *Correio Braziliense*, 18 de julho de 1996.
- As realidades da nova Comunidade. *Estado de São Paulo*, 20 de julho de 1996.
- PEREIRA, Antônio Carlos. A importância política da língua. *Estado de São Paulo*, 06 de agosto de 1996.

Aparecido. *Jornal de Brasília*, 13 de agosto de 1996.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Reencontro com Portugal. *O Globo*, 13 de agosto de 1996.

ALVES, Márcio Moreira. Janela africana. *O Globo*, 05 de setembro de 1996.

CPLP promete ação no 1º aniversário. *Jornal do Brasil*, 13 de julho de 1997.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A Comunidade depois de um ano. *Jornal do Brasil*, 18 de julho de 1997.

A nova cooperação entre Brasil e Portugal. *Folha de São Paulo*, 20 de julho de 1997.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade, depois de um ano. *Jornal de Brasília*, 21 de julho de 1997.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A nova Missão Francesa e a lusofonia. *Correio Braziliense*, 14 de agosto de 1997.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Jorge Sampaio e a CPLP. *Jornal do Brasil*, 04 de setembro de 1997.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Jorge Sampaio e a CPLP. *Correio Braziliense*, 07 de setembro de 1997.

ALVES, Márcio Moreira. Irmãos de além-mar. *O Globo*, 09 de setembro de 1997.

SILVA, A. Gomes da. A CPLP enfraquecida?. *Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1997.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade em questão. *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1997.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Responsabilidade moral. *Correio Braziliense*, 17 de novembro de 1997.

## 1.2. JORNAIS PORTUGUESES

É urgente criar um mecanismo de defesa para que o português seja língua de cultura. *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1989.

Anunciada criação do Instituto de Língua Portuguesa está a gerar equívocos entre Portugal e Brasil. *Diário de Notícias*, 28 de setembro de 1989.

Jornalistas lusófonos reclamam no Brasil criação de Instituto da Língua Portuguesa. *Diário de Notícias*, 05 de outubro de 1989.

Instituto da Língua Portuguesa defendido no Encontro de Brasília. *Diário de Notícias*, 09 de outubro de 1989.

Língua portuguesa sobressai em duas frentes externas. *Diário de Notícias*, 13 de outubro de 1989.

Língua portuguesa leva Soares ao Brasil. *Diário de Notícias*, 1º de novembro de 1989.

Chefes de Estado de países lusófonos criam Instituto de Língua Portuguesa. *Diário de Notícias*, 02 de novembro de 1989.

MORAIS, Carlos Blanco de. As relações Portugal-Brasil. *Diário de Notícias*, 03 de novembro de 1989.

Soares quer lugar para Timor-Leste na comunidade cultural lusófona. *Diário de Notícias*, 03 de novembro de 1989.

Língua portuguesa não é prioridade de ninguém. *Diário de Notícias*, 07 de novembro de 1989.

Países lusófonos vão estabelecer negociações sobre a sede do Instituto de Língua Portuguesa. *Diário de Notícias*, 16 novembro de 1989.

COSTA, A. Gomes da. O Instituto da Língua – um passo à frente. *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1989.

CASTRO, Paulo de. Língua portuguesa: pátria de muitas pátrias. *Diário de Notícias*, 02 de dezembro de 1989.

Instituto da Língua ganha apoio no Brasil. *Diário de Notícias*, 21 de dezembro de 1989.

VASCONCELOS, Álvaro de. Cimeira dos Sete: Angola, não esquecer. *O Público*, 17 de janeiro de 1994.

GUERRA, Álvaro. As Sete pátrias. *Diário de Notícias*, 30 de janeiro de 1994.

O bloco comum da CPLP. *O Público*, 06 de fevereiro de 1994.

Países lusófonos acertam agulhas. *Diário de Notícias*, 09 de fevereiro de 1994.

A pensar na cimeira dos Sete. *O Público*, 10 de fevereiro de 1994.

Cimeira de Lisboa em Maio. *Diário de Notícias*, 11 de fevereiro de 1994.

Comunidade nasce no primeiro semestre. *O Público*, 11 de fevereiro de 1994.

“O Jean Monnet da lusofonia”. *Diário de Notícias*, 11 de fevereiro de 1994.

Passaporte lusófono contra racismo. *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1994.

A insanável contradição do luso-tropicalismo. *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1994.

MACEDO, Jorge Braga de. Europa e língua. *Diário de Notícias*, 06 de abril de 1994.

MACEDO, Jorge Braga de. A pluralidade do português. *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1994.

Reconciliação com o Brasil. *Diário de Notícias*, 10 de março de 1994.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *O Público*, 14 de março de 1994.

Soares no Rio de Janeiro defende língua portuguesa. *Diário de Notícias*, 20 de março de 1994.

Timor no espaço lusófono. *O Público*, 23 de março de 1994.

MACEDO, Jorge Braga de. Política econômica externa lusófona. *Diário de Notícias*, 04 de maio de 1994.

MACEDO, Jorge Braga de. Mais perto do Atlântico Sul. *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1994.

Timor na cimeira lusófona. *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1994.

LEANDRO, Gracia. Da projecção da cultura como instrumento de domínio. *Diário de Notícias*, 08 de junho de 1994.

BRAGA, José Alberto. O encontro dos Sete e a comunidade da língua. *O Público*, 21 de junho de 1994.

Cimeira dos Sete tremida sem Itamar. *O Público*, 21 de junho de 1994.

José Sarney na Cimeira dos Sete. *Diário de Notícias*, 22 de junho de 1994.

Sarney em vez de Itamar. *O Público*, 22 de junho de 1994.

Há quem tema a lusofonia. *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1994.

Timor com direito a falar aos MNE. *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1994.

Cimeira dos Sete adiada. *O Público*, 25 de junho de 1994.

Erros de gramática. *Diário de Notícias*, 25 de junho de 1994.

O problema que não houve. *O Público*, 25 de junho de 1994.

RAMOS-HORTA, José. Timor-Leste: oitavo membro da CPLP? *O Público*, 27 de junho de 1994.

ALKATIRI, Mari. Timor-Leste e a comunidade lusófona. *Diário de Notícias*, 02 de julho de 1994.

MNE surpreende Brasil. *Diário de Notícias*, 02 de julho de 1994.

Xanana enviou mensagem aos Sete. *Diário de Notícias*, 03 de julho de 1994.

Comunidade lusófona procura saída. *O Público*, 06 de julho de 1994.

Dinheiros da cooperação: Portugal a “meio da tabela”. *O Público*, 06 de julho de 1994.

Os traiçoeiros caminhos da língua portuguesa. *O Público*, 06 de julho de 1994.

Mudança radical em 24 horas. *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1994.

Tudo começou no Itamaraty em Fevereiro. *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1994.

Estados lusófonos fazem autocrítica. *Diário de Notícias*, 15 de julho de 1994.

Cimeira lusófona até final do ano. *Diário de Notícias*, 26 de julho de 1994.

Ghali apóia Comunidade Lusófona. *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1994.

O empenho da ONU. *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1994.

Não nos façam falar. *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1994.

Obra pensada para durar. *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1994.

Uma força diplomática na ONU. *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1994.

Língua portuguesa nos órgãos da ONU. *Diário de Notícias*, 31 de julho de 1994.

XAVIER, Leonor. Sementes em terra fértil. *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1994.

UNESCO fala português. *Diário de Notícias*, 22 de setembro de 1994.

Língua não esgota cooperação. *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1994.

Encontro dos Sete em Nova Iorque. *Diário de Notícias*, 30 de setembro de 1994.

Ferida desnecessária. *Diário de Notícias*, 30 de setembro de 1994.

Língua portuguesa na ONU pela calada. *Diário de Notícias*, 30 de setembro de 1994.

Comunidade lusófona avança. *Diário de Notícias*, 24 de outubro de 1994.

Ausência lusa notada. *Diário de Notícias*, 31 de outubro de 1994.

Cimeira dos “Sete” confirmada em Lisboa. *O Público*, 03 de novembro de 1994.

Cimeiras confirmadas. *Diário de Notícias*, 03 de novembro de 1994.

Cimeira lusófona está confirmada. *Diário de Notícias*, 13 de novembro de 1994.

Aparecido vai a Timor. *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1994.

Macau próximo dos Sete. *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1994.

Angola enguiçou cimeira lusófona. *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1994.

Itamar pode suceder a Aparecido. *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1994.

Sete dividem-se em culpas. *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1994.

- LAMEGO, José. Comunidade lusófona. *O Público*, 27 de novembro de 1994.
- FERREIRA, José Medeiros. O Amor de Perdição da lusofonia. *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1994.
- SAÚTE, Nelson. A comunidade (im)possível. *O Público*, 1º de dezembro de 1994.
- “A CPLP é uma ideia-força”, diz Soares. *O Público*, 02 de dezembro de 1994.
- Angola desresponsabiliza Soares. *Diário de Notícias*, 03 de dezembro de 1994.
- Aparecido “marca” cimeira dos Sete. *O Público*, 13 de dezembro de 1994.
- À espera do mês que vem. *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1996.
- Espaço de sobrevivência. *O Público*, 15 de dezembro de 1994.
- Sociedade civil assume lusofonia. *O Público*, 15 de dezembro de 1994.
- Uma lança portuguesa na África francófona. *O Público*, 15 de dezembro de 1994.
- Sampaio lusófono. *Diário de Notícias*, 08 de março de 1996.
- Bom tempo em português. *Diário de Notícias*, 23 de março de 1996.
- CPLP num recanto. *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1996.
- Catorze mandamentos lusófonos. *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1996.
- Em Maputo foi o cabo das tormentas. *Diário de Notícias*, 19 de abril de 1996.
- CPLP começa sem transparência. *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1996.
- Primeiro secretário executivo será indicado por Angola. *O Público*, 20 de abril de 1996.
- Gama admite alargamento da CPLP. *Diário de Notícias*, 24 de abril de 1996.
- Como vai ser a CPLP. *Diário de Notícias*, 02 de maio de 1996.
- Angola precisa de duas décadas. *Diário de Notícias*, 05 de maio de 1996.
- PACHECO, Carlos. A África e a miopia portuguesa. *O Público*, 11 de maio de 1996.
- TAVARES, Miguel Sousa. Sampaio em África. *O Público*, 17 de maio de 1996.
- FRANCO, Itamar. A construção ameaçada. *O Público*, 22 de maio de 1996.
- Com a CPLP na agenda. *O Público*, 24 de maio de 1996.
- As prioridades de Luanda. *O Público*, 26 de maio de 1996.
- Gama visita Guiné-Bissau. *O Público*, 26 de maio de 1996.
- A dois e a sete. *O Público*, 28 de maio de 1996.



“O embaixador passou da conta”. *O Público*, 28 de maio de 1996.

Trabalho em conjunto. *Diário de Notícias*, 28 de maio de 1996.

Fórum parlamentar antecede cimeira dos Sete. *O Público*, 29 de maio de 1996.

Comunidade da má-língua. *Diário de Notícias*, 06 de junho de 1996.

Presidente do Brasil elogia CPLP. *Diário de Notícias*, 11 de junho de 1996.

Cimeiras imprescindíveis. *Diário de Notícias*, 20 de junho de 1996.

MARTINS, Rogério. Língua como força. *O Público*, 23 de junho de 1996.

Reforçar o factor lusofonia. *Diário de Notícias*, 25 de junho de 1996.

Lusofonia ao lado de Timor. *Diário de Notícias*, 26 de junho de 1996.

Embaixador brasileiro empenhado. *O Público*, 28 de junho de 1996.

MOREIRA, Adriano. As comunidades de cultura portuguesa. *Diário de Notícias*, 02 de julho de 1996.

“Plena igualdade” na CPLP. *Diário de Notícias*, 04 de julho de 1996.

Lisboa lugar de exílio para Moco. *O Público*, 06 de julho de 1996.

Maputo pela lusofonia. *Diário de Notícias*, 07 de julho de 1996.

Aposta reforçada na lusofonia. *Diário de Notícias*, 08 de julho de 1996.

Portugal na presidência. *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1996.

“Vamos para aventuras em comum”. *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1996.

CPLP: dia 0. *O Público*, 16 de julho de 1996.

Imprensa brasileira acordou para a cimeira. *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1996.

Municípios disponíveis para mais cooperação. *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1996.

Trocas são ínfimas. *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1996.

GUTERRES, António. A afirmação de uma comunidade. *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1996.

CARDOSO, Fernando Jorge. Realidade e emoções. *O Público*, 17 de julho de 1996.

Cumpre-se sonho de 40 anos. *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1996.

Decisões inaugurais da CPLP. *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1996.

Marcelino Moco e Portugal vão estar à prova. *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1996.

O decreto não faz a comunidade. *O Público*, 17 de julho de 1996.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Hoje nasce a CPLP. *O Público*, 17 de julho de 1996.

“Um caminho de maturidade”. *O Público*, 17 de julho de 1996.

SOARES, Mário. Um projecto para o século XXI. *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1996.

Timor-Leste é a primeira pedra no sapato. *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1996.

As palavras e os actos. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1996.

Comunicado final. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1996.

Comunidade de 200 milhões. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1996.

Dúvidas em dia de festa. *O Público*, 18 de julho de 1996.

ALBINO, Carlos. Jaime Gama salvou a honra do convento. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1996.

KA, Fernando. A comunidade do bem comum. *O Público*, 18 de julho de 1996.

Papel de Portugal reforçado na UE. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1996.

RESENDES, M. Bittencourt. As palavras e os actos. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1996.

SEABRA, José Augusto. Uma comunidade de povos e línguas. *O Público*, 18 de julho de 1996.

Sete unidos mundo fora. *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1996.

Timor num improviso de Fernando Henrique. *O Público*, 18 de julho de 1996.

Assembléia aplaude CPLP. *O Público*, 19 de julho de 1996.

CASTRO, José Ribeiro e. Recentragem: “porque sim”. *O Público*, 20 de julho de 1996.

Na CPLP desde o início. *O Público*, 20 de julho de 1996.

AMARAL, J. B. Mota. Nasce uma estrela. *Diário de Notícias*, 20 de julho de 1996.

Todos confiam em Moco. *Diário de Notícias*, 20 de julho de 1996.

CABRAL, Manuel Villaverde. CPLP – potencial e contradições. *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1996.

CPLP: um olhar liberal. João Carlos Espada, *O Público*, 22 de julho de 1996.

FERREIRA, José Medeiros. CPLP – do sucesso diplomático ao êxito político? *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1996.

Monteiro e o sonho pós-CPLP. *O Público*, 07 de agosto de 1996.

MOREIRA, Adriano. O Instituto Internacional da Língua. *Diário de Notícias*, 13 de agosto de 1996.

Durão Barroso alerta para futuro. *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1996.

Angola já está na Net. *O Público*, 1º de setembro de 1996.

Mais um furo na CPLP. *O Público*, 12 de setembro de 1996.

CABRAL, Manuel Villaverde. Crônica de um encontro luso-afro-brasileiro. *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 1996.

Timor e CPLP a várias vozes. *O Público*, 25 de setembro de 1996.

VICENTE, Ana. Que prioridades para a CPLP? *O Público*, 29 de outubro de 1996.

MOREIRA, Adriano. O exemplo da francofonia. *Diário de Notícias*, 05 de novembro de 1996.

CPLP: cultura é prioritária. *O Público*, 08 de novembro de 1996.

Brasil chama a si fórmula de “5+1”. *Diário de Notícias*, 14 de novembro de 1996.

Gama e Lampreia em sintonia. *Diário de Notícias*, 05 de dezembro de 1996.

ALBINO, Carlos. Os Sete entre a apatia e a descrença. *Diário de Notícias*, 05 de dezembro de 1996.

Bispo pede inclusão de Timor na CPLP. *O Público*, 12 de dezembro de 1996.

D. Ximenes quer Díli na CPLP. *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 1996.

ALBINO, Carlos. A proposta envenenada de Marcelino Moco. *Diário de Notícias*, 30 de dezembro de 1996.

CPLP ainda sem prova de vida. *Diário de Notícias*, 30 de dezembro de 1996.

Portugal deve assumir liderança da CPLP. *O Público*, 09 de janeiro de 1997.

CPLP deve fazer mais para ganhar relevo. *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1997.

MOREIRA, Vital. Viva a CPLP. *O Público*, 28 de janeiro de 1997.

Aparecido censura Brasil. *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1997.

Três em cada quatro conhecem CPLP. *O Público*, 28 de fevereiro de 1997.

CPLP: uma porta de entrada. *Diário de Notícias*, 03 de março de 1997.

Conflitos em português. *O Público*, 05 de março de 1997.

Moco acha “ridícula” estrutura da CPLP. *Diário de Notícias*, 05 de março de 1997.

- Moco: CPLP ‘vai bem’ apesar do que está mal. *O Público*, 06 de março de 1997.
- Dinheiro para CPLP discutido em São Bento. *O Público*, 07 de março de 1997.
- Acordo ortográfico não está numa situação de impasse. *Diário de Notícias*, 28 de março de 1997.
- Lamego otimista sobre a Comunidade. *Diário de Notícias*, 13 de abril de 1997.
- Vem aí a CPLP das autarquias. *Diário de Notícias*, 13 de abril de 1997.
- Brasil quer unir PALOP pelo poder local. *Diário de Notícias*, 16 de abril de 1997.
- PSD solicita cimeira urgente da CPLP. *O Público*, 17 de abril de 1997.
- Livre circulação na gaveta. *O Público*, 18 de abril de 1997.
- CPLP é base de apoio a Timor. *Diário de Notícias*, 26 de abril de 1997.
- CPLP não está no marasmo. *O Público*, 04 de maio de 1997.
- Moco propõe à CPLP modelo de Maastricht. *Diário de Notícias*, 08 de maio de 1997.
- Portugal tem muito futuro se houver bom senso. *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1997.
- RESENDES, M. Bettencourt. A retórica lusófona. *Diário de Notícias*, 10 de junho de 1997.
- Guiné demarca-se dos PALOP. *O Público*, 26 de junho de 1997.
- Estatuto tremido. *O Público*, 30 de junho de 1997.
- REIS, Luís Silva. O Itamaraty e Timor-Leste. *O Público*, 30 de junho de 1997.
- Alberto Costa defende política de “pequenos passos”. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1997.
- ALBINO, Carlos. Comunidade da língua com sete linguagens. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1997.
- Aparecido ataca ministros. *O Público*, 11 de julho de 1997.
- CPLP à procura de nova prova de vida. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1997.
- Sede dos Sete fica na Lapa. *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1997.
- Anunciada viragem e cooperação reforçada. *O Público*, 18 de julho de 1997.
- MOCO, Marcelino. Os pilares da CPLP. *O Público*, 18 de julho de 1997.
- OLIVEIRA, José Aparecido de. Comunidade um ano depois. *Diário de Notícias*, 30 de julho de 1997.

Atitudes de José Lamego contrariam espírito da CPLP. *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1997.

CPLP ainda tem pés frágeis. *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1997.

## 2- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 2.1. LIVROS

ALMEIDA, Miguel Vale de; BASTOS, Cristiana; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

CARDIM, Carlos Henrique ; CRUZ, João Batista (Orgs.). *CPLP: oportunidades e perspectivas*. Departamento de África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: IPRI, 2002.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?*. Lisboa: Livros Horizonte, Col. Horizonte, 2ª. Ed., 1982, p. 64-67.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo*. O Lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1936-1961), Porto: Ed. Afrontamento, 1998.

CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CHACON, Vamireh. *O futuro da Lusofonia*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2002.

CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. Estação Liberdade, 1999.

FAULSTICH, Enilde. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001. PP. 105-143.

FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987

\_\_\_\_\_. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

FURTADO, Cláudio. Movimentos sociais e a sociedade civil na CPLP. Interesses e propostas de atuação. In: CARDIM, Carlos Henrique ; CRUZ, João Batista (Orgs.). *CPLP:*

- oportunidades e perspectivas*. Departamento de África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: IPRI, 2002. pp. 107-126. i
- HELD, David; McGrew, Anthony G.; Goldblatt, David et al. *Global Transformations*. Stanford, California: Stanford University, 1999
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- LANE, Robert E.; SEARS, David O. *A Opinião Pública*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1966.
- LEMERT, James B. *Does mass communication change public opinion after all? A new approach to Effects Analysis*. Chicago: Nelson-Hall, 1981.
- LOPES, Luís Ferreira ; SANTOS, Octávio dos. *Os novos descobrimentos: Do Império à CPLP: Ensaio sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas*. Coimbra: Edições Almedina, 2006.
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Gradiva Publicações 1999.
- KRATOCHWIL, Friedrich V. *Rules, Norms and Decisions. On the conditions of practical and legal reasoning in International Relations and domestic affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MAGALHÃES, José Calvet. *Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MELO, João. A CPLP e a Mídia. In: CARDIM, Carlos Henrique ; CRUZ, João Batista (Orgs.). *CPLP: oportunidades e perspectivas*. Departamento de África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: IPRI, 2002. pp. 165-172.
- NEVES, João Alves das. *História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa, Direção Geral da Comunicação Social, 1989.
- PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
- PIRES, Francisco Lucas. *Schenchen e a Comunidade dos Países Lusófonos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- REGO, A. da Silva. *Relações Luso-Brasileiras (1822-1853)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Bertrand Brasil, 1989.

SÁ MACHADO, Manuel de. *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*. Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. CPLP: plataforma para uma frutífera concertação político-diplomática. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001, p. 45-77.

SILVA, Alberto da Costa e. *Das mãos do oleiro: aproximações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SPÍNOLA, António de. *Portugal e o Futuro: Análise da conjuntura nacional*. 4ª. ed. brasileira, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa : Editora Presença, 2003.

## 2.2. ARTIGOS

CHILDS, Harwood L. By public opinion I mean. *The Public Opinion Quarterly*. v. 3, n. 2, abril de 1939, p. 327-336.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, Outono, 1993, p. 51-58.

HAMILTON, Russell G. Lusofonia, Africa, and Matters of Languages and Letters. *Hispania*, v. 74, n. 3, Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature, and Culture, Setembro de 1991.

HENRICKSEN, Thomas. Portugal in Africa: A Noneconomic Interpretation. *African Studies Review*, v. 16, n. 3, Dec., 1973, p. 405-416.

MACAGNO, Lorenzo. Etnografias Portuguesas (1879-1970). Cultura Popular e identidade nacional, by João Leal. *MANA*, v. 8, n. 1, 2002, p. 213-240.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, Verão, 1972, p. 176-187.

PARK, Robert E., News and the Power of the Press. *The American Journal of Sociology*, v. 47, n. 1, Jul., 1941, p. 1-11.

SEDMAN, Virginia Rankin. Some Interpretations of Public Opinion. *Social Forces*, v. 10, n. 3, Mar., 1932, p. 339-350.

TAVARES, José Nilo. Imprensa na Década de 20: sociedade, política e ideologia. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, jan. 1982.

WILSON, Francis G. Concepts of Public Opinion. *The American Political Science Review*, v. 27, n. 3, Jun., 1933, p. 371-391.

### 2.3. TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Kívia de Souza. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Os Benefícios e as Ações de Natureza Estratégica do Brasil sob o Ponto de Vista da Teoria dos Jogos*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

FRANCO, Geisa Cunha. *A política externa do governo Figueiredo: a abertura democrática e o debate na imprensa- o Brasil entre os Estados Unidos, o Terceiro Mundo e o eixo regional*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2008

\_\_\_\_\_. *O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

NOSOLINI, Elber Eugénio Carlos. *Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Aproximação, Distanciamento e Reaproximação (de 1975 aos Dias Atuais)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

SOUZA, Ricardo Avelar de. *As Relações Brasil-Portugal e a Construção de um Projeto Identitário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

### 2.4. FOLHETOS E SEMINÁRIOS

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, *Embaixada do Brasil em Lisboa*, Junho 1994.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. São Pedro do Estoril: Edições Atena: *Instituto de Altos Estudos Militares*, 1999.